

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL

JEYCIANE ELIZABETH SÁ SANTOS

**Proposta de plataforma digital para o enfrentamento ao trabalho escravo
contemporâneo no Maranhão**

São Luís

2022

JEYCIANE ELIZABETH SÁ SANTOS

**Proposta de plataforma digital para o enfrentamento ao trabalho escravo
contemporâneo no Maranhão**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Flávia de Almeida Moura.

São Luís

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

SANTOS, Jeyciane Elizabeth Sá.

Proposta de plataforma digital para o
enfrentamento ao trabalho escravo no Maranhão.
JeycianeElizabeth Sá Santos. - 2022.
159 f.

Orientador(a): Flávia de Almeida Moura.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação
em Comunicação - Modalidade Profissional/CCSO,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Maranhão. 2. Plataforma digital. 3.
Trabalho escravo contemporâneo.
- I. MOURA, Flávia de Almeida. II.Título.

JEYCIANE ELIZABETH SÁ SANTOS

**Proposta de plataforma digital para o enfrentamento ao trabalho escravo
contemporâneo no Maranhão**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Flávia de Almeida Moura (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Comunicação/Mestrado Profissional
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Francisco Gonçalves da Conceição ((examinador externo ao Programa)
Departamento de Comunicação Social
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof^a. Dr^a. Patrícia Rakel de Castro Sena (examinadora interna)
Programa de Pós-Graduação em Comunicação/Mestrado Profissional
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Dedico este trabalho aos meus avôs, que não conheci.

Às minhas avós Elizabeth Ribeiro de Sá e Maria de Lourdes Campos Santos, duas mulheres extraordinárias, que não chegaram a concluir o Ensino Fundamental.

À minha mãe, Deuzilene Cecília Sá, que com força e determinação fez curso Técnico em Enfermagem e realiza atendimento básico e gratuito em nossa residência, mas nos educou limpando escola, e ao meu irmão Jessé Anderson, Engenheiro de Produção.

AGRADECIMENTOS

À Prof^a. Dr^a. Flávia Moura pelo valioso auxílio na orientação desta pesquisa; Aos membros da COETRAE/MA pela disponibilidade das informações necessárias; A todos que de forma direta ou indireta colaboraram para a realização de mais um sonho, especialmente, à banca de qualificação formada pela Prof^a. Dr^a. Patrícia Rakel de Castro Sena e Prof. Dr. Francisco Gonçalves, essenciais nas reflexões de nossas ideias.

Acima de tudo, as forças divinas que me ajudaram a chegar até aqui. Que suas bençãos continuem!

RESUMO

Este estudo busca desenvolver uma plataforma digital¹ para reunir informações sobre a trajetória do combate ao trabalho escravo no território maranhense com o objetivo de facilitar a comunicação do assunto a partir da atuação da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Maranhão (COETRAE/MA). Considera-se ainda o processo colaborativo online, que surge fundamentado na inserção das tecnologias da informação e da comunicação na produção, no consumo e circulação de conteúdos. A pesquisa se ancora num arcabouço teórico-metodológico de autores do campo da Comunicação que trabalham com os conceitos de práticas comunicativas (FRANÇA, 2004); comunicação popular (PERUZZO, 1998), identidade e representação (HALL, 2010; 2013), redes (AGUIAR, 2017), plataformas digitais, segundo discussão sobre os impactos gerados pelas tecnologias no campo da comunicação (SANTOS, 2019); webjornalismo, engajamento digital (CANAVILHAS, 2014; JENKINS, 2014), jornalismo, memória e história na era digital (PALACIOS, 2014); entre outros. De caráter qualitativo (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008), a investigação parte de uma consulta bibliográfica e utiliza estudo documental para construir um breve histórico da luta de combate ao trabalho escravo no Maranhão, e também da pesquisa empírica com trabalho de campo (OLIVEIRA, 1996) e entrevistas semiestruturadas de forma coletiva e individual com os membros da COETRAE/MA. Por meio dos elementos verificados nas entrevistas, objetiva-se construir uma proposta de plataforma digital que reúna os materiais e atenda às necessidades dos mesmos.

Palavras-chave: Plataforma digital; trabalho escravo contemporâneo; Maranhão.

ABSTRACT

This study seeks to develop a digital platform to gather information about the history of combating slave labor in Maranhão, with the aim of facilitating communication on the subject, based on the organization of the memory of the State Commission for the Eradication of Slave Labor in Maranhão (COETRAE/MA). The online collaborative process is also considered, which arises from the insertion of information and communication technologies in the production, consumption and circulation of content. The research is anchored in a theoretical-methodological framework of authors in the field of Communication who work with the concepts of communicative practices (FRANÇA, 2004); popular communication (PERUZZO, 1998), identity and representation (HALL, 2010; 2013), networks (AGUIAR, 2017), digital platforms, from the discussion on the impacts generated by technologies in the field of communication (SANTOS, 2019); webjournalism, digital engagement (CANAVILHAS, 2014; JENKINS, 2014), journalism, memory and history in the digital age (PALACIOS, 2014); between others. Of a qualitative nature (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008), the investigation starts from a bibliographic review and uses a documental study to build a brief history of the fight against slave labor in Maranhão, as well as empirical research with the work of field (OLIVEIRA, 1996) with semi-structured collective and individual interviews with members of COETRAE/MA. From the elements verified in the interviews, the purpose is to build a proposal for a digital platform that brings together the materials and meets their needs.

Keywords: Digital platform; contemporary slave labor; Maranhão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – PRIMEIRA DENÚNCIA CONTRA O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL	26
FIGURA 2 – A IMPORTÂNCIA DAS DENÚNCIAS REALIZADAS EM FÓRUMS INTERNACIONAIS.....	28
FIGURA 3 – TRABALHO ESCRAVO NA PAUTA DO GOVERNO.....	29
FIGURA 4 – CASO JOSÉ PEREIRA ALCANÇA MÍDIA INTERNACIONAL	30
FIGURA 5 – LANÇAMENTO DO PLANO NACIONAL	31
FIGURA 6 – A IMPRESA NO PLANO NACIONAL DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO	34
FIGURA 7 – APROVAÇÃO DA PEC 438	37
FIGURA 8 – MODIFICAÇÃO NO CONCEITO DE TRABALHO ESCRAVO.....	38
FIGURA 9 – O TRABALHO ESCRAVO NO GOVERNO BOLSONARO	39
FIGURA 10 – EXEMPLO DE NOTÍCIA SOBRE TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO	42
FIGURA 11 – ATUAÇÃO DO FOREM NO MARANHÃO.....	50
FIGURA 12 – CAMPANHA MARCA COMPROMISSO DE GOVERNADORES CONTRA A ESCRAVIDÃO	51
FIGURA 13 – TRECHO DA CARTA-COMPROMISSO ASSINADA POR JACKSON LAGO.....	51
FIGURA 14 – CARTA PROPÕE FIM DA ESCRAVIDÃO.....	53
FIGURA 15 – APROVAÇÃO DA LEI QUE PUNE EMPRESAS ESCRAVOCRATAS	54
FIGURA 16 – AÇÃO DO GOVERNADOR JACKSON LAGO NA MÍDIA.....	55
FIGURA 16 – ARTICULAÇÃO ENTRE O FOREM E O GOVERNO MARANHENSE.....	56
FIGURA 17 – CRIAÇÃO DA COETRAE/MA	57
FIGURA 18 – AÇÕES PREVENTIVAS DE COMUNICAÇÃO NO I PETE/MA	63
FIGURA 19 – AÇÕES, RESPONSÁVEIS E PRAZOS ESTABELECIDOS NO II PETE	66
FIGURA 20 – RESULTADO DA BUSCA COETRAE/MA NO GOOGLE	79
FIGURA 21 – PÁGINA INICIAL DO SITE DA ONG REPÓRTER BRASIL	81
FIGURA 22 – MAPA DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL.....	82
FIGURA 23 – PLATAFORMA SMARTLAB	83
FIGURA 24 – PÁGINA INICIAL DO SISTEMA IPÊ	84
FIGURA 25 – PÁGINA INICIAL DA PLATAFORMA MONITORA	84

FIGURA 26 – CONVITE VIA E-MAIL COMPARTILHADO PELA COORDENAÇÃO DA COETRAE/MA	89
FIGURA 27 - MAPA DO SITE APRESENTADO À COETRAE/MA	108
FIGURA 28 - PÁGINA INICIAL DA PLATAFORMA DIGITAL COETRAE/MA	111
FIGURA 29 – REDES SOCIAIS DOS MEMBROS DA COETRAE/MA	112
FIGURA 30 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO.....	112
FIGURA 31 – ÁREA RESTRITA AOS MEMBROS DA COETRAE/MA.....	115
FIGURA 32 – ORGANIZAÇÃO DOS GT’S.....	116
FIGURA 33 – BIBLIOTEC.MA COMO ACERVO COLETIVO DA COETRAE/MA.....	117

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de resgatados com registro em documento de identidade	43
Gráfico 2 - Número de resgatados que declararam morar no Maranhão	46
Gráfico 3 - Tipos de setores econômicos que mais escravizam no Maranhão.....	47
Gráfico 4 - Eixo de atuação das entidades que responderam ao formulário online	91
Gráfico 5 - Área de atuação das entidades que responderam ao formulário online	92
Gráfico 6 - Dados das organizações que utilizam <i>site</i> para comunicar.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CDVDH/CB	Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmén Bascaran
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COETRAE/MA	Comissão Estadual de Combate ao Trabalho Escravo do Maranhão
CONATRAE	Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo
ConJur	Consultor Jurídico
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DRT-MA	Delegacia Regional do Trabalho do Maranhão
EFC	Estrada de Ferro Carajás
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FOREM	Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão
GEFM	Grupo Especial de Fiscalização Móvel
GEFM	Grupo Especial de Fiscalização Móvel
Gertraf	Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado
GT's	Grupos de Trabalhos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JGD	Jornalismo Guiado por Dados
MHuD	Movimento Humanos Direitos
MPT MA	Ministério Público do Trabalho no Maranhão
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PETE	Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo
PPGCOMPRO	Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Modalidade
Profissional	
PT-PA	Partido dos Trabalhadores – Pará

SEDIHPOP	Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular
SIT	Subsecretaria de Inspeção do Trabalho
SETUR	Secretaria de Estado e Turismo
SEDES	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 TRABALHO ESCRAVO E COMUNICAÇÃO	22
2.1 TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: DA PAUTA MIDIÁTICA À INSTITUCIONALIZAÇÃO DO TEMA	22
2.2 AVANÇOS E RETROCESSOS RELACIONADOS AO TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVO NO BRASIL	31
2.3 A IMPRENSA NO PLANO NACIONAL DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO	34
3 TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO MARANHÃO	41
3.1 MARANHÃO EXPORTADOR DE MÃO DE OBRA E LOCAL DE OCORRÊNCIAS	41
3.2 COETRAE/MA E A COMUNICAÇÃO DIGITAL	47
3.3 O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS PLANOS ESTADUAIS DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO	60
E A COMUNICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE NO MARANHÃO	60
3.3.1 I PLANO ESTADUAL	61
3.3.2 II PLANO ESTADUAL	64
3.3.3 III PLANO ESTADUAL	67
4 DAS PRÁTICAS COMUNICATIVAS À PLATAFORMA DIGITAL.....	69
5 PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	79
5.1 A ENTRADA NO CAMPO EMPÍRICO E A ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO	85
5.2 DA PESQUISA DOCUMENTAL À DEFINIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	88
5.3 DO ROTEIRO DE QUESTÕES AOS PERFIS DA COETRAE/MA.....	89
5.4 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS QUANTITATIVOS E AS PRINCIPAIS DIFICULDADES	90
5.5 AS ENTREVISTAS COLETIVAS VIA <i>GOOGLE MEET</i>	93
6 PROPOSTA DE PLATAFORMA DIGITAL PARA A COETRAE/MA	96
6.1 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS COLETIVAS	96
6.2 DAS VIVÊNCIAS DA COETRAE/MA ÀS NECESSIDADES DO PRODUTO.....	103
6.3 PROPOSTA DO PRODUTO APRESENTADO À COETRAE/MA E ADEQUAÇÕES INICIAIS	107
7 O PRODUTO, AS FORMAS DE ACESSO E EDITORIAS.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICES.....	124
APÊNDICE A – MAPEAMENTO E TIPOS DE ORGANIZAÇÕES	125
APÊNDICE B – PERGUNTAS ABERTAS ORGANIZADAS ANTES DAS ENTREVISTAS ONLINE - 30/07/21.....	126

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	131
APÊNDICE D - QUADRO SISTEMATIZADO – ENTREVISTAS: SEDIHPOP E CDVDH/CB	133
APÊNDICE E – QUADRO SISTEMATIZADO – ENTREVISTAS: SEDIHPOP, CDVDH/CB E TRT/MA	138
APÊNDICE F – LISTA DE ENDEREÇOS LOCALIZADOS NO <i>GOOGLE MAPS</i>	149
APÊNDICE G – ORGANIZAÇÃO DO OFÍCIO	156
APÊNDICE H – OFÍCIO COM SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A COETRAE/MA.....	159

1 INTRODUÇÃO

Apresentar a ideia da plataforma digital (<https://coetraema.github.io/coetraema/index.html>) sobre escravidão contemporânea¹ ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Modalidade Profissional da Universidade Federal do Maranhão (PPGCOMPRO-UFMA) representa a continuidade de um estudo iniciado no desenvolvimento da pesquisa monográfica defendida junto ao Curso de Comunicação/Jornalismo da UFMA, em 2017, intitulada *Movimento Humanos Direitos (MHuD) e a mídia: análise da participação de artistas brasileiros na visibilidade do trabalho escravo contemporâneo*.

Sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Flávia de Almeida Moura, a monografia foi o primeiro passo para entender como os movimentos sociais atuam no sentido de chamar a atenção, a partir da mídia, da opinião pública sobre determinados problemas, especificamente assuntos relacionados ao trabalho escravo contemporâneo. Alguns fatores relevantes desde a primeira etapa da pesquisa - como o fato da internet ser a principal plataforma de divulgação das temáticas relacionadas à escravidão - apresentam situação parecida com informações do mapeamento realizado nesta nova fase que contempla o desenvolvimento do produto para o Mestrado, com base na identificação de que a maioria das entidades que compõem nosso objeto de estudos, a Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Maranhão (COETRAE/MA), possui plataformas na internet, sendo que o acesso às redes sociais está cada vez mais popular, permitindo maior liberdade para a produção e divulgação do conteúdo.

A COETRAE/MA está inserida no contexto em que conta com a participação de organizações governamentais e não governamentais que apostam na coletividade para o combate ao trabalho degradante. Tem por finalidade, desde a sua criação, discutir e propor mecanismos de prevenção e enfrentamento ao trabalho escravo no Maranhão por meio da elaboração e acompanhamento das ações constantes do Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo, propondo adaptações necessárias; avaliação dos projetos de cooperação firmados entre o governo do Estado e organismos internacionais; elaboração de estudos, pesquisa e incentivo à realização de campanhas relacionadas à erradicação do trabalho escravo; receber denúncias de trabalho em condições análogas à de escravo, encaminhando-as aos órgãos de investigação e acompanhando as providências adotadas; mobilizar entidades da

¹ Trabalho escravo é crime e está previsto no Artigo 149 do Código Penal Brasileiro. Nesta comunicação utilizaremos as terminologias condições análogas à de escravos, escravidão contemporânea, trabalho degradante, ou mesmo trabalho escravo contemporâneo para tratar do mesmo fenômeno. (MOURA 2009; ESTERCI, 1994).

sociedade civil, incluindo sindicatos e a população em geral para a temática do trabalho escravo, organizando conferências, eventos, parcerias, seminários e outras formas de articulação.

Diante do acompanhamento da luta pelo combate ao trabalho escravo contemporâneo, compreende-se a necessidade de organizar informações sobre o território maranhense com o objetivo de facilitar a comunicação do assunto entre os agentes governamentais e não governamentais que fazem parte da rede de combate, além das informações sobre a temática não estarem disponibilizadas de fácil acesso na web. É notável que, apesar de existir quantidade significativa de conteúdos relacionados ao assunto, o modo como as informações estão disponibilizadas atualmente exige tempo para realizar buscas. Essa dificuldade tem impacto na atuação mais efetiva destes agentes e, conseqüentemente, no combate ao trabalho escravo no Estado.

Partiu-se do objetivo de reunir informações sobre trabalho escravo contemporâneo no Maranhão contemplando o assunto em seus inúmeros aspectos, que reunisse estudos das Ciências Humanas e Sociais, um tipo de repositório que funcionasse como uma biblioteca virtual. Com o andamento da pesquisa, principalmente, após o exercício de escuta na qualificação, a ideia que contemplava o caráter mais geral foi sendo direcionada a algo mais específico, o que resultou na necessidade de adequações para um modelo capaz de integrar serviços e processos, ou seja, apoiado na ideia que ao mesmo tempo esteja disponível para o público em geral com olhar voltado em compartilhar a trajetória da COETRAE/MA no combate ao trabalho escravo, com informações sobre o histórico da Comissão, quem são os membros, eixos de atuação, regimento interno, presidentes, mapa de localização, legislação maranhense contra o trabalho escravo, planos estaduais, tecnologias contra a escravidão, contatos e projetos, além da agenda de ações, GT's, relatórios, atas de reuniões e biblioTEC.MA, um tipo de acervo que reúne as produções sobre a temática no contexto maranhense. Como uma plataforma digital capaz de articular o que está sendo executado pelos movimentos e agentes sociais, governo, academia e jurídico, possibilitando o diálogo e a interação entre eles.

Com base nas funções designadas à COETRAE/MA, o objetivo final do produto é melhorar e potencializar a comunicação entre os sujeitos, dando visibilidade à temática e possibilitando maior efetividade das ações conjuntas. Para isso, a pesquisa se ancora num arcabouço teórico-metodológico de autores do campo da Comunicação que trabalham com os conceitos de práticas comunicativas (FRANÇA, 2004); comunicação popular (PERUZZO, 1998), identidade e representação (HALL, 2010; 2013), apropriação (THOMPSON, 2011) redes (AGUIAR, 2017), plataformas digitais, segundo discussão sobre os impactos gerados

pelas tecnologias no campo da comunicação (SANTOS, 2019); webjornalismo, engajamento digital (CANAVILHAS, 2014; JENKINS, 2014), jornalismo, memória e história na era digital (PALACIOS, 2014); entre outros.

O trabalho apresentado tem caráter qualitativo (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008). Parte de uma revisão bibliográfica acerca dos principais conceitos que ajudam a construir o universo da pesquisa e utiliza estudo documental para construir um breve histórico da luta de combate ao trabalho escravo no Maranhão. Também lança mão da pesquisa empírica com trabalho de campo (OLIVEIRA, 1996), a partir de entrevistas semiestruturadas de forma coletiva e individual com sujeitos que participam da rede de combate ao trabalho escravo no Maranhão² para poder, baseado nos elementos verificados nas entrevistas, construir uma proposta de plataforma digital que reúna os materiais e atenda às suas necessidades.

A pesquisa, portanto, é composta pela introdução e mais seis capítulos, organizados nos itens 2, 3, 4, 5, 6 e 7. O capítulo 2 abrange a discussão teórica sobre trabalho escravo e comunicação a começar por notícias que marcam a institucionalização do tema, conquistas e retrocessos. A partir dos estudos da Comunicação e História realizados por Marialva Barbosa e Ana Paula Goulart Ribeiro (2011); Marcos Palacios (2014), que tratam o tema amparado no olhar voltado ao Jornalismo, memória e história na era digital. Posteriormente, as contribuições da autora Neide Esterici (1994), que propõe um novo impulso para o conceito de trabalho escravo contemporâneo a fim de subsidiar o debate das colocações que fazem do Brasil referência mundial. Embora o Brasil seja considerado assim, esse é um tipo de debate que precisa ser atualizado porque, apesar de todos os avanços, o país se tornou nos últimos anos exemplo de degradação do trabalho. Realidade acentuada durante o governo liderado por Jair Bolsonaro³. Há também uma breve discussão a respeito do conceito de rede, com base nas propostas de Ana Lúcia Enne (2007) e Inesita Araújo (2000), além da análise do papel da imprensa no Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

O Capítulo 3 traz comprovações que o trabalho escravo continua sendo uma prática bastante atual; dados que destacam o Maranhão como lugar de origem e local onde acontece também esse tipo de crime, contexto analisado por Sávio Rodrigues e Carlos Costa (2021), relacionado com notícias publicadas sobre o assunto no território maranhense e, contribuições de Flávia Moura (2009), que problematiza o momento que antecede o recrutamento de

² Os entrevistados preencheram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e concordaram em conceder as entrevistas para a construção deste trabalho. O modelo do TCLE está no Apêndice C.

³ Jair Bolsonaro iniciou sua atuação como presidente do Brasil em 2019, com término previsto para 31 de dezembro de 2022. Na disputa presidencial, foi eleito no segundo turno com 55,13% dos votos válidos derrotando o candidato do PT, Fernando Haddad, que obteve 44,87% dos votos válidos.

trabalhadores; o que a autora conceitua de *trabalho escravo regionalizado*. Seguindo da análise de como a COETRAE/MA está inserida no contexto da comunicação digital, com fundamento nas características do webjornalismo, organizadas por João Canavilhas (2014), e o processo de construção dos Planos Estaduais com ênfase aos pontos que destacam a comunicação como estratégia no combate ao trabalho degradante.

O Capítulo 4 apresenta os principais conceitos teóricos e analíticos que ancoram esta pesquisa aplicada no campo da Comunicação. Este ponto traz o desenvolvimento do produto fundamentado nas discussões acerca das práticas comunicativas, categoria estudada por Vera França (2004). Em seguida, são explanadas abordagens direcionadas à comunicação popular a partir das considerações de Cicilia Peruzzo (1998). Ainda neste capítulo, são apresentadas as reflexões do jamaicano Stuart Hall (2007) sobre identidade e identificação. Como a ideia de plataforma digital é mais recente quando associada ao Jornalismo Guiado por Dados (JGD), torna-se necessário o entedimento desse conceito fundamentado nas contribuições de Márcio Carneiro dos Santos (2019) e Marcelo Trasel (2014); este último relacionando a cultura profissional do jornalista e a cultura *hacker*. Seguindo das dicas elencadas por Henry Jenkins (2014) para produzir conteúdo com mais chances de ser compartilhado.

No Capítulo 5, apresentamos os percursos metodológicos com demonstrações de como o fato da COETRAE/MA não possuir um espaço na web compromete a comunicação em rede, além de listar as tecnologias desenvolvidas no combate ao trabalho escravo. Também é descrita a entrada no campo empírico e apresentada a elaboração do trabalho de campo com ênfase aos diálogos com entrevistadas (os), a definição do *corpus* documental, questões do roteiro, a definição do público alvo, as principais dificuldades encontradas no trajeto de pesquisa e as entrevistas via *Google Meet*.

A proposta da plataforma digital é apresentada no Capítulo 6, onde também são evidenciados os principais apontamentos sobre as atuais práticas comunicativas no contexto da COETRAE/MA bem como seus desafios, com destaque aos resultados das entrevistas coletivas e suas contribuições para o desenvolvimento do produto, desde as ideias mencionadas por entrevistadas (os) ao encontro com a coordenação da COETRAE/MA, momento em que o produto foi apresentado à Comissão.

O Capítulo 7 apresenta o produto e as formas de acesso com ênfase no modelo e funções da plataforma digital. E, para encerrar, as considerações finais da pesquisa, recuperando os objetivos e os pontos de análise estimados como mais relevantes.

2 TRABALHO ESCRAVO E COMUNICAÇÃO

Neste capítulo é descrito parte do contexto acerca das temáticas da Comunicação em relação ao trabalho escravo contemporâneo em âmbito nacional. Apresenta uma recuperação histórica sobre a definição do conceito, as primeiras notícias que denunciam a existência desse tipo de crime no Brasil, como a projeção desses fatos em cenários internacionais foi significativa para a institucionalização do tema bem como as conquistas, os retrocessos e o papel das mídias.

2.1 Trabalho Escravo Contemporâneo: da pauta midiática à institucionalização do tema

Após o surgimento da imprensa, no século XV, os meios de comunicação passaram a registrar o presente de forma mais duradoura, sendo que os textos de múltiplas naturezas como jornais, revistas e outros periódicos passaram a ser frequentemente referenciados e ressignificados por historiadores. Impressos, transformados em documentos-monumentos de uma época, expressão cunhada por Jacques Le Goff, tomada de empréstimo por Marialva Barbosa e Ana Paula Goulart Ribeiro (2011), na apresentação da obra *Comunicação e História: partilhas teóricas*, texto no qual estabelecem as relações extremamente complexas que governam o olhar sobre o presente, ao mesmo tempo em que lançam reflexões em direção ao passado. Neste sentido, as autoras consideram que, para realizar pesquisas sobre a disciplina Comunicação, é fundamental entender, na perspectiva histórica, tudo aquilo que aconteceu no passado e chegou até o presente.

Portanto, são os atos comunicacionais dos homens que viveram outros tempos e outras relações que os historiadores procuram recuperar através de sinais significativos que deixaram marcas. É nesse sentido que afirmamos que história é, em última instância, também uma relação comunicacional (BARBOSA; RIBEIRO, 2011, p. 10).

Em concordância com o olhar das autoras, Palacios (2014) reintera no texto *“Memória: Jornalismo, memória e história na era digital”*, que a exposição do contexto histórico fundamento de informações produzidas no fazer jornalístico, em incontáveis momentos, é evidente a utilização da memória. Conforme o autor percebe, a história é a representação do passado e a memória um fenômeno sempre atual.

Consequentemente, como a memória é, por natureza, múltipla, coletiva, plural e individualizada, tantos passados relatados haverá quantos forem os relatos registrados: convergentes, conflitantes, contraditórios, a despeito de toda e

qualquer pretensão de objetividade e imparcialidade das deontologias que caracterizam o jornalismo da Modernidade. Como todo o passado, o passado construído pela atividade jornalística nada tem de consensual: trata-se, pelo contrário, de universo de significados disputados conflitivamente (Appadurai, 1981), não existindo, portanto, harmonia de versões, nem tampouco história definitiva, versão fechada e acabada de fatos históricos (PALACIOS, 2014, p. 92).

As marcas deixadas pela escravidão de quatro séculos na história do Brasil são visíveis quando é observado que, apesar de pesquisas apontarem como um dos assuntos que vem conquistando maior destaque na mídia (ESTERCI, 1994), há quem associe tal prática a todo e qualquer comportamento que fere a legislação trabalhista, ou mesmo, quem acredite que a escravidão foi superada desde a assinatura da Lei Áurea (Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888), fato que estampou a capa de diversos jornais da época, cabem aqui como exemplos de memórias conflitantes e contraditórias. Segundo Palacios (2014), o jornalismo acompanha esses campos de disputas, como será exposto ao longo deste capítulo.

O debate sobre as consequências da falta de um conceito para caracterizar o trabalho escravo contemporâneo já foi apresentado por Neide Esterci (1994). Na obra “Escravos da desigualdade”, a autora apresenta a importância de definir a caracterização de tal prática.

Enquanto a disputa pelo reconhecimento do trabalho prossegue, dentro e fora do espaço estatal, entre o Estado e as organizações da sociedade civil, ampliam-se as informações sobre o uso repressivo da força de trabalho em escala mundial. Revela-se a complexidade das situações e a necessidade de conhecê-las. (ESTERCI, 1994, p. 22)

Esterci desenvolve a obra com o objetivo de compreender relações registradas sob os nomes de “escravidão”, “semi-escravidão” e “trabalho forçado”. Utiliza os nomes para se referir a situações em que a precariedade nas condições de trabalho se revela no cerceamento da liberdade do trabalhador e chama atenção para necessidade de pensar que apesar de ser tratado, em todos os casos, de formas de exploração, um elemento diferenciador é a tentativa de imobilização da mão-de-obra. Neste sentido, Esterci considera trabalho escravo como todas as formas de exploração em que há imobilização da mão de obra por meio da coação física e/ou moral, da restrição da capacidade de ir e vir dos subordinados e da limitação de sua liberdade de oferecer a outros seus serviços (ESTERCI, 1994, p. 13).

O sentido mais diferenciado e que acabou se impondo também nessa pesquisa é o operado pelo campo do direito que utiliza a expressão *condição análoga à de escravo* presente no Código Penal Brasileiro vem sendo discutida tanto na academia quanto no âmbito jurídico.

É considerada atualmente mais completa, pois abrange tantos os crimes de privação da liberdade quanto os crimes de condições degradantes de trabalho. Sendo que o uso do adjetivo “análogo” reafirma que a prática do trabalho escravo se assemelha à escravidão colonial, mas não são iguais. O conceito que é adotado pela Lei 149 do Código Penal Brasileiro, trata do crime de trabalho escravo da seguinte forma:

Art. 149. Reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003).

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003).

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem: (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003).

I - cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003).

II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003).

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido: (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003).

I - contra criança ou adolescente; (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003).

II - por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003).

(JUSBRASIL, Art. 149 do Código Penal – Decreto Lei 2848/40)

Segundo o artigo 149 do Código Penal Brasileiro, o trabalho escravo contemporâneo é caracterizado pelos seguintes elementos: trabalho forçado; jornada exaustiva; condições degradantes e servidão por dívida. O trabalho forçado se configura como um tipo de exploração em que ameaças, violência física ou psicológica são utilizadas para manter a produtividade. Na jornada exaustiva, ocorre a obrigação de realizar tarefas além do que o corpo permite, sendo submetido à sobrecarga de trabalho que desconsidera o tempo de descanso necessário para recompor a força. As condições degradantes são caracterizadas principalmente pela violação do direito fundamental, notadamente os dispostos nas normas de proteção do trabalho e de segurança, higiene e saúde no trabalho.

Muitas vezes quem está submetido a essa situação tem a dignidade negada, sendo obrigado a viver em alojamentos precários, com alimentação insalubre ou mesmo a ausência dela, falta de saneamento básico e até água potável. A servidão por dívida prende ao local de trabalho. Nela, existem dívidas ilegais referentes à cobrança de taxas, como o transporte até o local do serviço, gastos com alimentação, inclusive compra de ferramentas de trabalho, tudo

com o preço acima do que foi estabelecido no mercado. No dia do pagamento, o dinheiro que deveria ser entregue ao trabalhador permanece no bolso do patrão. Esse contexto de exploração é comum, sobretudo, nas regiões rurais do país, por exemplo, locais onde trabalhadores e trabalhadoras convivem com diversos tipos de vulnerabilidade social e econômica que, associadas à pobreza, desemprego e violência facilitam a ocorrência do trabalho escravo.

As primeiras notícias revelam que a intervenção de agentes da Polícia Federal e imprensa foram essenciais para disseminar a discussão sobre o assunto. As denúncias contra o trabalho escravo ganharam notoriedade quando conseguiram projeção em cenários internacionais, entretanto, no primeiro momento, essas informações foram desacreditadas.

No início dos anos de 1970, a expansão agrícola e o aumento da concentração de terras que ocorreu no Brasil atraiu trabalhadores para a Amazônia brasileira, sendo assim, a rede de aliciamento ao trabalho escravo tornou-se uma prática bastante comum, conforme complementa Esterici e Rezende (2017):

Pelo final dos anos de 1960 e início dos 1970, é que ela emergiu como um problema, pois a política de ocupação da fronteira amazônica se tornou uma política do Estado, pondo em evidência a imobilização, muitas vezes ostensiva e violenta de milhares de trabalhadores vindos de outras regiões do país e empregados na derrubada das matas para instalação dos grandes projetos agropecuários. Neste contexto, exatamente, é que os governos brasileiros foram instados a responder às convenções internacionais das quais o país era signatário (ESTERCI, REZENDE, 2017, p.1).

Nesse período, diferentemente da década passada, muitos outros atores passaram a ter voz cada vez mais ativa para se contrapor a esse tipo de prática. Entre eles, trabalhadores e religiosos ligados à Igreja Católica que ocuparam um espaço de destaque ao lado de outras entidades da sociedade civil.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil divulgou ontem documento do bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga, (...) “Uma Igreja em conflito com o latifúndio e a marginalização social”. Com esse título, o bispo deu início ao seu relatório. (...) No dia 8 de agosto, houve uma intervenção espetacular da Polícia Federal na Companhia CONDEARA, a famosa ‘condenada’, na gíria do povo. Essa intervenção da polícia e da imprensa revelou alguma coisa, nem tudo, de uma trágica realidade” (Jornal do Brasil, novembro de 1971 *apud* ESTERCI, 1994, p. 15).

Segundo registros históricos, o trecho destacado acima relata a primeira denúncia contra o trabalho escravo contemporâneo no Brasil. O fato aconteceu no dia 10 de outubro de

1971, quando o padre Pedro Casaldàliga⁴, então bispo da prelazia de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, chamou a atenção para o tema por meio da publicação da Carta Pastoral⁵ "Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social", um texto que denuncia as condições desumanas às quais estavam submetidos trabalhadores da fronteira amazônica como também atribuía suas causas à concentração de terras. Nessa época, o regime de exceção vigorava no Brasil, sendo assim o sistema de exploração era também validado pelo Estado, de acordo com a captura de tela do jornal Tribuna da Imprensa do ano 1971, indicado na Figura 1.

Figura 1 – Primeira denúncia contra o trabalho escravo no Brasil



Fonte: Fundació Pere Casaldàliga (1971)

⁴ Foi um bispo católico radicado no Brasil desde 1968. Nasceu em 16 de fevereiro de 1928, em Pere Casaldàliga i Pla, província de Barcelona, na Espanha. Pedro Casaldàliga chegou ao Mato Grosso para atuar como o primeiro bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia. Já nos primeiros anos na região, ao lado de outros padres espanhóis, envolveu-se com a defesa de povos indígenas, ameaçados pela violência dos conflitos agrários e pela expansão dos latifúndios na região. Casaldàliga faleceu em 8 de agosto de 2020.

⁵ Disponível em: <https://fperecasaldaliga.org/pt-br/blog/2019/07/13/carta-casaldaliga-muda-amazonia/>. Acesso em: 27.07. 2021.

A análise da primeira denúncia contra o trabalho escravo contemporâneo em território nacional pode ser encontrada no livro “Entre a cruz e a foice” (2007), de Mairon Escorsi Valério⁶. Na referida obra, o autor destaca que a equipe pastoral liderada por Casaldáliga foi responsável pela organização dos principais documentos produzidos acerca da região de São Félix do Araguaia. Além da atuação pastoral, Casaldáliga é conhecido por demonstrar seu posicionamento político por meio de manifestos, artigos e até mesmo poesias, o que evidencia habilidade para utilizar palavras em defesa dos direitos humanos.

A participação de religiosos contra o trabalho escravo contribuiu para o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁷. Desde o início de sua atuação, o maior desafio da entidade está relacionado às questões culturais, que consideram muitas vezes o tratamento desumano dado ao trabalhador como “algo natural”, por mais que utilize como prova os depoimentos de trabalhadores escravizados. A CPT tem cooperado bastante para o fortalecimento da luta contra a escravidão moderna. Além de implementar a divulgação de informações a respeito da problemática, organiza ações voltadas para conscientizar as classes subalternas. A entidade ligada à Igreja Católica se consolidou como forte apoio aos trabalhadores rurais oficialmente desde 1975.

Essa experiência construiu uma significativa produção de folhetos, de cadernos de estudo, materiais para reflexão, cartazes, programas de rádio, que contribuíram para expor os problemas enfrentados por grupos sociais completamente desconsiderados no ordenamento de políticas públicas no Brasil. Exemplo disso foi o lançamento do “Boletim Nacional da CPT”, em 1975, que denunciava a grilagem de terra, a ação predatória de grandes projetos agropecuários e, por consequência, a manutenção de um sistema que submetia milhares de trabalhadores à escravidão (ROCHA, BRANDÃO, 2013, p.03).

A década de 1980 ficou marcada como o período de redemocratização no Brasil. Os esforços para garantir os direitos fundamentais dos brasileiros se consolidaram com a promulgação da chamada Constituição Cidadã em 1988, responsável pelo ordenamento jurídico atual. Com o fim da censura propriamente dita, a imprensa brasileira passou a tratar de temas até aquele momento proibidos, ainda que as abordagens estivessem subordinadas aos interesses editoriais.

⁶ Mairon Escorsi Valério é doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Auxiliar da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim (RS).

⁷ A CPT é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz e responsável por receber e encaminhar denúncias de trabalhadores.

Nesse período, as denúncias contra o trabalho escravo passaram a despertar o interesse da grande mídia. Em 1983, por exemplo, em uma pequena reportagem do jornal O Globo, a multinacional Volkswagen foi denunciada pela existência de trabalhadores escravos em uma de suas fazendas, na região amazônica. A notícia teve grande repercussão na imprensa internacional – especialmente em jornais da Alemanha, onde a multinacional é sediada – que passou a solicitar informações mais detalhadas sobre estes acontecimentos (ROCHA, BRANDÃO, 2013, p. 04).

A articulação social entre a sociedade civil, CPT, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e poder público para a responsabilização da Volkswagen pelas condições de trabalho vividas por seus empregados resultou na venda da propriedade e indenização de três trabalhadores que haviam escapado da fazenda. De um lado, o crime não existia. Por outro, parece que o governo brasileiro pretendia se proteger em relação aos organismos internacionais.

No relatório a ser encaminhado ao Fórum da Organização Internacional do Trabalho, no início dos anos 1990, a divergência entre governo e entidades da sociedade civil era flagrante: enquanto estas últimas, entre elas a Comissão Pastoral da Terra, que registrava 8,1 mil casos de trabalho escravo, mas a fiscalização do Ministério do Trabalho admitia apenas 350 casos, considerando os demais casos denunciados como descumprimento de normas trabalhistas (FSP, 29/05/93; Esterci, 1994).

Apesar de toda pressão, somente na década de 1990, o combate ao trabalho escravo passou a ser tratado como pauta pública, resultado de um conjunto de fatores sociais, políticos e econômicos.

A pressão conjunta de atores sociais no âmbito internacional, promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) juntamente com a atuação de grupos nacionais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), como exemplifica a Figura 2.

Figura 2 – A importância das denúncias realizadas em fóruns internacionais



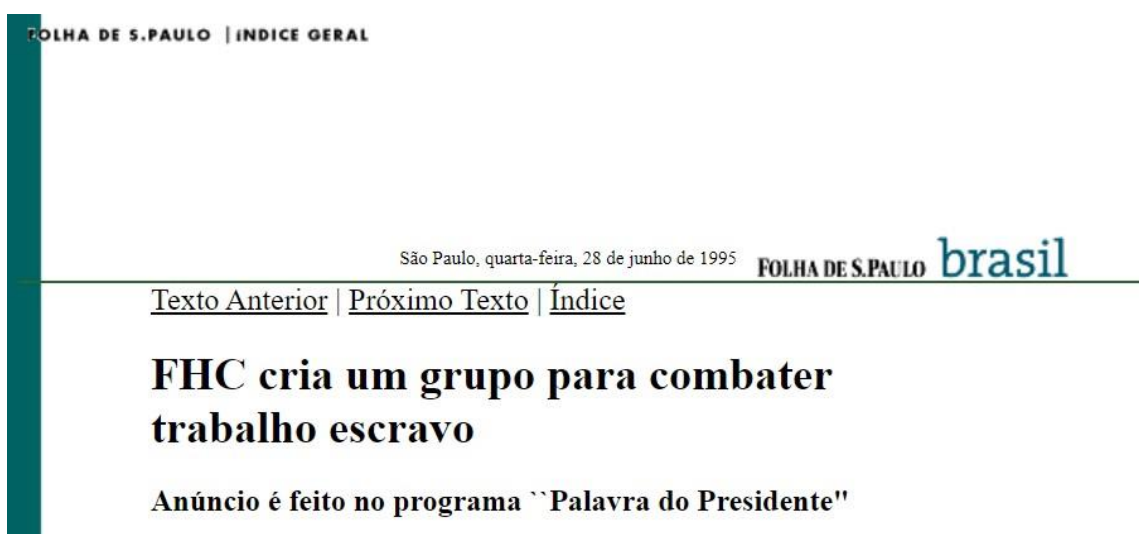
Fonte: Documentário Mãos à Carne (1995)

A articulação da rede de combate à escravidão contemporânea conseguiu fazer com que as denúncias chegassem ao poder público, forçou o governo a não mais ignorar a questão e a tomar medidas legais.

Em 1992, o Governo Federal instituiu o Programa de Erradicação do Trabalho Forçado e do Aliciamento de Trabalhadores (Perfor). Entretanto, como comenta Moraes (2007, p. 2), “foi mais uma resposta às denúncias feitas em fóruns internacionais do que uma efetiva vontade política de enfrentar a questão”, razão pela qual o programa não obteve efeitos computáveis (ROCHA, BRANDÃO, 2013, p.04).

Após um longo período de dedicação de membros das entidades governamentais e não governamentais, o tema escravidão contemporânea entra na pauta do Estado em 1995, ano em que o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (FHC)⁸, em um pronunciamento perante a nação, assumiu formalmente a existência do trabalho escravo em solo brasileiro, como demonstra Figura 3.

Figura 3 – Trabalho escravo na pauta do governo



Fonte: Folha Uol (1995)

Apesar do debate sobre a institucionalização do tema ter conquistado certa notoriedade em 1989, após a divulgação do caso José Pereira, trabalhador escravizado na fazenda Espírito Santo, cidade de Sapucaia, localizada no sul do Pará. O trabalhador tentou fugir, mas foi capturado. Atingido com arma de fogo, fingiu-se de morto e, mesmo ferido, conseguiu fugir.

⁸ FHC foi Presidente do Brasil por dois mandatos consecutivos, de janeiro de 1995 a dezembro de 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/28/brasil/31.html>. Acesso 29.07. 2021.

Por exigência da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Congresso aprovou multa de R\$ 52 mil reais, valor pago a José Pereira somente em 2003, depois de 14 anos do fato ocorrido. Fato que ganhou visibilidade, inclusive, na mídia internacional, como pode ser observado na Figura 4.

Figura 4 – Caso José Pereira alcança mídia internacional



Fonte: Documentário Mãos à Carne (1994)

O trabalho escravo tornou-se assunto presente na pauta do Congresso Nacional em 1995, ano em que o governo brasileiro foi obrigado a reconhecer a existência de tal prática no país. Com base na institucionalização do tema, o Estado é pressionado a iniciar a implantação de medidas de combate a esse tipo de crime.

Naquele momento, o Governo Federal criou o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (Gertraf), dentro do Ministério do Trabalho, e o Grupo Especial de Fiscalização (Grupo Móvel) para operacionalizar as ações. O Grupo Móvel – criado e formado por Auditores-Fiscais do Trabalho, Procuradores do Trabalho e, em algumas ocasiões, por agentes das polícias Federal e Rodoviária Federal – até hoje executa operações que, além de resgatar pessoas em situações de trabalho escravo, tem a prerrogativa de atuar no mapeamento de novos focos de exploração e prestar assistência temporária (ROCHA, BRANDÃO, 2013, p.05).

Como forma de demonstrar que cumpriria o acordo, o Brasil teve que se comprometer em adotar medidas para enfrentar o problema. Como efeito dessas ações, o governo federal criou o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (Gertraf), dentro do Ministério do

Trabalho, e o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), que se transformou no mais importante instrumento de repressão ao trabalho escravo.

2.2 Avanços e retrocessos relacionados ao trabalho análogo à escravidão no Brasil

As iniciativas contra o trabalho escravo tornam-se prioritárias na agenda de direitos humanos durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva⁹. No seu primeiro mandato (2003-2006), por determinação do I Plano Nacional dos Direitos Humanos, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República lançou o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo¹⁰, documento que organiza as funções de diversos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e entidades da sociedade civil, assunto veiculado no site da Câmara do Deputados¹¹, conforme demonstra Figura 5.

Figura 5 – Lançamento do Plano Nacional



Fonte: Matéria veiculada no site da Câmara do Deputados (2003)

Em 2003, o Gertraf é substituído pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), principal responsável em monitorar a execução do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.

⁹ O Governo Lula correspondeu ao período que se iniciou em 1º de janeiro de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência do Brasil, e encerrou-se no dia 1º de janeiro de 2011, quando a Presidência foi transmitida para Dilma Rousseff.

¹⁰ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/147305-lula-anuncia-plano-nacional-de-erradicacao-do-trabalho-escravo/?pagina>. Acesso em: 14.04.21

¹¹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/147305-lula-anuncia-plano-nacional-de-erradicacao-do-trabalho-escravo/?pagina>. Acesso em: 11.06.21

Entre as diversas propostas do Plano, merecem destaque: a) o apoio do Executivo Federal à aprovação da PEC que prevê o confisco de terras onde forem encontradas pessoas em situação de trabalho análogo ao de escravo; b) a inserção de cláusulas estipulando o impedimento da aquisição e manutenção de crédito rural e de incentivos fiscais para empresas flagradas utilizando o trabalho escravo; c) a disponibilização permanente do Grupo Especial de Fiscalização Móvel; d) a inclusão das ações de combate ao trabalho escravo no Plano Nacional de Segurança Pública e; e) a elaboração de uma política de reinserção social de egressos do trabalho escravo, buscando evitar a reincidência (BRASIL, 2003).

Também em 2003, o artigo 149 do Código Penal foi modificado para garantir a definição de trabalho escravo contemporâneo. A partir daí, trabalho forçado, servidão por dívida, jornadas exaustivas e condições degradantes passaram a fazer parte da definição. É criada também a Lista Suja, cadastro que reúne os nomes de empregadores flagrados usando o trabalho escravo.

Nesse cadastro, os nomes dos infratores são incluídos, após decisão administrativa final lavrada em procedimento de fiscalização, e garantidos o contraditório e a ampla defesa dos acusados. De acordo com as regras do Ministério do Trabalho e Emprego. Ao final do processo administrativo, criado pelos autos da fiscalização, incluem-se o nome do infrator e o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa listada, impedindo assim a concessão de créditos e financiamentos de instituições estatais e agências regionais de desenvolvimento, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e o Banco do Nordeste (BRASIL, 2011, p. 23).

A primeira proposta que exigia o confisco de propriedades flagradas com trabalho escravo foi apresentada na Câmara pelo Deputado Paulo Rocha – Partido dos Trabalhadores – Pará (PT-PA) e ficou conhecida como PEC 232/1995. Outra ideia semelhante prosseguiu com a apresentação no Senado Federal pelo Senador Ademir Andrade – Partido Socialista Brasileiro - Pará (PSB-PA). Após fortes pressões de entidades envolvidas na luta pela garantia dos direitos humanos, em 1999, foi apresentada ao Senado a Proposta de Emenda Constitucional 57A/1999, aprovada e encaminhada à Câmara, onde passou a ser denominada de PEC 438/2001.

A dimensão do problema é bem maior do que se pode imaginar. Segundo Neide Esterici (1994), muitas vezes o Estado atua como responsável pela implantação do regime repressivo da força de trabalho.

O Estado pode estar envolvido como responsável direto pela implantação do sistema repressivo sobre a força de trabalho; outras vezes o faz indiretamente

como implementador de políticas que provocam a emergência de práticas repressivas por parte dos empregadores (ESTERCI, 1994, p. 59).

É incontestável que o objetivo de quem utiliza mão de obra escrava é manter a rede de lucro superior à dos concorrentes. Se possível, competir no mercado com uma mercadoria a custo zero no quesito mão de obra. Para isso, utiliza-se da miséria e a reproduz. É exatamente neste sentido que a impunidade segue, alimentando esse ciclo e, mesmo que seja interrompido com a ação de entidades que lutam contra a escravidão moderna, ele se fecha e recomeça novamente (MOURA, 2009).

No artigo *Conceito de rede e as sociedades contemporâneas*, Ana Lúcia Enne (2004) apresenta numa perspectiva histórica o mapeamento das principais abordagens sobre a noção metodológica do conceito de rede. As colocações elencadas pela autora servem para levantar a discussão sobre a necessidade da categoria rede transpor o conceito simbólico para ser usado como instrumento metodológico, sobretudo, para a compreensão das relações sociais entre indivíduos, é necessário destacar a definição de rede. Para Enne (2004), a abordagem não se restringe somente às sociedades contemporâneas globalizadas.

Lugar comum nas análises da sociedade contemporânea, o conceito de rede tem sido muito empregado para definir as novas formas de socialização e fluxo informacional dentro da chamada ordem globalizada. No entanto, tal conceito vem sendo trabalhado de formas distintas dentro das Ciências Sociais, em especial na Antropologia e na Comunicação, e essa multiplicidade conceitual nem sempre é levada em conta (ENNE, 2004, p. 264).

Dessa forma, Enne chama a atenção para a multiplicidade conceitual de rede, utilizando os dados do seu levantamento para demonstrar que o conceito é adequado para qualquer sociedade: “Há, portanto, em nossa compreensão um uso generalizante do conceito que só tende a esvaziá-lo, em detrimento de sua riqueza e adequação” (ENNE, 2004, p. 272).

Com fundamento nas informações levantadas até aqui, é considerável que a atuação dessas entidades configura uma rede, na qual pode-se afirmar que possui uma característica bastante peculiar, porque busca a mídia como aliada fundamental no combate à exploração da mão de obra escrava. A importância da imprensa para divulgação desse tipo de causa está prevista no Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo¹². Sendo assim, das 76 medidas de combate ao trabalho escravo, três atribuem à mídia a tarefa de conscientizar,

¹² O 1º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo foi lançado em 12 de março de 2012 pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

capacitar e sensibilizar a sociedade. Tal atitude demonstra que o governo acredita no poder da imprensa como algo indispensável para a visibilidade do problema.

2.3 A imprensa no Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo

A Figura 6 inspira a realização de análises fundamentadas nos estudos realizados por Inesita Araújo (2000). Na obra *Mediações e poder*, a autora se dedica em investigar o modo pelo qual os agentes sociais, por meio de práticas discursivas, disputam essa espécie de poder, ou seja, o poder de falar e se fazer ouvir, ou mesmo, se constituir como agente social. Segundo Araújo (2000), “O poder simbólico exerce-se nas relações sociais, na capilaridade social, é constitutivo e constitui-se na dinâmica social”, é um tipo de poder que se manifesta naturalmente em diferentes situações.

Figura 6 – O papel da imprensa no Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo



Fonte: PNCTE (2002)

Ao escrever sobre o assunto, Araújo enfatiza que não está se referindo ao poder político, nem ao poder econômico, muito menos ao poder da força bruta. Pelo contrário, baseou seus estudos segundo o conceito de poder simbólico elencado por Pierre Bourdieu. Neste sentido, demonstra interesse em entender o tipo de poder que age de forma mais sutil, quase que imperceptível: “Com Bourdieu, penso que relações de comunicação são, sim, de modo inseparáveis relações de poder, mas que dependem do capital simbólico dos agentes e instituições envolvidos” (ARAÚJO, 2000, p.2).

Quanto às contribuições de Araújo (2000) sobre centro e periferia nas redes, considera-se que a atuação do movimento social não pertence somente ao núcleo central ou só ao periférico. Ele transita na dinamicidade:

Centro e Periferia são posições relativas, que se reproduzem em cada campo, em cada núcleo ou comunidade discursiva, e cada grupo social por menor que seja. Ninguém pertence só aos núcleos centrais ou só aos periféricos. O presidente de uma organização indígena, que ocupa posição central em relação aos habitantes de uma aldeia, é periférico em relação à direção da federação de organizações indígenas. Um dirigente de uma ONG, centro em relação aos seus subordinados, integra o núcleo periférico quando as relações são entre ONGs e agências internacionais de cooperação (ARAÚJO, 2000, p. 3).

Isto é, em termos de visibilidade na mídia, os agentes que atuam contra a escravidão moderna transitam na posição central, porque as ações dos combatentes a serviço dos direitos humanos fazem circular informações acerca do trabalho escravo contemporâneo. Nesse jogo de relações, os movimentos sociais ocupam a posição periférica quando buscam publicizar a imagem de pessoas e de organizações que executam trabalhos sociais, sendo que estes não são suficientemente conhecidos, tendo como consequência a constante ameaça de morte que sofrem seus agentes em algumas situações. Cabe ao movimento social pressionar as autoridades para que executem ações em prol da paz e da justiça: “Centro e periferia não são lugares de exclusão, de poder ou não poder. Há poder em todo lugar, fortalecido ou enfraquecido pelas relações estratégicas” (ARAÚJO, 2000, p. 3).

A ideia de hierarquia das redes é discutida por Souza e Quandt (2008). Segundo os autores, as redes sociais são estruturas dinâmicas e complexas, formadas por pessoas com valores e/ou objetivos em comum, interligadas de forma horizontal e predominantemente descentralizada. Quandt e Souza (2008) afirmam que, recentemente, os movimentos da sociedade civil na busca por soluções para problemas sociais crônicos como fome, miséria e violência têm contribuído para um interesse ainda maior nas redes sociais e suas propriedades. Estar preparado para exigir a solução de tais problemas nos leva a refletir como um agente social consegue apresentar uma fala que possui mais poder que outro, logo, diante desse contexto, é imprescindível pensar a verticalidade nas redes para entender a dinâmica vivenciada por atores que participam desse processo. Neste sentido, concorda-se com Quandt e Souza (2008), os quais enfatizam que estar localizado em um ponto estratégico da rede é, muitas vezes, mais importante que estar localizado em algum determinado nível hierárquico, mesmo que superior. Com relação à dinamicidade presente na rede, Moura (2013) apresenta a seguinte contribuição: “elas têm movimento, são suscetíveis a transformações, ora um integrante tem

mais destaque que o outro, e vice e versa. Mas os objetivos entre os integrantes das redes são comuns e devem ser buscados por meio da horizontalidade”.

Os esforços das entidades que atuam no combate à escravidão alcançou o resultado esperado após um longo período de luta. No dia 5 de junho de 2014, aconteceu a aprovação da PEC 438. Conhecida atualmente como PEC do Trabalho Escravo ou mesmo PEC 438/2001, a emenda apresentava em seu texto a proposta de alteração do artigo 243 da Constituição Federal. Até então, o antigo formato estava relacionado apenas à expropriação de imóveis em que fossem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas. Com a mudança, o artigo que antes se limitava ao tráfico de drogas é ampliado para atender também as demandas essenciais no combate à escravidão moderna, ou seja, a expropriação de imóveis passa a ser permitida quando há identificação de trabalhadores em regime análogo ao de escravo.

A PEC prevê um acréscimo ao artigo 243 da Constituição que já contempla o confisco de áreas em que são encontradas lavouras de psicotrópicos. Com a discussão em pauta no Congresso, a PEC do Trabalho Escravo volta a ser apresentada na Câmara em 2001 sob o número 438. Entretanto, teve que aguardar aproximadamente treze anos para sua tramitação. Mesmo diante de uma forte resistência por parte de políticos especialmente daqueles ligados à Frente Parlamentar da Agricultura, conhecida no Congresso como Bancada Ruralista, a PEC 438/2001 foi à votação no primeiro turno, sendo aprovada no dia 11 de agosto de 2004 com 326 votos a favor, 10 contra e 8 abstenções. Cabe destacar que o debate sobre a emenda conquistou amplitude após a divulgação do crime que ficou conhecido como “Chacina de Unai”, uma tragédia que marcou o assassinato de quatro funcionários do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), alvejados enquanto realizavam uma fiscalização de rotina.

É importante enfatizar que houve a divisão de opiniões no Parlamento. Além dos grupos contrários à aprovação da PEC, também houveram mobilizações favoráveis. No Senado, por exemplo, o impacto de tal discussão fomentou a criação em 2007 da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, aprovada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; na Câmara, foi criada a Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo, Degradante e Infantil, aprovada na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados.

Após diversas pressões das entidades envolvidas no combate ao trabalho escravo, o segundo turno de votação da PEC 438/2001 ocorreu em 22 de maio de 2012 na semana de comemoração da Lei Áurea. O resultado final da aprovação contou com 360 votos a favor, 29 contra e 25 abstenções. Como o objetivo era alterar o artigo 243 da Constituição, após ser

aprovada, a proposta é transformada em Emenda Constitucional nº 81/2014, tornando a expropriação compulsória de terras identificadas com trabalho escravo.

O esforço das entidades que atuam no combate à escravidão alcançou o resultado esperado após um longo período de luta. No dia 5 de junho 2014, aconteceu a aprovação da PEC 438¹³, conforme Figura 7.

Figura 7 – Aprovação da PEC 438



Fonte: Folha de São Paulo (2014)

Por mais que a constituição seja um documento geral, ela é incapaz de legislar por completo, por isso existem as chamadas leis infraconstitucionais, estão abaixo e não podem contrariar aquela que fundamenta todas as normas, a Constituição Federal. Ao estabelecer que a expropriação será na forma da lei, significa que, para poder valer todos os seus efeitos integralmente, o artigo precisa ser regulamentado.

Diante desse contexto, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou o Projeto de Lei 432/2013, de autoria de Romero Jucá, que propõe a regulamentação do artigo 243 da Constituição Federal. Entretanto, a proposta

¹³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/05/1460976-senado-aprova-pec-do-trabalho-escravo-e-texto-vai-a-promulgacao.shtml>. Acesso em: 29.07.2021.

desconsidera o conceito de trabalho escravo¹⁴ estabelecido no Brasil, retirando os termos “jornada exaustiva” e “condições degradantes”. O texto jornalístico é exemplo de como a rede de combate procura se articular, como observado na Figura 8.

Figura 8 – Modificação no conceito de trabalho escravo

BLOG NA REDE

NA SURDINA

Wagner Moura: ‘Manobra sorrateira da bancada ruralista’

Senado se prepara simplesmente para modificar o conceito de trabalho análogo à escravidão. Medida leva ator a enviar carta ao presidente da Casa, Renan Calheiros

Por Marcelo Auler

Publicado 10/12/2015 - 12h59

Fonte: Rede Brasil Atual (2015)

Segundo os parlamentares que se posicionam contra a PEC 438, a definição de trabalho escravo é subjetiva, pois depende da interpretação realizada pelos fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o que põe em risco a produção daquela propriedade. Para os opositores, as atividades rurais ainda se adequam ao modelo rústico e não podem ser avaliadas da mesma forma de produção que acontece nos centros urbanos, como nas grandes fábricas, por exemplo.

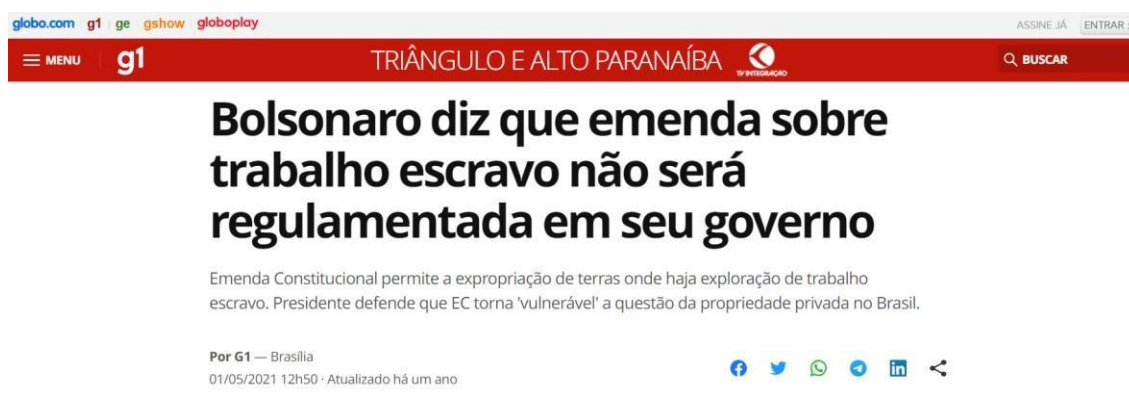
Nas entrelinhas desse argumento está a interpretação de que os trabalhadores escravizados estão “acostumados” a morar em casebres ou mesmo não ter acesso a uma alimentação de qualidade. Tal opinião reforça que a miséria já faz parte da cultura desses

¹⁴ Pelo artigo 149, são elementos que determinam trabalho análogo ao de escravo: condições degradantes de trabalho (incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos fundamentais o que coloca em risco a saúde e a vida do trabalhador); jornada exaustiva (em que o trabalhador é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarreta a danos à sua saúde ou risco de vida); trabalho forçado (manter a pessoa no serviço através de fraudes, isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e psicológicas); e servidão por dívida (fazer o trabalhador contrair ilegalmente um débito e prendê-lo a ele). (Fonte: <http://www.humanosdireitos.org>)

sujeitos e o trabalho, em vez de contribuir para a dignidade humana, se confunde com um tipo de exploração que desqualifica a característica desses sujeitos enquanto seres humanos, reduzidos a meros objetos descartáveis. Por isso, os sujeitos escravizados são vítimas da pobreza e, muitas vezes, da falta de informação.

Embora o Brasil seja considerado referência no assunto, esse é um tipo de debate que precisa ser atualizado porque, apesar de todos os avanços legislativos, como aprovação da PEC 438, que garante a expropriação de terras flagradas com trabalho escravo, ou mesmo, a criminalização de pessoas físicas e jurídicas envolvidas com esse tipo de crime, além da perda do direito a financiamentos bancários, o país se tornou nos últimos anos exemplo de degradação do trabalho. Realidade acentuada durante o governo liderado por Jair Bolsonaro, ou seja, de um lado existe uma rede que atua pelo avanço das políticas públicas trabalhistas que vai de encontro a um modelo institucionalizado que naturaliza diversas formas brutais de trabalho, inclusive, a superexploração da mão de obra, como pode ser observado na Figura 9 a matéria publicada no G1, em que o atual presidente defende o direito à propriedade privada como argumento para garantir a liberdade econômica.

Figura 9 – O trabalho escravo no Governo Bolsonaro



Fonte: G1 (2022)

Diante do cenário estruturado fortemente pela miserabilidade de suas vítimas e a ganância dos empregadores, que encontram nos sistemas de investigação diversas fragilidades que contribuem para a incapacidade de punir criminosos, como a diminuição de verbas destinadas às fiscalizações, logo, os infratores costumam agir como se estivessem isentos do alcance da lei. Somado a este contexto, a pandemia da COVID-19 intensificou os problemas

políticos, econômicos e sociais. O impacto no mercado de trabalho trouxe à tona dificuldades extremas encaradas por inúmeros trabalhadores e o mais preocupante é que mesmo depois da sonhada era pós-pandêmica a tendência é que os trabalhos degradantes continuem sendo a única opção.

3 TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO MARANHÃO

Neste capítulo, há comprovações de que o trabalho escravo continua sendo uma prática bastante atual, com base em dados que revelam o total de trabalhadores encontrados em inúmeras cidades brasileiras, sendo que nesse contexto o Maranhão é destacado como 5ª região com 3.535 trabalhadores resgatados. Ainda trazemos um breve histórico das ações de combate ao trabalho escravo no Estado tendo como referências matérias jornalísticas, aproximando-se do objeto investigado para identificar os problemas relacionados à comunicação e dessa forma propor, ao final, algumas soluções possíveis para o enfrentamento do trabalho escravo no Estado junto às práticas comunicativas no âmbito da COETRAE/MA.

3.1 Maranhão exportador de mão de obra e local de ocorrências

O Maranhão, Amazonas e Pará, nesta ordem, são os estados com maior número de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* abaixo da linha da pobreza. É o que mostra a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) coletada em 2019 e divulgada no final de 2020. Com base nas informações divulgadas pela Revista Cenarium¹⁵, no território maranhense, estava nessa condição 52% da população. No Amazonas, eram 47% e no Pará, 44%.

Como prova de que o trabalho escravo continua sendo uma prática bastante atual, dados do Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas – Smartlab calcula que, de 1995 a 2021, ano do reconhecimento da existência do trabalho escravo no Brasil, foram resgatados cerca de 55.303 mil¹⁶ trabalhadores em condições análogas à escravidão no país. Os números revelam que um total de 13.347 trabalhadores foram encontrados nesse tipo de exploração no Pará. Em seguida, o Mato Grosso (6.106), Minas Gerais (5.398), Goiás (4.413), Maranhão (3.535), Bahia (3.443), Tocantins (2.996), Mato Grosso do Sul (2.916), São Paulo (2.030) e Rio de Janeiro (1.706)¹⁷.

Como pode ser observado na Figura 10 o território maranhense aparece como a 5ª região, com 3.535 trabalhadores resgatados. Em setembro de 2021, a notícia publicada no G1 Maranhão, com o título “15 trabalhadores são resgatados de condições análogas à escravidão

¹⁵ Disponível em: <https://revistacenarium.com.br/miseria-para-118-milhoes/>. Acesso em: 10.03.2022

¹⁶ Fonte: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/0?dimensao=prevalencia>. Acesso 17.07.2022

¹⁷ O total de 55.303 trabalhadores resgatados no Brasil durante o período de 1995 a 2021 não coincide com o número total da planilha disponibilizada na plataforma Smartlab. Ao conferir os dados de trabalhadores resgatados nas vinte e sete cidades brasileiras somam 55.186, ou seja, existe uma diferença de 117 pessoas entre o que é destacado na plataforma e os números organizados na planilha.

no interior do MA¹⁸”, mostra que a fiscalização libertou ao longo do mês pessoas em Imperatriz, Açailândia e Amarante do Maranhão.

Figura 10 – Exemplo de notícia sobre trabalho escravo no Maranhão



Fonte: G1 Maranhão (2021)

Segundo a matéria jornalística, treze pessoas resgatadas por Auditores-Fiscais do Trabalho da Gerência Regional Trabalho estavam sendo escravizadas na fazenda destinada ao cultivo de grãos, na cidade de Bom Jesus das Selvas, localizada em Imperatriz. Já o resgate de outros dois trabalhadores foi realizado por integrantes do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) em duas fazendas, nos municípios de Açailândia e Amarante do Maranhão.

Segundo informações registradas na matéria, é possível identificar diversas características do que é considerado escravidão na atualidade. A começar pela presença do “gato”, responsável pelo recrutamento de trabalhadores até as fazendas. Seguido da inexistência de saneamento básico, como a falta de sanitários, energia elétrica, ou mesmo locais adequados para que pudessem fazer suas refeições. Trabalhadores de ambos os sexos dormiam amontoados no mesmo quarto, até mesmo um adolescente de 16 anos.

Na operação realizada na zona rural de Açailândia, situada no assentamento Terra Nova, os Auditores-Fiscais do Trabalho do GEFM encontraram um idoso de 68 anos responsável pela preparação da terra para plantio de soja e aplicação de agrotóxicos, que estava alojado há mais de 15 anos em uma casa de madeira mal conservada e insegura.

Em Amarante do Maranhão, o GEFM resgatou um trabalhador que realizava atividade no roço de pastos com foice, manipulando agrotóxicos e ficava alojado em barracão onde as

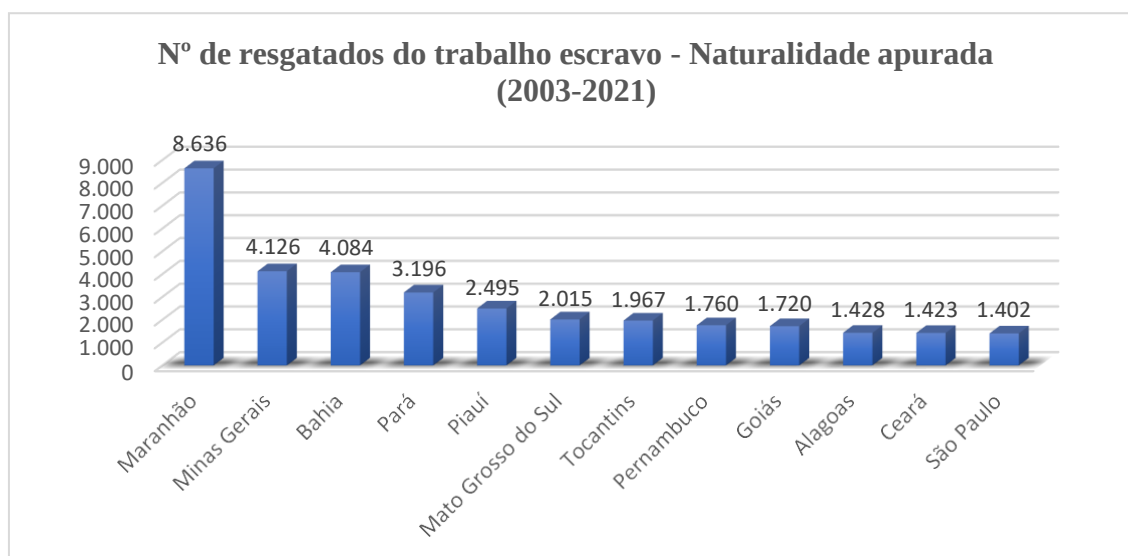
¹⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/09/25/15-trabalhadores-sao-resgatados-de-condicoes-analogas-a-escravidao-no-interior-do-ma.ghtml>. Acesso: 17.03.2022.

paredes foram improvisadas com pedaços de lona, palhas de palmeiras, uma porta de madeira solta e varas.

Essas operações reúnem diversas características do que é considerado o conceito de trabalho escravo e, ainda, destacam a maneira como o crime é praticado. Vale destacar que os dados estão relacionados com o número de trabalhadores resgatados, além disso, muitos trabalhadores que ingressam, saem do trabalho escravo e nunca foram resgatados pela fiscalização, logo, a dimensão do problema ainda é algo incomensurável.

A realidade vivida por grande parte dos maranhenses pode ser estudada no artigo “Geografia do Trabalho Escravo no Maranhão”, por meio do qual os autores Rodrigues e Costa (2021) identificam as principais regiões de ocorrência, buscando as relações da localização do fenômeno com os dados econômicos. Neste sentido, a falta de oportunidade enfrentada por pessoas em vários lugares do país é apontada como um dos principais motivos que levam à necessidade de deslocamento de trabalhadoras e trabalhadores para a situação de exploração extrema em diversas cidades brasileiras, de acordo com o Gráfico 1.

Gráfico 1– Número de resgatados com registro em documento de identidade



Fonte: Ministério da Economia - Secretaria de Trabalho. Tratamento e análise dos dados SmartLab

Ao comparar informações do artigo sobre aspectos geográficos do trabalho escravo no Maranhão como os dados do SmartLAB, levando em conta o Gráfico 1 observa-se que o Maranhão continua sendo o maior fornecedor de mão de obra escrava do Brasil. Sendo que

muitos trabalhadores maranhenses são resgatados em localidades como o Pará, São Paulo, Amapá, Tocantins, Ceará e Minas Gerais.

Segundo Rodrigues e Costa (2021), a Amazônia Brasileira tem sido alvo de várias intervenções de ordem econômica, tendo a instalação de siderúrgicas em municípios como Açailândia (MA) e Marabá (PA) as mais importantes.

Essa realidade advém do modelo exploratório acompanhado da ideia de progresso e modernização, vinculado, sobretudo, à implantação de grandes projetos de desenvolvimento que desconsideram a cultura local e se apropriam desses espaços para uso capitalista. Para os autores, dois elementos são importantes na instalação desses megaprojetos no Maranhão:

As transformações da dinâmica de produção dos territórios, em que a economia local passa a ter uma transformação a partir de uma mudança no padrão produtivo e de consumo. A escala da internacionalização da economia, a migração de uma mão de obra especializada e com padrão de consumo diferenciado; 2) precarização do trabalho decorrente de uma necessidade por aumentar a taxa de acumulação, a partir da diminuição de custo de mão de obra (RODRIGUES; COSTA, 2021, p. 13).

A evolução da produção do agronegócio da soja ocupa áreas cada vez maiores, o que compromete a dedicação de muitos trabalhadores e trabalhadoras ao cultivo de alguns produtos indispensáveis para a agricultura familiar, como o arroz, mandioca e feijão.

A produção da soja se tornou o carro-chefe da economia do agronegócio no Estado do Maranhão, recebendo apoio governamental, de financiamentos e de construção de estruturas logísticas para o seu ciclo produtivo. Sua expansão para o nordeste brasileiro compôs o que se convencionou chamar de MAPITOBA, região de grande expansão do agronegócio e que tem essa designação com a inicial dos estados que a compõe. No Estado do Maranhão ela abrange, principalmente, o sul do estado, inclusive, sendo perceptível na grande participação dessa região na economia do agronegócio do estado (RODRIGUES; COSTA, 2021, p. 13).

Outro projeto ou megaprojeto destacado é a Estrada de Ferro Carajás (EFC), inaugurada em 1985, responsável pela ligação da maior mina a céu aberto do mundo, Carajás, no Pará, ao Porto da Madeira, em São Luís-MA. A implantação do Projeto Grande Carajás nomeado dessa forma devido à sua extensa proporção e a capacidade de integrar a venda de alimentos, fornecer serviços relacionados à mecânica, como também, às atividades produtivas que se aproveitam da EFC, por exemplo, a siderurgia e a metalurgia. Com destaque para o plantio de eucalipto no Maranhão evidenciado na produção de papel e celulose, assim como para a produção de carvão.

Os processos de empobrecimento da população, sobretudo, rural no Maranhão, tem gerado um contexto de vulnerabilidade para o trabalho escravo no estado. Contraditoriamente ao discurso de instalação de grandes projetos de desenvolvimento no estado, a pobreza se reproduz com intensidade em municípios com impacto direto desses empreendimentos (RODRIGUES; COSTA, 2021, p. 14).

É o que a Prof^a. Dr^a. Flávia Moura (2009) explica na dissertação de mestrado adaptada no livro “Escravos da Precisão”, ao realizar o estudo sobre os mecanismos sociais que antecedem o recrutamento de trabalhadoras e trabalhadores. Logo no prefácio, escrito pelo Prof. Dr. Marcelo Sampaio Carneiro¹⁹, ele destaca segundo depoimento de um trabalhador que a escravidão não seria a característica da situação vivida no lugar do qual foram resgatados, mas sim, a situação de precisão vivida cotidianamente pelo trabalhador.

O estudo de Flávia Moura dirige-se para a compreensão do momento que antecede o recrutamento do trabalhador pelo intermediário, para a situação socioeconômica vivida cotidianamente por esses trabalhadores, que pode ser caracterizada, seguindo os passos de descrições presentes em estudos da realidade rural brasileira, como a de uma economia da precisão” (CARNEIRO apud MOURA, 2009, p.12).

Na pesquisa, Moura (2009) consegue desvelar a lógica que preside a manutenção desse tipo de relação de trabalho em pleno século XXI, a partir da análise das condições de funcionamento da economia familiar, bem como as estratégias de sobrevivência de um grupo de trabalhadores resgatados²⁰. Para pensar a escravidão no território maranhense, a autora buscou o conceito dessa prática criminosa com fundamento no olhar que o trabalhador resgatado tem da escravidão, por isso, seus estudos antecedem as discussões sobre quais fatores contribuem para que uma pessoa seja escravizada na atualidade, indo muito além do momento em que são aliciados.

Ao realizar o estudo, Moura (2009) observa, por meio da pesquisa de campo realizada em Codó (MA), algumas peculiaridades, se comparadas com considerações que destacam a distância de casa como característica herdadas da escravidão colonial no Brasil. O que a autora conceitua como *trabalho escravo regionalizado*, apesar de ter como referência características

¹⁹ Professor do Departamento de Sociologia da UFMA e orientador da dissertação que originou o livro “Escravos da Precisão” (EDUFMA, 2009).

²⁰ A pesquisadora analisou a situação de trabalho escravo fundamentada nos dados da então Delegacia Regional do Trabalho (DRT-MA), reunidos em novembro de 2005, na Fazenda Sagrisa, localizada no município de Codó (MA).

do que acontece nas regiões de fronteira agrícola, também associa a realização desse tipo de crime nos locais de moradia dos trabalhadores e trabalhadoras em situação de vulnerabilidade.

No território maranhense, o uso constante dessa força de trabalho análoga à de escravo contribui para que o Estado esteja na rota desse tipo de crime, sendo um local que se destaca tanto como fornecedor de mão de obra para várias cidades brasileiras como região onde acontece esse tipo de exploração, o que pode ser constatado nos gráficos apresentados.

Gráfico 2 – Número de resgatados que declararam morar no Maranhão

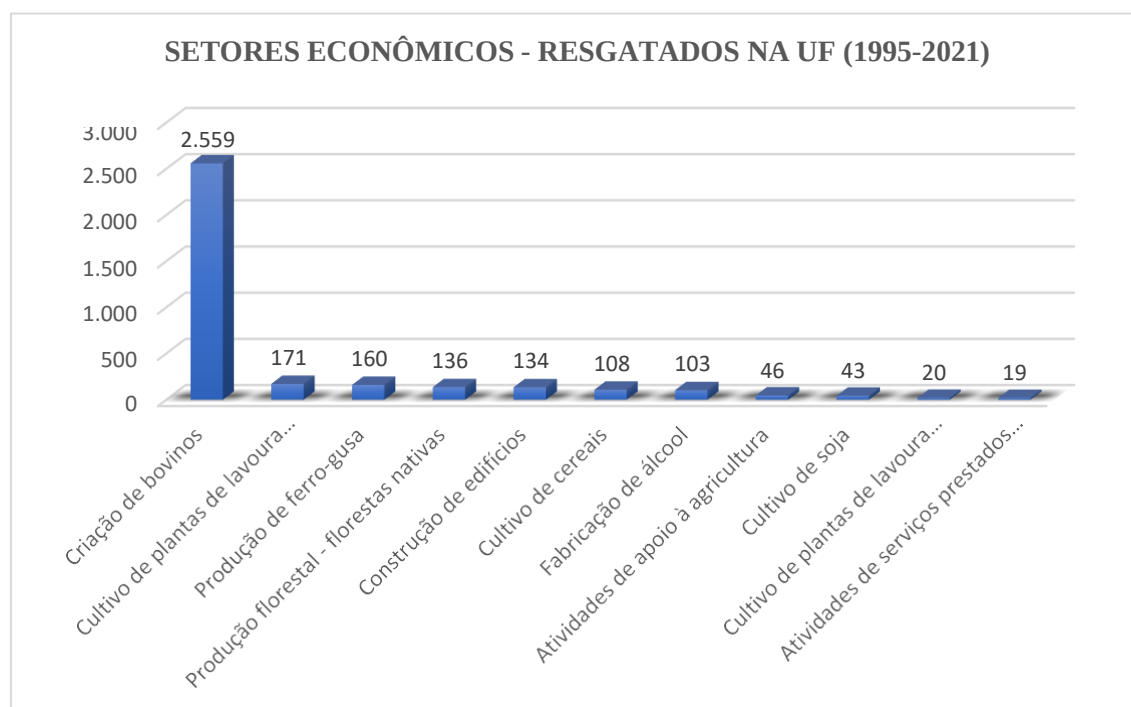


Fonte: Radar SIT – Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil. Tratamento e análise dos dados SMARTLAB (2021)

No Gráfico 2, os números expressam que, contraditoriamente ao discurso de instalação de grandes projetos de desenvolvimento do Estado, o poder dos grandes latifundiários ao mesmo tempo em que dita o progresso também incentiva o processo de empobrecimento da população, sobretudo, rural do Maranhão. Sendo que a expansão de fronteiras agrícolas é um fato que consequentemente intensificou o processo de grilagem de terras, incentivando a permanência do trabalho escravo.

O trabalho escravo contemporâneo está presente em atividades econômicas rurais, como a pecuária, produção de carvão, cultivos de cana de açúcar, soja e de algodão. De acordo com o Gráfico 3, os tipos de setores econômicos que mais escravizam é a criação de bovinos, cultivo de plantas e produção do ferro-gusa.

Gráfico 3 – Tipos de setores econômicos que mais escravizam no Maranhão



Fonte: Radar SIT – Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil. Tratamento e análise dos dados SMARTLAB (2021)

Com essas informações, vale destacar que desde 2013, as fiscalizações se estenderam para atividades executadas nos centros urbanos, revelando que a exploração desse tipo de mão de obra está presente também nas grandes cidades, principalmente em setores como a indústria têxtil, a construção civil e serviços domésticos.

3.2 COETRAE/MA e a comunicação digital

“O sucesso do webjornalismo depende da qualidade dos conteúdos, sendo obrigatório que estes tirem o máximo partido das diversas características do meio” (CANAVILHAS, 2014, p.21) . Essa frase foi escrita por João Canavilhas, organizador do livro “Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença”, onde diversos autores compartilham inspirações teóricas para reflexão sobre as constantes mudanças no modo de comunicar via internet. A obra reúne olhares de estudiosos de diferentes países e é utilizada neste capítulo como principal referência para pensar o desenvolvimento da plataforma digital sobre escravidão contemporânea no Maranhão.

Diante de um contexto em que o acesso ilimitado para dispor e armazenar informações é o artifício para colocar em evidência um assunto que para muitos é considerado como algo

que ficou no passado. Certas memórias servem para questionar o fim da escravidão e refletir sobre o perigo da história única. Com este título, a autora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2019) destaca “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história”. Mesmo que a abolição da escravidão tenha ocorrido em 1888, em pleno Século 21 o trabalho escravo continua sendo uma realidade vivida por pessoas no mundo inteiro.

Marcos Palácios (2014) afirma que diante das novas possibilidades proporcionadas pela web, os internautas além de receptores e produtores de conteúdos também são produtores de memória. Neste caso, tais informações funcionam como atestados dos acontecimentos de um tempo e lugar. Conforme o autor, essa articulação entre atores que compõem a rede, principalmente no que diz respeito ao papel da comunicação torna-se possível devido ao uso de novas tecnologias.

Com as tecnologias digitais, as bases de dados (Barbosa & Mielniczuk, 2005) e a disponibilização da informação em rede, os arquivos disponíveis para o acionamento da memória, no momento da construção do discurso jornalístico, tornam-se não somente acessíveis e facilmente pesquisáveis, mas também múltiplos (PALACIOS, 2014, p. 96).

O interesse nos estudos sobre trabalho escravo contemporâneo e comunicação está diretamente ligado ao contexto no qual o Maranhão está inserido, além disso, outra inquietação que acompanha a trajetória da pesquisa é a necessidade de pensar juntamente com a rede de combate ao trabalho escravo as contribuições da comunicação para a garantia dos direitos humanos.

Ao longo da pesquisa, identificou-se a importância de um lugar que reúna informações sobre o trabalho escravo no Maranhão no âmbito digital. Por mais que o acesso à internet ainda seja considerado obstáculo, a popularização desses meios é indispensável, uma vez que as redes sociais digitais têm potencial forte e abrangente.

Dentre as diversas propostas apresentadas no I Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, destacam-se assuntos como o apoio à aprovação da PEC do Trabalho Escravo, conquista alcançada 11 anos mais tarde, em 2014; além da “Lista Suja”, que prevê punição às empresas flagradas com esse tipo de crime; fortalecimento do combate a partir da atuação dos Grupos Móveis, da Segurança Pública e de políticas de inserção de trabalhadores resgatados para evitar a reincidência.

Entre as diversas propostas do Plano, merecem destaque: a) o apoio do Executivo Federal à aprovação da PEC que prevê o confisco de terras onde forem encontradas pessoas em situação de trabalho análogo ao de escravo; b) a inserção de cláusulas estipulando o impedimento da aquisição e manutenção de crédito rural e de incentivos fiscais para empresas flagradas utilizando o trabalho escravo; c) a disponibilização permanente do Grupo Especial de Fiscalização Móvel; d) a inclusão das ações de combate ao trabalho escravo no Plano Nacional de Segurança Pública e; e) a elaboração de uma política de reinserção social de egressos do trabalho escravo, buscando evitar a reincidência (BRASIL, 2003).

Desde 1995, ano de reconhecimento da existência do problema pelo governo brasileiro, a erradicação do trabalho escravo foi pensada estrategicamente. Naquela ocasião, foi instituído o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) e o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Escravo (Gertraf), substituído em 2003 pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), principal responsável em elaborar a execução do Plano Nacional. A articulação formada por órgãos públicos e organizações da sociedade civil, com o lançamento do Plano Nacional, juntamente com a CONATRAE, pressionava para implantação de uma Comissão Estadual, a fim de priorizar ações contra o trabalho degradante. Nesse contexto, o Maranhão é destacado como 2º estado com maior índice desse tipo de crime, logo, uma das principais áreas prioritárias para aplicação de políticas públicas de enfrentamento. Sobre a contribuição dessa memória arquivada que serve de base para a construção de contextos para as notícias por parte do próprio usuário, Palacios explica.

Presentemente, mais e mais arquivos vão sendo digitalizados, indexados, tornados públicos e abertos, equalizando as condições de uso da memória, não só na produção, mas também na recepção. O usuário final pode também recorrer ao passado arquivado para, fácil e rapidamente, situar e contextualizar a atualidade que lhe é apresentada através do fluxo midiático (PALACIOS, 2014, p.96).

A possibilidade de recorrer à publicação de notícias, baseadas em informações de arquivos, que complementam, ampliam ou ilustram, a memória da COETRAE/MA vai sendo organizada de modo que ofereça “diversas possibilidades de leitura” (CANAVILHAS, 2014, p.15). Essas novas arquiteturas noticiosas são estruturadas a partir da hipertextualidade. Canavilhas (2014, p.4) explica que na web o texto é mais do que palavras ou frases organizadas, “[...] o texto transforma-se numa tessitura informativa formada por um conjunto de blocos informativos ligados através de hiperligações (links), ou seja, num hipertexto”.

Por se tratar de uma plataforma digital (https://coetraema.github.io/coetrae_ma/index.html), que reúne textos diversificados, as informações são disponibilizadas em blocos informativos e hiperlinks que permitem ao leitor uma

experiência com informações aprofundadas sobre o assunto. Comunicar é fundamental para a Comissão, por isso é indispensável aproximar a rede de combate nesse processo. A sociedade civil também ser produtora de informações é enfatizada por Peruzzo (1998), como a possibilidade de um ato democrático que complementa, concordando ou não, com o que é produzido nos canais tradicionais.

Os movimentos sociais populares representam estruturas novas que podem vir a contribuir na formação de um duplo poder. São criações da sociedade civil, que vão democratizando, exercendo um papel do qual os canais tradicionais de representação não estavam dando conta. Além do mais, não tiram espaços destes, mas, pelo contrário, podem somar esforços com eles. São depositários de experiências da democracia direta, surgindo, talvez, para complementar a democracia representativa (PERUZZO, 1998, p. 69).

No Maranhão, desde o início, o Fórum Estadual para Erradicação do Trabalho em Condições Análogas a de Escravo no Maranhão (FOREM) já reunia representantes de instituições governamentais e não governamentais responsáveis pela articulação da rede de combate ao trabalho escravo no estado, como pode ser observado na Figura 11, “Trabalho Escravo no Maranhão será discutida durante fórum”, publicada em agosto de 2004, no Imirante.com.

Figura 11 – Atuação do FOREM no Maranhão

The image is a screenshot of a web browser displaying a news article on the Imirante.com website. The header features the Imirante.com logo and a search icon. Below the header, there is a navigation bar with several icons. The main content area displays a news article titled "Trabalho Escravo no Maranhão será discutido durante Fórum". The article text mentions a meeting on Thursday, August 25, at 9h, at the TRT-MA building, discussing the state's campaign to eradicate slave labor. It also notes that the forum is composed of various public and civil institutions and is coordinated by the Regional Labor Delegate, Ubirajara do Pindaré. On the right side of the article, there is a sidebar with a "Denunciar este anúncio" button and an "Ad choices" link. The bottom of the page shows a footer with the source information: "Fonte: Imirante.com (2004)".

Fonte: Imirante.com (2004)

Segundo informações, o objetivo do encontro foi realizar o balanço das ações realizadas no primeiro semestre de 2004, além de colocar em pauta o andamento da Campanha pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Em 2006, como forma de aproveitar o período eleitoral para viabilizar as demandas solicitadas, no que diz respeito ao combate à escravidão no país, a ONG Repórter Brasil lançou campanha pela assinatura da Carta-compromisso destacada na Figura 12, tem o objetivo de comprometer os candidatos a cargos públicos, do presidente da República aos governadores dos Estados com altos índices de ocorrência a colocar a temática como prioridades de seus mandatos. Sendo que, desde essa época, no Maranhão a situação é duplamente preocupante. Nesse momento, o estado está em quarto lugar em libertações e, ao mesmo tempo, é a principal origem dos resgatados da escravidão - seguido pelo Piauí - de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego e da Organização Internacional do Trabalho.

Figura 12 – Campanha marca compromisso de governadores contra a escravidão



Fonte: Ong Repórter Brasil (2006)

Na matéria “Carta-compromisso contra o trabalho escravo – segundo turno”, publicada em junho de 2006, pela ONG Repórter Brasil, responsável pela campanha destaca que a iniciativa de divulgar quem assinou ou não o documento foi uma estratégia de possibilitar ao eleitorado uma ferramenta a mais para o voto consciente, além de subsidiar, futuramente, a cobrança para realização de promessas apresentadas no período eleitoral. Em agosto de 2006, ao contrário de Roseana Sarney, principal concorrente ao cargo, durante a campanha eleitoral, o candidato Jackson Lago (PDT) assinou tal compromisso.

Figura 13 – Trecho da Carta-compromisso assinada por Jackson Lago

ANEXO 1

Carta-compromisso contra o trabalho escravo

Caros eleitores,

Eu, Jackson Lago, candidato a governador do estado do Maranhão, firmo aqui o compromisso de atuar pela erradicação do trabalho escravo contemporâneo, caso seja eleito. Tendo em vista as aviltantes condições a que estão sujeitos milhares de brasileiros, despidos de todos os seus direitos e dignidade, tolhidos de sua liberdade de ir e vir e tratados como animais, desde já assumo o compromisso público de que esta será uma das prioridades do meu mandato.

Fonte: I PETE (2007)

Dentre as diversas responsabilidades presentes no texto, conforme Figura 13, destacam-se o reconhecimento desse tipo de crime no estado, a legitimidade da lista suja, além do comprometimento de não permitir que os interesses dos grupos econômicos que doaram recursos para campanhas influenciem nas decisões relacionadas ao assunto, até renúncia do mandato caso alguma propriedade seja identificada ou comprovado que já utilizou esse tipo de mão-de-obra, ou mesmo, exoneração de qualquer pessoa que ocupe cargo público de confiança, o candidato se compromete também não promover mercadorias que tenham sido produzidas sob essas condições, ser engajado na articulação política pela aprovação de leis que tramitam no Congresso Nacional, além de destinar mais recursos financeiros e humanos aos órgãos governamentais que atuam contra a escravidão, repudiar a violência contra defensores dos direitos humanos e fortalecer a luta pela reforma agrária.

A matéria sobre a assinatura do compromisso contra a escravidão é um exemplo de como a personalização procura envolver o eleitor a partir de uma postura de confiança tanto do jornalista que escreveu como do candidato que aderiu à campanha. Por que preocupar-se com a personalização da publicação na Web?

“O futuro da oferta de informação irá diferenciar-se entre a comunicação para muitos, para poucos ou apenas para um leitor” (LORENZ, 2014, p.137). Esta frase define o conceito da personalização, que tem como objetivo responder às necessidades individuais e “a ideia principal é reunir, classificar e filtrar o conteúdo disponível, incluindo as notícias mais interessantes” (p.138). Na plataforma digital, a personalização é pensada para possibilitar ao usuário configurar as escolhas sobre assuntos, temas, meios e editorais, conforme sua relevância.

Apesar de o assunto ser acompanhado por um público selecionado, o interesse em desenvolver a plataforma digital (<https://coetraema.github.io/coetraema/index.html>) é incluir o maior número de pessoas nesse debate. Por isso, a relação de confiança é destacada pelo autor sendo que a credibilidade das fontes é indispensável para a propagação de conteúdo com qualidade.

A publicação da “Carta de Açailândia – Novo pacto contra a escravidão”, é outro documento que marca a mobilização de militantes de movimentos sociais, representantes de instituições do poder público, de entidades da sociedade civil e especialistas no tema. Na matéria publicada pela ONG Repórter Brasil, “Carta de Açailândia traz propostas para acabar com a escravidão”, em novembro de 2006, representantes de onze estados brasileiros reuniram-se na 2ª Conferência Interparticipativa sobre Trabalho Escravo e Superexploração em Fazendas e Carvoarias para avaliar o combate ao crime após quase quatro anos de execução do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, como revela a Figura 14.

Figura 14 – Carta propõe fim da escravidão



Fonte: Ong Repórter Brasil 2006)

Na programação do evento, diversas palestras sobre o assunto como “A quem interessa o trabalho escravo?”, com Leonardo Sakamoto, além de grupos responsáveis pelo diálogo, segundo resultados sistematizados nos diferentes estados brasileiros sobre a situação do combate para erradicação do trabalho escravo: O que mudou? Quais as deficiências que persistiram na luta para a erradicação do trabalho escravo? Quais são os novos aspectos que apareceram como fundamentais nestes anos para combater a erradicação do trabalho escravo?

As reflexões do encontro resultou na produção da “Carta de Açailândia”, documento fundamentado em constatações que evidenciam a disponibilidade de mão-de-obra para o trabalho degradante, a começar por razões que levam a essa realidade como a concentração de terras, expansão do agronegócio, a terceirização das atividades rurais, atuação de políticos que compactuam com interesses de latifundiários, os raríssimos casos de condenação penal e a impunidade nos crimes cometidos contra lideranças rurais. Realidade que vai de encontro às previsões otimistas do primeiro Plano Nacional. Com base nisso, novas propostas foram elaboradas a partir de eixos que envolvem a repressão, prevenção, inserção.

Para Lorenz (2014, p. 142-152) há graus de personalização, sendo: a resposta, a alteração com base na hora do dia, a interação significativa, a ajuda na decisão, a calibração e algoritmos e a adaptação para mudar.

O primeiro grau de personalização é a capacidade de resposta. Produzir o mesmo conteúdo para vários dispositivos é uma grande tendência de publicação na Web (LORENZ, 2014, p. 142). A segunda personalização é a alteração com base na hora do dia, ou seja, pensar sobre o tempo de acesso e as necessidades do usuário. A interação significativa permite que o usuário faça seus comentários, além de possibilitar formatos muito diversos, no caso da plataforma digital, a característica pode estar alinhada com divulgação de eventos realizados por diferentes grupos ou mesmo a busca por fontes para tratar de assuntos específicos, por exemplo. O quarto grau é a ajuda na decisão, que propõe facilitar a escolha de ferramentas que auxiliam o conteúdo. A calibração e algoritmos são o quinto grau e responsáveis pela atualização dos dados disponíveis. O último grau propõe a adaptação para mudar, em que a capacidade de reconfigurar, realinhar e reavaliar fatores de mudança são possíveis a qualquer momento.

Após assinatura da Carta-compromisso contra a escravidão no período eleitoral de 2006, Jackson Lago (PDT-MA) foi um dos governadores eleitos que inaugurou seu mandato com aprovação da lei que garante diversas restrições às empresas denunciadas na “Lista Suja”, cadastro realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com dados de empregadores, pessoas físicas ou jurídicas flagradas utilizando mão-de-obra escrava. De autoria do ex-deputado estadual Rubem Brito, a lei nº 8.566/07 prevê, entre outras sanções, que esses empregadores não poderão participar de licitações da administração pública naquele estado, e nem receber benefícios fiscais estaduais de qualquer espécie.

Figura 15 – Aprovação da lei que pune empresas escravocratas

ANEXO 5

PODER EXECUTIVO
LEI Nº 8.566 DE 12 DE JANEIRO DE 2007

Estabelece a suspensão de quaisquer benefícios fiscais e a proibição de contratação pela Administração Pública Estadual, de empregadores, pessoas físicas ou jurídicas, incluídos no Cadastro de Empregadores, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravos, e dá outras providências.

Fonte: I PETE (2007)

Na Figura 15, a matéria “Lei do Maranhão pune empresas flagradas com trabalho” publicada em fevereiro de 2007 pela ONG Repórter Brasil, registra informações que naquele momento 169 empregadores estavam na “Lista Suja”, incluindo 29 maranhenses, com destaque aos trabalhos executados na pecuária e produção de carvão vegetal.

Figura 16 – Ação do governador Jackson Lago na mídia



The image is a screenshot of a news article from the website Repórter Brasil. At the top left is the Repórter Brasil logo with '20 anos' below it. To the right of the logo is a navigation bar with links: 'A Repórter Brasil', 'Jornalismo', 'Pesquisa', 'Educação', 'Podcast', 'Contribua', and 'Contato'. The main headline is 'Lei do Maranhão pune empresas flagradas com trabalho escravo' in large, bold black font. Below the headline is the byline 'Por André Campos | 15/02/07'. The article text begins with 'Foi sancionada pelo governo maranhense lei que prevê sanções aos empregadores incluídos na "lista suja" da escravidão. Governador Jackson Lago (PDT-MA) afirma que sua gestão buscará uma política de atendimento aos trabalhadores libertados'. At the bottom of the article text are six social media sharing icons: Facebook, Twitter, Pinterest, YouTube, WhatsApp, and Email.

Fonte: Ong Repórter Brasil (2007)

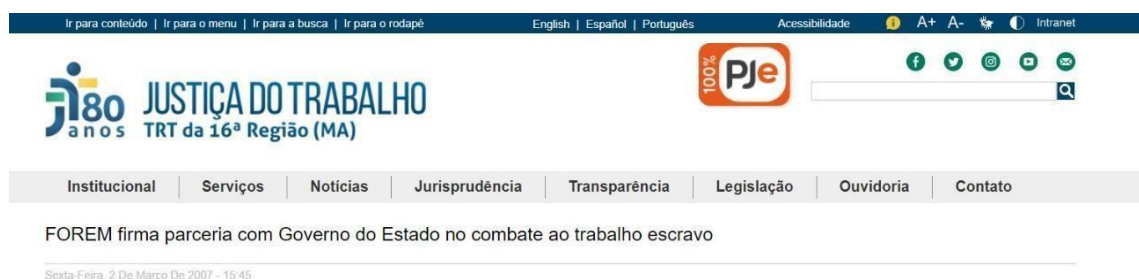
A matéria destaca ainda que para o recém-empossado governador Jackson Lago, além do compromisso assumido de implementar o Plano Estadual de Combate ao trabalho Escravo lançado desde 2004, é importante também pensar alternativas de inserção de trabalhadores em situação de vulnerabilidade e seus familiares.

O proprietário que utiliza desse instrumento aviltante à dignidade humana [trabalho escravo] não pode continuar usufruindo de um bem que constitucionalmente deve garantir trabalho, alimentação e moradia (Trecho da Entrevista com Jackson Lago, governador do Maranhão em 2006).

A respeito da instantaneidade, Paul Bradshaw (2014) coloca em questionamento o conceito de “ser o primeiro” a dar informação. O autor inglês destaca que “Trata-se de uma instantaneidade em publicar, mas também em consumir e, sobretudo, em distribuir.” (BRADSHAW, 2014, p. 112). Para o autor, “a transmissão de dados em tempo real é uma obsessão do século XX, alimentada por um desfile de novas tecnologias”. Se houvesse a necessidade de pontuar em uma breve frase o conceito da instantaneidade seria “ser o primeiro” (BRADSHAW, 2014).

Em março de 2007, “FOREM firma parceria com Governo do Estado no combate ao trabalho escravo”, como mostra a Figura 16, a audiência pública com o governador Jackson Lago marca o comprometimento de criar a Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão, que apresenta como sua primeira meta a consolidação e o lançamento do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Maranhão.

Figura 16 – Articulação entre o FOREM e o governo maranhense



Fonte: TRT/MA (2007)

A partir da articulação da rede de combate ao trabalho escravo, como por exemplo, a 2ª Conferência Interparticipativa sobre Trabalho Escravo e Superexploração em Fazendas e Carvoarias. Realizada em novembro de 2006, o evento contou com debates sobre novas propostas para avançar a luta pela erradicação do trabalho escravo no Brasil e teve como resultado a “Carta de Açailândia”, as entidades cobravam atitudes mais firmes do poder público no combate às violações aos direitos humanos no trabalho.

A multimedialidade: informar para os cinco sentidos, capítulo formulado pelo espanhol Ramón Salaverría (2014), o autor coloca em evidência, como o próprio título anuncia,

o fato da comunicação humana acontecer por meio da visão, audição, tato, paladar e olfato. O sentido mais amplo do conceito abordado por Salaverria ultrapassa a visão simplista que entende multimídia como uma combinação de texto, som e imagens. O autor considera três características fundamentais para refletir sobre tal conceito: 1) Como multiplataforma, 2) Como polivalência e 3) Como combinação de linguagens. Na plataforma, as informações sobre escravidão moderna são compartilhadas buscando sempre utilizar os diversos elementos multimídia, como a utilização de textos; fotografias; gráficos; vídeos, entre outras linguagens.

Conforme Figura 17 no contexto maranhense, os avanços institucionais para o combate ao trabalho escravo iniciam em 2007, através do Decreto Nº 22.996 de 20 de março, quando o então governador Jackson Lago cria a Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Maranhão (COETRAE/MA), a fim de atender uma demanda do então Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão (FOREM), criado em 2004 sob a coordenação, à época, do Delegado Regional do Trabalho, Ubirajara do Pindaré.

Figura 17 – Criação da COETRAE/MA



Fonte: Ong Repórter Brasil (2007)

Dentre as iniciativas do governo estadual no que diz respeito ao assunto, a COETRAE/MA foi criada para garantir o acesso aos direitos humanos a quem se encontra em situação de vulnerabilidade. Desde a sua criação, a Comissão procura mobilizar as entidades, incluindo sindicatos, e a população em geral buscando a integração e a transversalidade das políticas públicas capazes de promover a prevenção, repressão e assistência aos trabalhadores

e trabalhadoras. Para que isso aconteça, é necessário mobilizar entidades da sociedade civil, incluindo sindicatos, e a população em geral com intuito de fortalecer a visibilidade da temática, estabelecendo principalmente parcerias, conferências, eventos, seminários e outras formas de articulação. Neste sentido, desde o início da Comissão Estadual, foram atribuídas as seguintes responsabilidades:

Art. 2º Compete à COETRAE:

I - Elaborar e acompanhar o cumprimento das ações constantes do Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo, propondo as adaptações que se fizerem necessárias;

II - Acompanhar a tramitação de projetos de lei relacionados com o combate e erradicação do trabalho escravo na Assembleia Legislativa, bem como propor atos normativos que se fizerem necessários à implementação do Plano de que trata o inciso I;

III - Acompanhar e avaliar os projetos de cooperação técnica firmados entre o Governo maranhense e os organismos nacionais e internacionais;

IV - Propor a elaboração de estudos e pesquisas e incentivar a realização de campanhas relacionadas à erradicação do trabalho escravo;

V - Elaborar e aprovar seu regimento interno.” (Fonte: Diário Oficial do Estado do Maranhão, P. 16 de 26/03/2007)

Além de especificar os objetivos da COETRAE/MA, o texto do Decreto é composto por dez artigos que reafirmam o fortalecimento da atuação conjunta de órgãos componentes e das entidades da sociedade civil de maneira mais efetiva estabelecendo parceria com aquelas que possuam notórias atividades no combate ao trabalho escravo. Vinculada à Secretaria Extraordinária dos Direitos Humanos do Governo do Estado do Maranhão, a composição da Comissão está organizada da seguinte forma:

I – pelo Secretário Extraordinário dos Direitos Humanos, que presidirá;

II – pelos seguintes Secretários de Estado:

do Trabalho e Economia Solidária;

da Segurança Cidadã;

da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural;

do Meio Ambiente e Recursos Naturais;

do Desenvolvimento Social.

III – por representantes do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal;

IV – por até nove representantes de entidades privadas não governamentais, reconhecidas estadualmente, e que possuam atividades relevantes relacionadas ao combate ao trabalho escravo;

§ 1º Os representantes de que tratam os incisos I a IV poderão ter substitutos por eles indicados.

§ 2º Poderão ser convidados a integrar a COETRAE, na qualidade de observadores, representantes de instituições públicas ou privadas, que possuam notórias atividades no combate ao trabalho escravo.

§ 3º A COETRAE terá um vice-presidente, eleito entre os representantes, mediante votação por maioria absoluta. (Fonte: Diário Oficial do Estado do Maranhão, P. 16 de 26/03/2007)

Desde o período eleitoral, Jackson Lago firmou compromisso público com a Erradicação do Trabalho Escravo por meio de Carta publicada nacionalmente, sendo que a criação da COETRAE/MA é considerada um dos primeiros atos do governo. No entanto, a Comissão atravessou mudanças bastante significativas logo na sua fundação. Jackson Lago, filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), foi eleito em 2006 para governar o Maranhão. Em 2007, teve seu mandato contestado no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) por suspeitas de irregularidades durante a campanha que o elegeu. Entre as supostas infrações, a denúncia menciona doações de cestas básicas, transferências ilícitas de recursos públicos, além de compra de votos.

A cassação do então governador foi registrada em vários veículos de comunicação, inclusive, no site Consultor Jurídico (Conjur), com o seguinte título: “STF mantém cassação de Lago e posse de Roseana”. Além de cassar Lago por abuso de poder político, o tribunal determinou a imediata posse da segunda colocada na eleição do Maranhão em 2006, a então senadora Roseana Sarney.

Diante desse contexto, o governo liderado por Roseana Sarney desencadeou a falta de iniciativa para pensar atitudes de combate ao trabalho escravo. A mudança prematura na administração pública refletiu diretamente nas ações da COETRAE/MA, o que levou entidades governamentais e não governamentais a pressionar a gestão do Estado para evitar que os avanços retrocedessem.

Ao realizar buscas por informações publicadas sobre esse período na internet, ou mesmo, nos documentos disponibilizados pela Comissão para a pesquisa é notável que houve a tentativa de apagamento da memória do que aconteceu na gestão do Jackson Lago, inclusive, a COETRAE/MA possui dois decretos de criação, outro publicado em 2012, por Roseana Sarney. A explicação para a dificuldade de localizar informações sobre o assunto é que muitos

documentos foram perdidos no processo de mudança de gestão, anterior ao Flávio Dino²¹. É neste sentido, como enfatiza Palacios (2014), o duplo lugar ocupado pelo jornalismo quando relacionado à História e Memória.

Se a oposição entre História e Memória for aceita, percebe-se de imediato o duplo lugar ocupado pelo jornalismo, desde a Modernidade: espaço vivo de produção da atualidade, lugar de agendamento imediato, e igualmente lugar de testemunhos, produtor de repositórios de registros sistemáticos do cotidiano, para posterior apropriação e (re)construção histórica. E, nesse sentido, pode ser tão importante para a (re)construção histórica aquilo que se publica nos jornais e se diz na rádio e TV, como aquilo que não se publica, que não se diz: o dito e o interdito, o permitido e o proibido (PALACIOS, 2014, p. 90).

De todo modo, o dito e o interdito, o permitido e o proibido influenciaram na pressão social e na articulação desses grupos estimulados, desde 2003, pela publicação do I Plano Nacional que intensificaram as cobranças voltadas para um governo arquitetado em meio à crise política no Estado. Essa realidade subsidia ainda mais o significado da criação de uma plataforma digital sobre trabalho escravo no Maranhão.

Por fim, o contexto de atuação da rede que atua contra a escravidão no que diz respeito à interatividade: definições, estudos e tendências, o argentino Alejandro Rost destaca “Entendemos a interatividade como meio gradual que um meio de comunicação tem para dar maior poder aos utilizadores tanto na seleção de conteúdos (“interatividade seletiva”) como em possibilidade de expressão e comunicação (“interatividade comunicativa”) (ROST, 2006). Como a plataforma será organizada para colocar em pauta o assunto específico – trabalho escravo – é possível destacar o público e saber quais informações buscam. A interatividade no site permite o público explorar as particularidades da comunicação na internet.

3.3 O processo de elaboração dos Planos Estaduais de Erradicação do Trabalho Escravo e a comunicação como estratégia de combate no Maranhão

A análise das estratégias realizadas por representantes da COETRAE/MA tem o objetivo de elencar neste capítulo medidas consideradas indispensáveis para o fortalecimento

²¹ Em 2014, Flávio Dino foi eleito governador do Maranhão no primeiro turno, com 63,52% dos votos válidos. Foi reeleito governador em 2018, também no primeiro turno, com 59,29% dos votos válidos. Em 2022, foi eleito senador.

da comunicação sobre o assunto trabalho escravo contemporâneo fundamentadas nos I, II e III Planos Estaduais.

Para a realização deste estudo é considerado o contexto em que cada Plano foi criado, levando em conta os dados destacados nos documentos, assim como as necessidades de adequações realizadas ao longo da trajetória de luta pela erradicação do trabalho escravo com destaque voltado às reflexões sobre como tais pontos podem ser integrados ao desenvolvimento do produto, a fim de dar ênfase às ideias que buscam sensibilizar por meio de iniciativas que tornam o assunto mais conhecido na sociedade.

3.3.1 I Plano Estadual

Em 2007, a partir dos esforços das entidades maranhenses que atuam na Comissão, a COETRAE/MA elaborou o I Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo, considerado marco inicial das suas atividades.

Lançado em 21 de junho, este Plano priorizou o combate às principais causas de aliciamento de trabalhadores e mão de obra escrava no Estado naquele momento “*a impunidade, a pobreza e o modelo econômico excludente*” (p.05). Segundo matéria publicada pela ONG Repórter Brasil, “Maranhão lança plano estadual para erradicar trabalho escravo²²”, desde sua implantação, a COETRAE/MA estabeleceu uma série de compromissos envolvendo agentes sociais e governo. Com destaque voltado para ações baseadas em parcerias com órgãos ligados à segurança do trabalhador como a então Delegacia Regional do Trabalho do Maranhão (DRT-MA) e Polícia Federal, com o intuito de realizar fiscalização em fazendas e estradas por onde são transportados as trabalhadoras e trabalhadores aliciados. Além de garantir assistência social, por meio do acesso à saúde, educação, cultura e reforma agrária.

De acordo como o I Plano Estadual, inicialmente, a COETRAE/MA contava com a participação de vinte e cinco instituições com diretrizes concretas voltadas para a integração e a transversalidade das políticas públicas. O I Plano prevê ações intersetoriais, a fim de compartilhar responsabilidades capazes de prevenir, reprimir ou assistir trabalhadoras e trabalhadores em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, as ações estão, didaticamente, classificadas em quatro blocos:

[...] **ações gerais**, englobando providências não específicas, **ações de repressão**, que visam à eficácia da Lei que reconhecem como crime a conduta

²² Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2007/06/maranhao-lanca-plano-estadual-para-erradicar-trabalho-escravo/>. Acesso em: 17.03.2022.

de reduzir alguém à condição análoga de escravo, atacando principalmente a impunidade como uma das causas principais; **ações de prevenção**, voltadas para o conhecimento da realidade, sensibilização, capacitação e medidas estruturantes ou produtoras de alternativas econômicas e **ações de assistência às vítimas** do crime de trabalho escravo ou de aliciamento, focado no atendimento emergencial nas dimensões sociais, econômicas e jurídica. (Plano de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão, 2007, P.14).

As áreas específicas em que a rede de combate atua estão divididas em quatro eixos, como a repressão, que apresenta ações voltadas diretamente à eficácia da lei, por exemplo, a conscientização dos direitos do trabalhador; as fiscalizações realizadas por meio dos grupos móveis, ou mesmo, a atualização da lista suja, que torna público nomes de pessoas físicas e jurídicas que buscam lucrar com esse tipo de exploração, além das Leis Estaduais de Nº 8.566/7²³, que pune empresas identificadas com mão de obra escravizada e Nº 10.355/2015²⁴, responsável pela cassação do registro de ICMS²⁵ dessas empresas. Já a prevenção está diretamente relacionada às ações que procuram sensibilizar a sociedade por meio de estratégias que tornam o assunto mais conhecido, como campanhas, práticas socioeducativas voltadas para crianças, jovens, adultos e idosos membros das famílias de trabalhadores e trabalhadoras. Por fim, as ações de assistência às vítimas com execução de atividades direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar, como cursos profissionalizantes, mobilizações e oficinas, além de punir efetivamente os infratores.

Desde a criação do I Plano, o Maranhão é destacado como local em que as formas de degradação humana e social são realidades gritantes. Com base nas pesquisas realizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), naquele período já existiam no Brasil entre 25.000 e 40.000²⁶ pessoas trabalhando em condições análogas às de escravo, sendo 38% trabalhadores do Maranhão, ou seja, no mínimo 9.500 maranhenses estavam sendo escravizados.

Outros dados estão relacionados ao período de 2001 a 2007. No Maranhão, foram registradas 142 denúncias de trabalho escravo, envolvendo cerca de 3.000 pessoas. Destas, foram fiscalizadas apenas 80, e o número de libertados chega a 1.600 trabalhadores²⁷.

²³ Disponível em Lei Estadual nº 8.566_2007.pdf. Acesso em: 17.03.2022.

²⁴ Disponível em: Lei_10.355_2015___cassação_inscrição_cadastro_contribuintes_ICMS_DIARIO165-05-11-15.20.pdf Acesso em: 17.03.2022.

²⁵ Disponível em: Lei_10.355_2015___cassação_inscrição_cadastro_contribuintes_ICMS_DIARIO165-05-11-15.20.pdf Acesso em: 17.03.2022.

²⁶ Segundo dados CPT e OIT

²⁷ Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Como evidenciado anteriormente, desde 2002, ano em que ocorreu o lançamento do I Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, diversos grupos que atuam na luta pela garantia dos direitos humanos pressionam o Estado, para que o mesmo proceda à admissão de decisões que confirmem bem-estar, proteção e segurança ao trabalhador. Sendo que o papel da comunicação torna-se indispensável para que muitas conquistas sejam alcançadas.

Inspirados no modelo contra a escravidão instaurado no país, o I Plano Estadual, na sua essência, já apresentou uma lista de estratégias de prevenção para aproximar a sociedade dos diálogos sobre o assunto, como pode ser observado na Figura 18.

Figura 18 – Ações preventivas de comunicação no I PETE/MA

Ações de Prevenção		
AÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZO
Realizar pesquisa com mapeamento e amplo diagnóstico sobre o trabalho escravo e aliciamento no Maranhão	FAPEMA/UFMA/UEMA/SETRES	até dez/2007
Produzir materiais impressos e peças publicitárias na mídia regional, estadual e nacional e em veículos comunitários, para disseminar informações e sensibilizar a sociedade em geral	COETRAE, SECOM	até set/2007
Capacitar jornalistas e radialistas sobre a temática em parceria com a Repórter Brasil	FOREM/SEDH	até dez/2007
Apoiar empreendimentos de economia solidária através de assistência técnica e capacitação, priorizando áreas de risco de aliciamento e incidência	SETRES	permanente
Direcionar prioritariamente os programas de educação de jovens e adultos nas regiões de maior aliciamento	SEDUC	permanente
Implementar o projeto "escravo, nem pensar" visando à capacitação de professores e lideranças comunitárias em torno do tema em parceria com a Repórter Brasil	SEDUC, FOREM	até dez/2007
Realizar seminários de mobilização e sensibilização nas áreas de risco	COETRAE	a partir de out/2007
Implantar projeto "Balcões de Direitos" nas áreas de maior aliciamento	SEDH	até dez/2007
Promover prioritariamente a regularização fundiária e/ou acesso à terra nas regiões de aliciamento, das populações tradicionais e de expansão do agronegócio	SEAGRO, ITERMA, INCRA, MDA	permanente
Implantar o programa de proteção aos defensores dos direitos humanos no Estado	SEDH	até dez/2007
Intensificar ações de documentação legal dos trabalhadores nas principais áreas de aliciamento e incidência	Viva Cidadão, SEDH	até dez/2007
Realizar painéis de debates sobre o trabalho escravo nas escolas, universidades, UNIVIMA e comunidades durante a semana do "13 de maio"	SEIR, SEDUC, SECTEC, SEDH e SETRES	permanente
Direcionar prioritariamente os programas de alfabetização para regiões de maior aliciamento e incidência	SEDUC	permanente
Direcionar prioritariamente os programas de qualificação profissional para regiões de maior aliciamento e incidência	SETRES	permanente

Fonte: I PETE (2007)

Observa-se diversas entidades buscam garantir os direitos da classe trabalhadora e, para isso, procuram aproximar a sociedade de tais discussões a partir de diálogos e parcerias.

Dentre as iniciativas de prevenção, há destaque para a importância de pesquisas com mapeamento e amplo diagnóstico; produção de matérias na mídia regional, estadual e nacional

e em veículos comunitários; capacitação de jornalistas e radialistas; implementação do projeto “Escravo, Nem Pensar!”; além de realização de seminários. A busca por esclarecimentos sobre como aconteceram a capacitação com os jornalistas, radialistas e professores, ou mesmo, cópias dos materiais produzidos para divulgar as respectivas situações, a COETRAE/MA reiterou a inexistência desses registros.

É notável que as ações da Comissão revelam os resultados dos esforços de entidades que atuam no combate à escravidão, mesmo que esteja diretamente ligada ao governo, as informações do estudo monográfico “COETRAE/MA: análise de ações políticas instauradas no combate ao trabalho escravo no Maranhão”, realizada em 2016, pela cientista social Dannielle Webá, enfatizou nas informações organizadas por meio do acesso a alguns documentos, a identificação da “Ata de Reunião da COETRAE”, do dia 25 de fevereiro de 2015.

Em contrapartida, as determinações sobre as ações são pensadas no que se refere ao melhor para o combate ao trabalho análogo à de escravo. Destaca-se a “Ata de Reunião da COETRAE”, no dia 25 de fevereiro de 2015 onde, insatisfeitos com o comprometimento da governadora acerca do combate ao trabalho forçado, no que diz respeito ao atraso das responsabilidades do estado sobre o II Plano Estadual, o MPT - Ministério Público do Trabalho - (um dos componentes da comissão) supôs propor formalmente uma TAC - Termo de Ajustamento de Conduta - ao governo, mesmo esse também sendo um ator estatal (WEBÁ, 2016, p.35).

Como exemplo de autonomia, foi registrada na solicitação do grupo para que não constasse o *slogan* do governo junto a uma ação realizada pela COETRAE/MA, no entanto, essa solicitação não pode ser atendida. Logo, o MPT-MA (Ministério Público do Trabalho no Maranhão), mesmo sendo um ator estatal, supôs formalmente que, diante do descumprimento dos prazos para as responsabilidades do II Plano, o envio do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) poderia agilizar sua efetivação.

3.3.2 II Plano Estadual

Em 2012, acontece a execução do II Plano Estadual, uma versão atualizada produzida com apoio dos Grupos de Trabalhos (GT's) formados por integrantes da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Maranhão – COETRAE/MA e Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania – SEDIHC.

Criado com o objetivo de intensificar as ações de combate ao trabalho escravo a partir do olhar voltado às principais causas de aliciamento destacadas no I Plano como “a impunidade, a pobreza e o modelo econômico excludente” (p.05). Na versão atualizada do II

Plano, assim como no modelo anterior, além dessas prioridades, é enfatizada também a necessidade de aproximação entre Estado e sociedade civil por meio do “*enfrentamento às causas, a transversalidade e a participação popular*” (p.06). São diretrizes do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão:

Enfrentamento às causas, combater as causas da escravidão contemporânea, destacando-se a impunidade, a pobreza e o modelo econômico concentrador de renda e gerador de exclusões sociais; **Transversalidade**, fazer do enfrentamento ao trabalho escravo uma premissa a ser considerada na definição de políticas públicas e na priorização de ações, no âmbito do Estado, perpassando o conjunto de organizações de governo, seja na esfera municipal, estadual ou federal, estabelecendo-se estratégias de atuação operacional que envolva órgãos do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público; **Participação Democrática**, gerir de forma democrática, visando à ampliação da consciência popular e a transparência administrativa, valorizando o protagonismo das organizações da sociedade civil, apoiando suas iniciativas, especialmente aquelas comprovadamente comprometidas com a bandeira da erradicação do trabalho escravo (II Plano de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão, 2007, p.12).

O II Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo tem o propósito de fortalecer o envolvimento de órgãos do Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, a fim de dividir as devidas responsabilidades dos grupos que compõem a COETRAE/MA para o monitoramento mais ativo das ações que envolviam a erradicação do trabalho forçado. Como destacado na introdução do II Plano.

Presidida pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania, a COETRAE/MA construiu, de forma participativa, o presente Plano, articulando um conjunto de ações concretas e exequíveis, buscando a integração e a conjugação de medidas proativas de autoridades públicas e entidades da Sociedade Civil que possam prevenir, reprimir ou assistir às vítimas da escravidão contemporânea, com previsão de prazos e responsáveis” (II Plano de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão, 2007, p.6).

Ao analisarmos os dados sobre escravidão no período de 2008 a 2010, segundo o levantamento realizado pela Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Emprego, de 457 operações realizadas em todo o Brasil, com 960 locais inspecionados foram resgatados 9.178 trabalhadores no país. Nesse mesmo período, o Ministério do Trabalho e Emprego registrou apenas 24 operações em 45 estabelecimentos inspecionados no Maranhão, de onde foram libertados 318 trabalhadores.

Com as novas atualizações, o II Plano se diferencia do primeiro, principalmente, no que diz respeito às responsabilidades das organizações que compõem a COETRAE/MA. Para

garantir a divisão e o acompanhamento das atividades assumidas por cada órgão, tornou-se necessária a formação de Grupos de Trabalhos (GT's), com foco nos mesmos planos de ações intersetoriais enfatizadas desde a primeira versão. Sendo assim, as ações de combate ao trabalho escravo estão organizadas com destaque aos responsáveis, além de determinação do prazo para cada entidade como apresentadas na Figura 19.

Figura 19 – Ações, responsáveis e prazos estabelecidos no II PETE

AÇÕES DE PREVENÇÃO (elaborado pelo GT)

AÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZO
Realizar pesquisa com mapeamento e amplo diagnóstico sobre o trabalho escravo e aliciamento no Maranhão	FAPEMA, UFMA, UEMA, SETRES e Universidades particulares	Até dez/2012
Produzir materiais impressos e peças publicitárias na mídia regional, estadual e nacional e em veículos comunitários, para disseminar informações e sensibilizar a sociedade em geral	COETRAE, SECOM e ABRAÇO/MA.	Até dez/2012
Envolver a mídia comunitária local e regional incentivando a presença do tema do trabalho escravo contemporâneo nos veículos de comunicação	Assessoria de comunicação das entidades que compõem a COETRAE e ABRAÇO/MA	Permanente
Apoiar empreendimentos de economia solidária através de assistência técnica e capacitação priorizando áreas de risco de aliciamento e incidência	SETRES	Permanente
Informar os trabalhadores sobre seus direitos e sobre os riscos de se tornarem escravos, por intermédio de campanhas de informação promovidas pelo Poder Público e Sociedade Civil, que atinjam diretamente a população em risco, com ênfase nos veículos de comunicação locais e comunitários	Assessoria de comunicação das entidades que compõem a COETRAE, ABRAÇO/MA e SECOM	Permanente

Fonte: II PETE (2012)

Dentre as iniciativas de prevenção, continuam em evidência as pesquisas com mapeamento e amplo diagnóstico; produção de matérias na mídia regional, estadual e nacional, assim como, em veículos comunitário. No caso, houve a exclusão do item relacionado à capacitação de jornalistas e radialistas. No entanto, estabelece a necessidade da assessoria de comunicação envolver a mídia comunitária local e regional, incentivando a presença do tema

trabalho escravo nos veículos de comunicação. Outro ponto acrescentado é informar trabalhadores sobre seus direitos e sobre o risco de se tornarem escravos, por intermédio de campanhas de informação, com ênfase nos veículos de comunicação locais e comunitários.

É interessante observar que o II Plano destaca ainda a possibilidade de criar uma base de dados na Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Cidadania (SEDIHC) que reunisse as informações dos principais agentes envolvidos no combate ao trabalho escravo para auxiliar em ações de prevenção e repressão e na elaboração de leis, por meio do envio de informações pelos órgãos parceiros, além de sistematizar a troca de informações relevantes ao assunto. Todos esses itens confirmam o desejo de executar o produto aqui apresentado.

3.3.3 III Plano Estadual

A delimitação do público-alvo para esta pesquisa foi definida a partir da oportunidade de participar das reuniões organizadas pela COETRAE/MA como pesquisadora. A aproximação do grupo estudado permitiu o acesso às pautas dos encontros, como assuntos relacionados à apresentação do Calendário Anual e, ainda, acompanhamento do planejamento da Programação da Oficina de Atualização do III Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo. Nesses encontros, a COETRAE/MA é a responsável pelo alinhamento da construção do III PETE e deve articular a participação conjunta de cada órgão que participa da Comissão.

Apesar de ainda não ter sido lançado, está disponível na internet o Documento com minuta do III Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo do Maranhão que deve ser colocado em prática no período 2022-2025²⁸, aprovado no âmbito da COETRAE/MA, para apreciação do Chefe do Poder Executivo Estadual.

O III Plano Estadual também foi produzido de forma participativa, sendo assim, engloba ideias colaborativas e democráticas, que procuram sintetizar iniciativas de órgãos do poder público e da sociedade civil para erradicação de todas as formas de trabalho escravo no Maranhão. Sua estrutura segue o mesmo modelo dos planos antecedentes: Contextualização, Diretrizes, Planos de Ações Intersetoriais, Fluxograma de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo no Maranhão, Sistema de Gestão e Monitoramento do Plano, Recursos e Anexos.

O presente documento foi elaborado a partir das discussões de avaliação e monitoramento do II PETE/MA, realizadas nas reuniões da COETRAE/MA durante o ano de 2019, em conjunto com análise técnica do Programa Estadual

28

Disponível em:
[https://sedihpop.ma.gov.br/uploads/sedihpop/docs/PACTO_ESTADUAL_DE_ENFRETAMENTO_AO_TRABALHO_ESCRAVO_CONTEMPOR%C3%82NEO_-_v2_\(1\).pdf](https://sedihpop.ma.gov.br/uploads/sedihpop/docs/PACTO_ESTADUAL_DE_ENFRETAMENTO_AO_TRABALHO_ESCRAVO_CONTEMPOR%C3%82NEO_-_v2_(1).pdf). Acesso em 21.03.2022.

de Enfrentamento do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e com o recebimento de contribuições dos órgãos e instituições implicados (SEDIHPOP, Pacto Estadual de Enfretamento ao Trabalho Escravo Contemporâneo, 2022, p.13).

Com base nas informações levantadas até aqui, percebe-se que a atuação das entidades que compõem a COETRAE/MA configura uma rede. Apesar do I Plano ter listado a presença de 25 entidades, atualmente a COETRAE/MA é formada por membros e convidados de 42 órgãos governamentais e não governamentais.

4 DAS PRÁTICAS COMUNICATIVAS À PLATAFORMA DIGITAL

Neste capítulo estão os principais conceitos teóricos e analíticos que ancoram esta pesquisa aplicada no campo da Comunicação. Conforme já tratado, parte-se da discussão acerca das práticas comunicativas, categoria estudada por Vera França (2004) no artigo “Representações, mediações e práticas comunicativas”. A autora inicia o texto do seguinte questionamento: “Qual o “saber” buscado e construído por nós, pesquisadores da Comunicação?”. Com essa reflexão, França (2004) enfatiza que é preciso pensar a realidade comunicativa em conjunto já que o conhecimento está dividido em partes; o que resulta na especialização do olhar.

Segundo a autora, a vida social é uma totalidade e as práticas comunicativas permeiam suas múltiplas dimensões. Por isso, perceber a comunicação a partir desse pensamento é fundamental para estudar a Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Maranhão (COETRAE/MA).

Nossa perspectiva de trabalho se orienta e se identifica com os esforços que vêm sendo feitos para se pensar a comunicação como troca, interação, situação comunicacional que circunscreve a relação – mediada discursivamente – de sujeitos interlocutores (FRANÇA, 2004, p.13).

Na busca por apoio teórico nas práticas comunicativas, a autora ultrapassa pensamentos que encontram especificidades nos estudos dos meios de comunicação e destacam a mídia como nossa especialidade, ou mesmo, exploram a comunicação através da própria linguagem. Para França (2004), a comunicação pode ser considerada como instância de produção de sentidos instalada no contexto relacional, sendo que os conceitos de representação social e mediação ancoram esse pensamento.

Entende-se as representações podem ser tomadas como sinônimos de signos, imagens, formas ou conteúdos de pensamento, atividade representacional dos indivíduos, conjunto de ideias desenvolvidas por uma sociedade. E, as mediações se referem às nossas práticas sociais, à nossa inserção na cultura, na história e no cotidiano (FRANÇA, 2004).

Nessa perspectiva, a importância da comunicação interpessoal e interinstitucional no contexto da COETRAE/MA, é interpretada também como práticas comunicativas (FRANÇA, 2004) para o enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo no Maranhão. A noção de práticas comunicativas segundo o que é considerado comunicação ajuda a entender os processos de interação entre os sujeitos bem como entre as instituições, conforme aponta Vera França (2004).

A comunicação é esse processo em que as imagens, representações são produzidas, trocadas, atualizadas no bojo de relações; esse processo em que sujeitos interlocutores produzem, se apropriam e atualizam permanentemente os sentidos que moldam seu mundo e, em última instância, o próprio mundo. Portanto, o lugar da comunicação (das práticas comunicativas) é um lugar constituinte – e o olhar (abordagem) comunicacional é um olhar que busca apreender esse movimento de constituição (FRANÇA, 2004, p. 23).

Desse modo, para melhor compreensão do funcionamento comunicacional dos sujeitos que compõem a rede de combate ao trabalho escravo no Maranhão, lança-se mão de outros conceitos teóricos capazes de trazer luz a essas discussões, como o de comunicação popular (PERUZZO, 1998); de identidade e representação (HALL, 2010; 2013) e apropriação (THOMPSON, 2011). Também trazemos conceitos relacionados a redes (AGUIAR, 2017), plataformas digitais, a partir da discussão sobre os impactos gerados pelas tecnologias no campo da comunicação (SANTOS, 2019); webjornalismo, engajamento digital (CANAVILHAS, 2014; JENKINS, 2014), jornalismo, memória e história na era digital (PALACIOS, 2014); entre outros.

Para a realização deste estudo, é indispensável pensar a comunicação além da troca de informações; entender o modo como os meios de comunicação intervêm na experiência das pessoas, levando em conta o histórico do grupo analisado; o contexto em que está inserido e a relação com os recursos adotados, em outras palavras, compreender os meios de comunicação através do olhar dos próprios usuários.

Cicilia Peruzzo (1998) expõe que as investigações sobre comunicação popular implicam a necessidade de a teoria abarcar os processos no contexto mais amplo em que se realizam, ou seja, devem ir além do estudo do meio comunicativo em si mesmo, de um jornal, por exemplo, pois a dinâmica social na qual este se insere é que vai lhe dar significados.

Atualmente, diversas ferramentas são utilizadas para divulgar ideias capazes de possibilitar a formação de outras opiniões. Um *site*, panfleto, redes sociais, *blogs* ou mesmo passeatas são algumas das alternativas utilizadas por grupos que tentam de alguma forma descentralizar o discurso, conforme complementa Peruzzo (1998).

Numa conjuntura em que vinha à tona a insatisfação decorrente das precárias condições de existência de uma grande maioria e das restrições à liberdade de expressão pelos meios massivos, criam-se instrumentos “alternativos” dos setores populares, não sujeitos ao controle governamental ou empresarial direto. Era uma comunicação vinculada à prática de movimentos coletivos, retratando momentos de um processo democrático inerente aos tipos, às formas e aos conteúdos dos veículos, diferentes daqueles da estrutura então dominante, da chamada “grande imprensa”. Nesse patamar, a “nova”

comunicação representou um grito antes sufocado, de denúncia e reivindicação por transformações, exteriorizando sobretudo em pequenos jornais, boletins, alto-falantes, teatro, folhetos, volantes, vídeos, audiovisuais, faixas, cartazes, pôsteres, cartilhas etc (PERUZZO, 1998, p. 114 a 115).

A COETRAE/MA é formada por entidades governamentais e não governamentais que contam com a colaboração de professores, pesquisadores e militantes que participam de campanhas, eventos, mobilizações em defesa de causas sociais e dos direitos humanos. Comunicar é fundamental para a Comissão, por isso é indispensável aproximar a rede de combate nesse processo, conforme complementa Peruzzo (1998):

Os movimentos sociais populares representam estruturas novas que podem vir a contribuir na formação de um duplo poder. São criações da sociedade civil, que vão democratizando, exercendo um papel do qual os canais tradicionais de representação não estavam dando conta. Além do mais, não tiram espaços destes, mas, pelo contrário, podem somar esforços com eles. São depositários de experiências da democracia direta, surgindo, talvez, para complementar a democracia representativa (PERUZZO, 1998, p. 69).

A proposta da construção de uma teoria social da mídia a partir das reflexões que John B. Thompson (2013) desenvolve no livro “A mídia e a modernidade” trata de estudos voltados exclusivamente para a televisão, entretanto, as categorias elucidadas em sua obra conseguem dar conta desta e de outras pesquisas que abarcam os mais diversos tipos de mídia. A começar do pressuposto de que os indivíduos se valem dos próprios conhecimentos, de suas habilidades adquiridas e de recursos que lhe são disponíveis durante o processo de apropriação, que pode se iniciar com a recepção das mensagens midiáticas, mas se estende muito além dela, “envolvendo outros contextos, outros indivíduos, outras mensagens entrelaçadas com aquelas inicialmente recebidas” (THOMPSON, 2013, p.149). Dessa forma, o autor destaca que o processo de recepção e apropriação das mensagens da mídia envolve a autoformação do indivíduo, não sendo o único influenciador, mas cada vez mais importante no processo de representação.

Para Hall (2010), representação significa usar a linguagem para dizer algo com sentido sobre o mundo ou para representá-lo de maneira significativa para as outras pessoas. De acordo com o autor, no processo da dinâmica identitária é significativo cada indivíduo reconhecer-se como sujeito pertencente a um determinado grupo onde exista a construção do reconhecimento mútuo.

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como

sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. (HALL, 2010, p. 17).

A forma como a questão da identidade vem sendo apresentada nos conteúdos midiáticos tem sido alvo de estudos que analisam tanto produtos da enunciação como também os efeitos do enunciado. A busca para compreender as formas de representação do grupo social estudado, fundamentado nas reflexões dos Estudos Culturais, apresentadas pelo teórico jamaicano Stuart Hall.

Hall (2013) constrói a ideia de identidade como algo plural, estabelecendo assim um conceito mais contemporâneo e dinâmico, algo que muda com relação às diferentes posições que temos na sociedade. Para o autor, as identidades se formam num ponto de sutura entre os discursos e as práticas de interpelação que convocam indivíduos a ocupar lugares sociais e os processos que constroem subjetividades que formam os sujeitos aos quais se podem fazer esse chamamento.

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que possuem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode falar. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (HALL, 2013, p. 112).

Para Hall (2013), as identidades podem funcionar, ao longo de toda sua história, como pontos de identificação e apego apenas *por causa* da sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em “exterior”, em abjeto. Desse modo, as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. O autor não nega que a identidade tem um laço de familiaridade, mas também destaca o lado forte da diferença, a partir do estranhamento.

O trabalho escravo contemporâneo é um debate que, apesar de pesquisas apontarem como um assunto que vem conquistando maior destaque na mídia, discorrer sobre esse tipo de discussão ainda continua sendo algo bastante complexo para muitos brasileiros por tratar-se de um tema que divide opiniões. Há quem acredite que a escravidão foi superada desde a assinatura da Lei Áurea, em 1888, e outros que associam tal prática a todo e qualquer comportamento que fere a legislação trabalhista, isto é, qualquer irregularidade trabalhista.

Para França (2004), essas imagens não apenas ainda estão presentes (são lembradas); elas estão presentes porque dizem, *ainda* algo. (FRANÇA, 2004, p. 17). O debate sobre as

consequências da falta de um conceito para caracterizar o trabalho escravo contemporâneo já foi apresentado por Neide Esterci (1994). Na obra “Escravos da desigualdade”, a autora fala sobre a importância de definir a caracterização de tal prática.

Enquanto a disputa pelo reconhecimento do trabalho prossegue, dentro e fora do espaço estatal, entre o Estado e as organizações da sociedade civil, ampliam-se as informações sobre o uso repressivo da força de trabalho em escala mundial. Revela-se a complexidade das situações e a necessidade de conhecê-las (ESTERCI, 1994, p. 22).

A contribuição de Neide Esterci (1994) ajudou a aguçar a discussão sobre o trabalho escravo atual. Com a teorização do problema, a autora percebe a necessidade de desenvolver uma obra que ultrapasse o desejo de denunciar tal prática, buscando conhecer as condições das pessoas que vivenciaram esse tipo de situação e, assim, compreender as relações registradas sob os nomes de “escravidão” “semi-escravidão”, “trabalho forçado” e outros termos similares.

Identificar os significados dos diferentes usos dos termos é, portanto, mais do que lidar com nomes: é desvendar as lutas que se escondem por detrás dos nomes – lutas essas em torno da dominação, do uso repressivo da força de trabalho e da exploração (ESTERCI, 1994, p. 11 a 12).

Dessa forma, era fundamental ultrapassar a problemática do nome a partir da compreensão das atitudes das pessoas contra as quais são praticadas formas extremas de exploração. Para isso, Esterci apresenta uma bagagem teórica que consegue anunciar a necessidade de um novo debate sobre escravidão e, automaticamente, traz consigo o ato da denúncia, ao mesmo tempo em que deseja oferecer um instrumento de luta àqueles que estão diretamente ligados ao assunto. De fato, desenvolve um texto voltado aos movimentos sociais como forma de compartilhar o que a academia estava construindo sobre o assunto.

Nunca, entretanto, como hoje, essas relações estiveram tão em evidência, “reveladas” pelo trabalho de grupos de pessoas e de instituições articuladas em escala de extensão inédita. Reportagens, depoimentos de explorados, denúncias e relatórios de entidades de defesa dos direitos humanos e entidades de representação dos trabalhadores e minorias exploradas [...] A movimentação e a frequência de informações por todos os meios de divulgação tornaram o tema familiar (ESTERCI, 1994, p.15).

Diante do cenário em que organizações governamentais e não governamentais atuam conjuntamente para colocar o assunto em pauta, seja na academia por meio da colaboração de estudiosos com publicação de pesquisas, ou nas ruas com atuação de militantes, jornalistas que

participam de campanhas, eventos, mobilizações em defesa de causas sociais e dos direitos humanos, o uso de novas tecnologias no campo da comunicação está em constante desenvolvimento.

Como a ideia de plataforma digital é mais recente quando associada ao Jornalismo Guiado por Dados (JGD), torna-se necessário o entedimento desse conceito a partir das contribuições do texto “*A datificação de um campo de conhecimento: como algoritmos, números e abordagens quantitativas estão mudando a comunicação*”, produzido por Márcio Carneiro Santos (2019), em que o autor discute o impacto das transformações geradas pelo ecossistema digital dos meios no campo da comunicação, tais estudos justificam-se, principalmente, pela explosão quantitativa de emissores.

O empoderamento público sustentado pelos meios digitais de comunicação criou uma explosão de emissores, reconfigurando as redes de difusão de informação do mundo analógico, antes concentradas em grandes hubs de atenção, como os grandes veículos de mídia e as fontes oficiais (SANTOS, 2019, p. 148).

Constatamente, ideias inovadoras surgem com o propósito de superar a desinformação. Na atualidade, o grande desafio para quem deseja comunicar qualquer assunto é a forma como esses conteúdos estão disponibilizados para o público. As ferramentas digitais ampliaram diversas possibilidades de pesquisa, apuração e análise.

O contexto da pandemia de COVID-19 continua exigindo comportamentos que devem ser encarados com inúmeras mudanças, até mesmo por quem demonstrava certa resistência para explorar novos métodos de trabalho. Profissionais de diferentes áreas tiveram que se adaptar às transformações na era digital. Santos (2019) considera que diante deste cenário em que o acesso aos dados de portais públicos de transparência e as histórias escondidas por trás dos números é um desafio para jornalistas e profissionais envolvidos com o campo da comunicação, principalmente, o pesquisador tradicional.

Assim, inovação e empreendedorismo na comunicação do ambiente digital devem traduzir-se numa atitude, antes de tudo, de humildade, de reconhecimento das transformações pelas quais temos passado e, por estarmos ainda num processo de transição, pelas que ainda estão por vir. O apego a feudos de conhecimento que têm se mostrado inadequados para lidar com a situação atual só atrasa o desenvolvimento científico, qualquer que seja o campo em questão (SANTOS, 2019, p. 149).

Neste caso, a dificuldade de conseguir acompanhar a velocidade, o volume de informações ou mesmo o entendimento de alguns assuntos complexos relacionados às tecnologias além de exigir a compreensão de um público cada vez mais diversificado, também impõe a necessidade de atualizações em termos epistêmicos e metodológicos por parte de pesquisadores do campo da comunicação.

Na obra *“Jornalismo guiado por dados: aproximações entre a identidade jornalística e a cultura hacker”*, o autor Marcelo Trasel (2014) considera que o Jornalismo Guiado por Dados (JGD) compreende diversas práticas profissionais cujo ponto em comum é o uso de dados como principal fonte de informação para a produção de notícias. No entanto, ao relacionar a cultura profissional do jornalista e a cultura *hacker*, Trasel enfatiza o quanto é importante não restringir o JGD apenas ao uso de novas ferramentas ou produtos utilizados em suas rotinas.

Os aspectos mais importantes do JGD não são as formas de uso da tecnologia, ou as características materiais dos produtos de suas rotinas produtivas, mas sim a potencialização da capacidade do repórter para identificar notícias em grandes volumes de dados. Vendo bem, no JGD, as planilhas eletrônicas, bancos de dados e aplicativos para tratamento estatístico não são substitutos das habilidades dos repórteres, mas instrumentos de ampliação do “faro” jornalístico (TRASEL, 2014, p.294-295).

Esse “faro” jornalístico exposto pelo autor contribui para refletir sobre como transformar dados em informações. As habilidades técnicas do jornalista ao identificar o valor-notícia de determinadas informações podem levar ao retrato de cenários, apontar causas, gerar pautas com diferentes recortes. O grande desafio é como esses dados podem ser recuperados, já que atualmente existe a possibilidade de acesso à infinidade de materiais disponibilizados na internet fornecidas também pelos próprios cidadãos.

É neste sentido que ocorre apoio no diálogo elencado pelo autor. Ao relacionar as ideias de liberdade englobadas pela cultura *hacker* ao interesse pelo acesso à informação, compreensão da tecnologia em prol do benefício coletivo são alguns pontos necessários para que o trabalho escravo se torne um assunto de interesse público por meio do qual a audiência assumo o papel de fazer circular esse tipo de conhecimento.

Para apontar alguns desafios e oportunidades encontradas por diversas instituições para a incorporação dessa inovação em seus currículos, Marcelo Trasel dá continuidade aos estudos em parceria com Luciana Mielniczuk na produção do artigo *“Jornalismo Guiado por Dados como Inovação Profissional e seus Desafios para a Educação”*. Neste texto, os autores percebem, durante a fase prática da pesquisa, que se propunha, inicialmente, a pensar novos

produtos, que “o principal obstáculo à inovação na empresa não era a ausência de ideias, mas um clima organizacional apegado à tradição e avesso à mudança” (TRASEL, p. 611).

Para os autores, além dos quatro aspectos de inovação na mídia, como o produto, processo, posição e paradigma, é imprescindível pensar também a inovação social como o quinto tipo, uma vez que as inovações em produtos estão relacionadas à adoção de novas plataformas, gêneros ou formatos jornalísticos; os processos têm a ver com as mudanças na utilização de produtos e serviços criados; uma posição inovadora se preocupa em atender novas audiências; as inovações nos paradigmas estão relacionadas com a cultura organizacional, ou seja, quando o meio impresso adota a plataforma digital, por exemplo. No entanto, é necessário adicionar a sociedade como outro aspecto das inovações midiáticas.

Na mesma linha, Franciscato (2010) vê a possibilidade de inovação não apenas na geração e aplicação de tecnologia, mas também em dois outros âmbitos: organizacional e social. A inovação organizacional corresponderia à adoção de novas rotinas de trabalho, modelos de gestão, ou métodos de apuração, edição e circulação dos produtos jornalísticos. Inovações sociais seriam as mudanças na interação entre as organizações jornalísticas e os diversos agentes envolvidos na produção ou consumo da notícia, visando não apenas maior eficiência — e, consequente, maior lucro —, mas também efeitos benéficos para a sociedade em geral, como a promoção da democracia e dos direitos humanos, por exemplo (MIELNICZUK; TRASEL, 2017, p. 613).

A COETRAE/MA é um grupo que acompanha o uso de algumas inovações para o diálogo sobre o trabalho escravo contemporâneo, como a plataforma de monitoramento dos Planos Estaduais, ou simplesmente, realiza reuniões via *Google Meet* e diálogos por meio do *whatsapp*. No entanto, o fato de não possuir o próprio site e redes sociais digitais pode ser entendido como certa “resistência” diante de tantas inovações midiáticas.

Há necessidade de pensar um produto capaz de incluir a adoção de novas plataformas nos processos existentes dentro da Comissão, por exemplo, permitindo a participação dos representantes na produção de notícias, ou mesmo, organizar campanhas com viés mais colaborativo.

A posição inovadora, além de ser a primeira Comissão a adotar esse tipo de serviço online para atender novas demandas, também sugere inovações no paradigma em âmbito organizacional, quando acontece a migração das produções para o meio digital, como compartilhamento de atas e outros documentos, por exemplo.

Ao relacionar tais aspectos com os âmbitos organizacional e social, o produto pensado para a COETRAE/MA se enquadra no modelo que vai além da geração e aplicação de

tecnologia. A ideia é inovadora, principalmente, porque busca refletir sobre sua cultura organizacional, adotando novas rotinas de trabalho, modelos de gestão e circulação de produtos, além de gerar mudanças na interação entre as organizações e os diversos agentes envolvidos na luta contra a escravidão contemporânea, o que tem como resultado não apenas maior eficiência, mas efeitos benéficos para a sociedade em geral.

A partir deste contexto, existe a necessidade de criar uma plataforma digital (https://coetraema.github.io/coetrae_ma/index.html), que trate da temática do trabalho escravo contemporâneo levando em consideração olhares que tenham ressonância com os públicos desejados. Por isso, as considerações elencadas por Henry Jenkins (2014), no texto “*Delineamentos para a Propagabilidade*”, no que diz respeito à construção do produto, ou seja, a relação do produto com as características da comunicação digital. O autor considera os seguintes pontos para produzir conteúdo com mais chances de ser compartilhado: o primeiro diz respeito à propagabilidade. Ele destaca que não existe fórmula mágica para ampliar o alcance de conteúdos compartilhados na internet, entretanto, existem estratégias e técnicas, a fim de entender o que o público precisa para fazer circular conteúdo.

Jenkyns (2014) também encontra no marketing princípios que subsidiam grupos diversificados. Nesta perspectiva, cabe analisar segundo o pensamento do autor a idealização da plataforma sobre trabalho escravo contemporâneo, a fim de refletir as maneiras encontradas para desenvolver um produto capaz de contribuir com visibilidade do assunto no Maranhão.

Às vezes, pode não ser facilmente evidente o porquê de as pessoas estarem fazendo o que fazem, mas esforçar-se para entender a motivação e o interesse de uma pessoa ou de uma comunidade é fundamental para criação de textos cuja propagação seja mais provável (JENKYS, 2014, p. 247).

É notável que a rede de combate ao trabalho escravo contemporâneo dispõe de diversas ferramentas para divulgar ideias capazes de possibilitar a formação de outras opiniões sobre o assunto, seja por meio das redes sociais, *sites*, *blogs* ou mesmo com a distribuição de panfletos, cartilhas, manuais, publicação de livros e pesquisas são algumas das alternativas utilizadas por grupos que tentam de alguma forma descentralizar o discurso. Como tornar esses recursos mais atraentes? Como fomentar a participação ativa dos públicos engajados?

Os criadores de conteúdos bem-sucedidos compreendem os aspectos estratégicos e técnicos que precisam dominar para criar um conteúdo com maior probabilidade de propagação, e refletem sobre o que motiva os participantes a compartilhar informações e a construir relacionamentos com as comunidades que definem sua circulação (JENKYS, 2014, p. 244).

Para aumentar as chances de propagação do conteúdo organizado na plataforma, Jenkins sugere ainda estratégias que defendem a disponibilidade do conteúdo quando e onde o público quiser. Além da inexistência de um lugar voltado para as ações da COETRAE/MA, é notável que apesar de haver quantidade significativa de conteúdos relacionados à escravidão contemporânea na internet, o modo como estas informações são disponibilizadas exige tempo e muita paciência para realização de buscas. Sendo assim, nosso intuito principal é pensar uma plataforma que reúna as organizações que participam da COETRAE/MA a fim de concentrar materiais, assim como os grupos de referências, tornando as buscas pelo assunto mais práticas e rápidas.

A portabilidade é outro ponto destacado pelo autor, sendo que as informações disponibilizadas na plataforma devem ser organizadas em coleções e reunidas por assuntos. Tais informações podem ser acessadas por meio de dispositivos como smartphones, tablets, notebooks e computadores que tenham conexão online para participar da atualização da plataforma em tempo real, ou mesmo, no modo offline, quando o usuário deseja baixar os conteúdos para acessá-los posteriormente.

Dependendo da forma de acesso, há possibilidade de compartilhar, trocar experiência com outros participantes da Comissão que também estão conectados à rede; o que torna o conteúdo editável. Neste sentido, a plataforma ficará mais completa com a participação ativa da rede de combate a escravidão contemporânea para que todo conteúdo seja facilmente utilizável em uma série de maneiras.

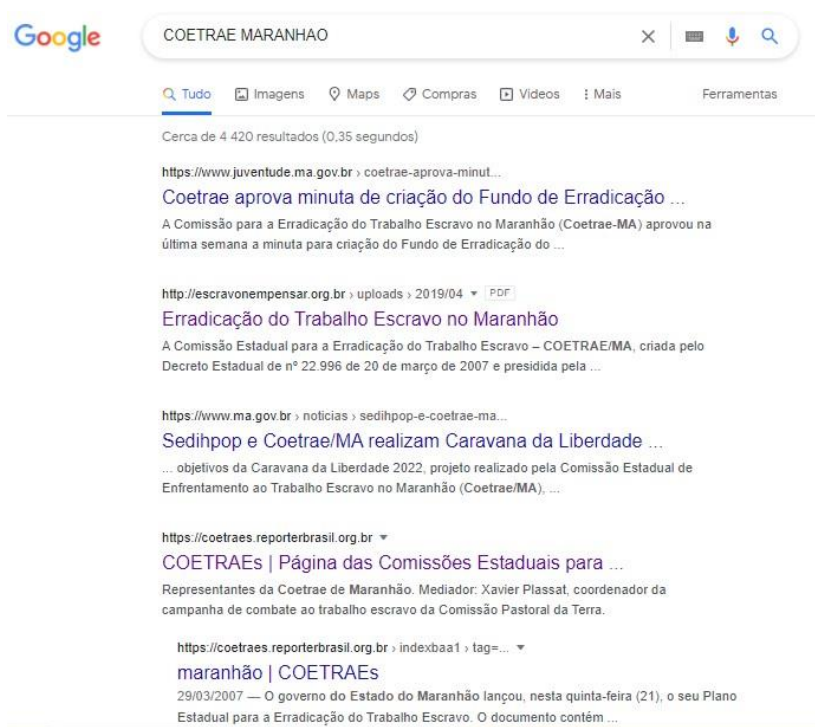
A atualização da plataforma busca articular aquilo que vem sendo executado pelos movimentos e agentes sociais, governo, academia, jurídico, por pesquisadores interessados no assunto e sociedade em geral. O diferencial apresentado neste tópico é perceber a escravidão por meio de diferentes olhares com a disponibilização de trabalhos relevantes para os vários públicos.

Os pontos destacados até aqui tratam de estratégias para tornar o conteúdo propagável. No entanto, Henry Jenkins enfatiza que o mais importante é o sucesso na criação de material que as pessoas querem propagar, e isso requer bastante atenção. “Quando se trata de propagabilidade, nem todo conteúdo é criado da mesma forma” (JENKINS, 2014, p.247).

5 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Apesar de ser formada por várias entidades que estão na internet para divulgar suas ações, a COETRAE/MA, assim como de outras regiões brasileiras e até mesmo a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) não possuem atualmente um espaço organizado na web, como pode ser observado na busca realizada no *Google* “COETRAE MARANHÃO”, conforme Figura 20.

Figura 20 – Resultado da busca COETRAE/MA no Google



Fonte: Google (2022)

Na busca, identificou-se a disponibilidade de links direcionados para sites governamentais, como do governo do Estado (ma.gov.br). Os dois últimos links intitulados COETRAEs/Páginas das Comissões Estaduais e o outro Maranhão/COETRAEs chamam atenção, porque fazem parte do site da ONG Repórter Brasil, com editoria voltada para os assuntos das Comissões, porém a página referente ao Maranhão não é atualizada desde 2007.

Cabe enfatizar que a falta de perfis nas redes sociais e a necessidade de ter um local como referência de pesquisa sobre trabalho escravo no Maranhão foi destacado em entrevista online com representantes de quem atua na comunicação desses grupos.

Gente, se você quer falar com a COETRAE hoje, eu vou bem aqui no Google ver o que vai aparecer. Quer ver? Eu sou um trabalhador, eu quero falar com a COETRAE [apareceu coisa de São Paulo]. A gente não vê nada, não sabe

com quem falar, com quem dizer, para quem falar, não tem (Trecho de entrevista concedida por membro da COETRAE em 25 de agosto de 2021).

Por causa de experiências assim, a proposta visa compreender as práticas comunicativas no contexto da COETRAE/MA para, a partir daí, propor a plataforma digital (https://coetraema.github.io/coetrae_ma/index.html) capaz de reunir informações online, potencializar o diálogo e a interação entre os membros da Comissão.

Este estudo tem caráter qualitativo, uma vez que constrói um problema e, com a investigação direta junto aos sujeitos envolvidos, chega a algumas considerações importantes para a compreensão do fenômeno social (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008). Parte de uma revisão bibliográfica acerca dos principais conceitos que ajudam a construir o universo da pesquisa e também utiliza o estudo documental para construir um breve histórico da luta de combate ao trabalho escravo no Maranhão, bem como para um levantamento sobre iniciativas de publicização e visibilidade do problema junto a plataformas digitais em âmbito nacional.

Após revisão bibliográfica e levantamento documental, é realizado um trabalho de campo à luz das orientações de Roberto Cardoso de Oliveira (1996), com observação participante e entrevistas qualitativas, porém com o diferencial de que os principais encontros com os sujeitos, seja no acompanhamento sistemático das reuniões da COETRAE/MA durante o ano de 2021, seja na realização das entrevistas, foram de forma online devido ao distanciamento social exigido pela pandemia da Covid-19²⁹.

As entrevistas, realizadas de forma coletiva e individual junto aos representantes de entidades governamentais e não governamentais da COETRAE/MA, estão ancoradas no entendimento de Jean Poupart (2012), que caracteriza três tipos de argumentos para o desenvolvimento da entrevista. São eles:

O primeiro é de ordem epistemológica: a entrevista de tipo qualitativo seria necessária, uma vez que uma exploração em profundidade da perspectiva dos atores sociais é considerada indispensável para uma exata apreensão e compreensão das condutas sociais. O segundo tipo de argumento é de ordem ética e política: a entrevista de tipo qualitativo parece necessária, porque ela abriria a possibilidade de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentados pelos atores sociais. Destacam-se, por fim, os argumentos metodológicos: a entrevista de tipo qualitativo se imporia entre as “ferramentas de informação” capazes de elucidar as realidades sociais, mas, principalmente, como instrumento privilegiado de acesso à experiência dos atores (POUPART, 2012, p. 216).

²⁹ Os entrevistados assinaram os TCLEs e não serão identificados neste trabalho. O modelo do termo está em Apêndice C.

Neste capítulo, são organizados os resultados obtidos nos levantamentos documentais e também do trabalho de campo realizado para a construção desta pesquisa aplicada. Para ilustrar como as novas ferramentas são integradas à política de enfrentamento ao trabalho escravo na atualidade, seguem alguns exemplos reunidos após mapeamento de ideias que inovam as práticas comunicativas intermediadas pela tecnologia.

A começar pela ONG Repórter Brasil, considerada a principal referência no assunto. Fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores com o objetivo de fomentar a reflexão e ação sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores no país. Devido ao seu empenho, tornou-se uma das mais importantes fontes de informação sobre trabalho escravo. Suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias educacionais têm sido usadas por lideranças do poder público, do setor empresarial e da sociedade civil como instrumentos para combater a escravidão contemporânea. O site apresenta, como demonstra Figura 21, reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias educacionais.

Figura 21 – Página inicial do site da ONG Repórter Brasil



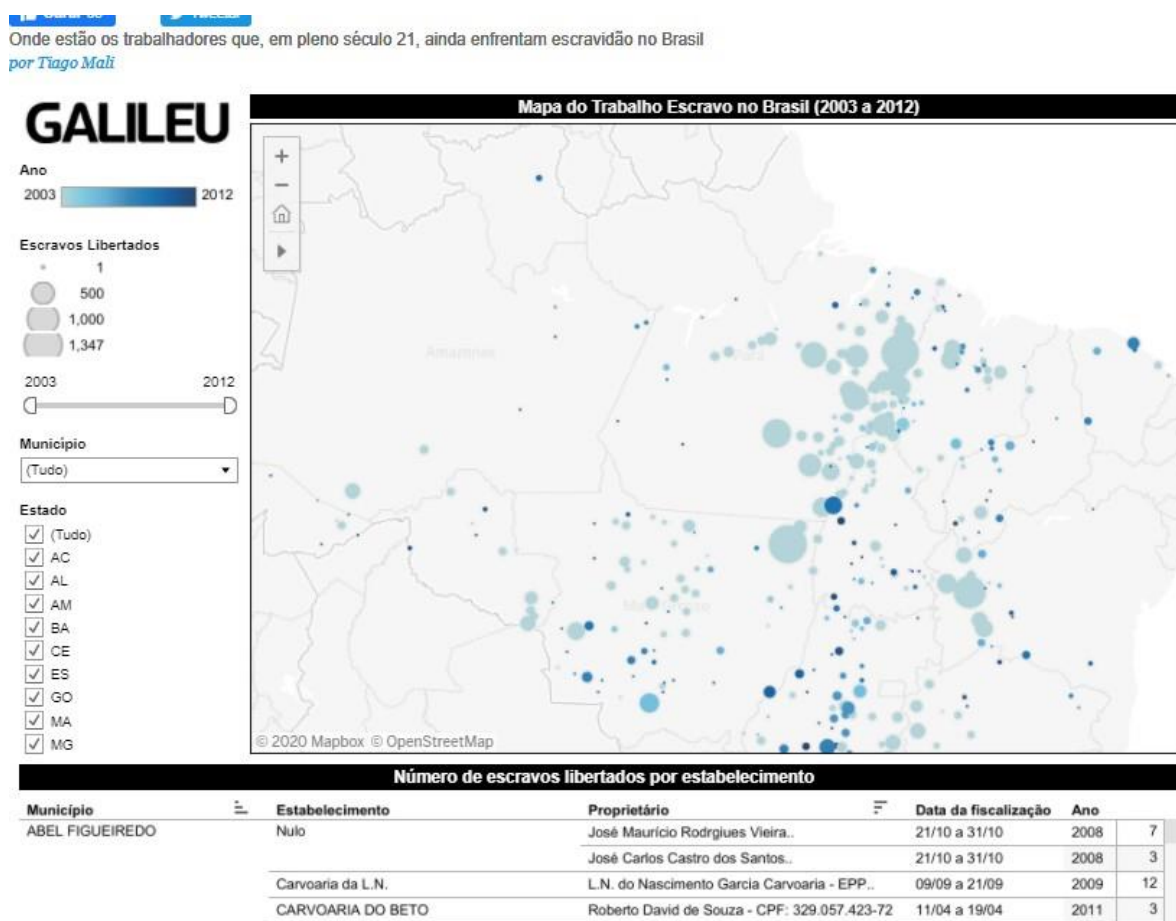
Fonte: Site ONG Repórter Brasil (2001)

A proposta da ONG Repórter Brasil³⁰ é identificar e tornar públicas situações que ferem direitos trabalhistas e causam danos socioambientais no país, visando à mobilização de lideranças sociais, políticas e econômicas para a construção de uma sociedade de respeito aos direitos humanos, mais justa, igualitária e democrática.

³⁰ Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/>. Acesso em: 27.03.2022.

Outro modelo desenvolvido em 2013, foi a reportagem³¹ publicada pela Revista Galileu sobre trabalho escravo resultou na criação do Mapa do Trabalho Escravo no Brasil - Raio X do Trabalho Escravo³², como demonstra a Figura 22 essa iniciativa teve o objetivo de mapear a incidência de trabalho escravo no país a partir de dados relativos a libertações de trabalhadores em condições análogas às de escravos ocorridas de 1995, ano em que os Grupos Móveis de Combate ao Trabalho Escravo foram instituídos, até novembro de 2012. Neste sentido, o mapa interativo permite saber onde estão os trabalhadores que ainda enfrentam escravidão.

Figura 22 – Mapa do trabalho escravo no Brasil



Fonte: Revista Galileu (2013)

³¹ Além do jornalista Tiago Mali, a produção da reportagem contou com auxílio do geógrafo Eduardo Girardi (autor do Atlas da Questão Agrária Brasileira de 2008) e informações da Repórter Brasil, da Comissão Pastoral da Terra e do Ministério do Trabalho e Emprego, dois mapas sobre a incidência de trabalho escravo no Brasil.

³² Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI333998-17805,00-RAIO+X+DO+TRABALHO+ESCRAVO.html>. Acesso em: 27.03.2022.

Seguindo a lista de tecnologias contra a escravidão, o SMARTLAB – Promoção do Trabalho Decente Guiada por Dados³³ criado em 2019, uma iniciativa do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que tem o objetivo de compilar uma série de dados e informações com potencial de qualificar processos de tomada de decisão em relação às políticas públicas, conforme Figura 23.

Figura 23 – Plataforma SMARTLAB



Fonte: SMARTLAB – Promoção do Trabalho Decente Guiada por Dados (2016)

Segundo matéria publicada no site da OIT, no dia do lançamento da plataforma, a então coordenadora da Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho, Valdirene de Assis, destacou que o Observatório “servirá para empoderar diferentes grupos com novos fluxos de informação, de modo que a rede de atores responsáveis pela promoção da diversidade e da igualdade de oportunidades no trabalho desenvolvam e participem de políticas, programas e ações guiadas por evidências e orientadas para resultados, beneficiando todos os grupos cujos direitos precisam ser protegidos e promovidos”.

O Sistema Ipê³⁴, plataforma criada para qualquer pessoa realizar denúncia independentemente de cadastro prévio, enviando informações diretamente para a inspeção do trabalho. Além disso, é disponibilizada também acesso restrito aos gestores do sistema e aos parceiros devidamente cadastrados por meio do qual é possível inserir, processar e classificar denúncias, como observado na Figura 24.

³³ Disponível em: <https://smartlabbr.org/>. Acesso em 27.03.2022.

³⁴ Disponível em: <https://ipe.sit.trabalho.gov.br/#!/>. Acesso em 27.03.2022.

Figura 24 – Página inicial do Sistema Ipê



Fonte: Sistema Ipê (2020)

A plataforma online foi criada em 2020 com o apoio técnico da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O Monitora 8.7³⁵ é uma plataforma de monitoramento de planos de erradicação do trabalho forçado, da escravidão contemporânea, do tráfico de pessoas e do trabalho infantil, como demonstra Figura 25, a plataforma permite o monitoramento da cooperação entre todas as organizações responsáveis por formular, implementar, monitorar e avaliar ações de múltiplas finalidades que englobam desde assuntos gerais, repressão, prevenção, inserção e assistência às vítimas, de monitoramento de legislação e de capacitação, entre outras.

Figura 25 – Página inicial da Plataforma Monitora



Fonte: Monitora 8.7 (2022)

³⁵ Disponível em: <https://www.monitora87.org/>. Acesso em 27.03.2022.

Os exemplos citados representam um marco no enfrentamento ao trabalho escravo no país, pois são ferramentas essenciais que garantem melhor sistematização das denúncias recebidas, assim como o fortalecimento de ações preventivas e de conscientização. No entanto, o que se torna um desafio é a forma como esses conteúdos são disponibilizados na internet. Quem conhece essas ferramentas? Quem as utiliza? O que fazer para que essas informações sejam mais acessíveis?

A proposta da plataforma digital, além de utilizar esses exemplos como fonte de inspiração, também busca identificar as principais dificuldades encontradas ao acessar informações sobre esse tipo de conteúdo e, muitas vezes, não conseguem; se deparam com a falta de atualizações constantes, a dificuldade de interpretar as informações disponíveis, principalmente, aquelas baseadas em gráficos que podem ser melhoradas com legendas ou textos explicativos.

Pensar um produto para o Mestrado Profissional exige seguir algumas especificidades. Para adaptá-lo é imprescindível observar as suas necessidades. De acordo com o texto “Mestrados Profissionais na Área da Comunicação”, produzido por Márcio Carneiro dos Santos (2020), o autor seleciona quatro dicas para definir o projeto de pesquisa. Dentre as recomendações, o professor destaca o que a CAPES considera pós-graduação *stricto sensu*, nas modalidades de mestrados e doutorados profissionais.

Ela objetiva melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas, da geração de processos de inovação e transformação social, contribuindo para agregar competitividade e ampliar a produtividade (SANTOS, 2020, p. 16–17).

Para a realização deste estudo, é indispensável pensar a Comunicação além da troca de informações; entender o modo como os meios intervêm na experiência das pessoas, levando em conta o histórico do grupo analisado, o contexto em que está inserido bem como as relações com os recursos adotados. Em outras palavras, compreender as práticas comunicativas a partir do olhar dos próprios participantes.

5.1 A entrada no campo empírico e a elaboração do trabalho de campo

Continuar inserida nos espaços como orientanda da professora Flávia de Almeida Moura, também no Mestrado, possibilitou a observação de diálogos e argumentos que problematizam as formas de comunicar dentro da própria rede que compõe a Comissão.

A entrada no campo de pesquisa junto à COETRAE/MA aconteceu no dia 26 de novembro de 2020, aproximação que permitiu o acesso às reuniões, assuntos pautados nos encontros, como a apresentação do calendário anual e, ainda, o acompanhamento de como foi o planejamento da programação da Oficina de Atualização do III Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo.

Por mais que não possua um site, a COETRAE/MA utiliza outros meios para comunicar com representantes da rede de combate, com o *google meet*, *e-mail* e *whatsapp*, por exemplo. Neste sentido, dentre as estratégias utilizadas pela Comissão, considera-se tais encontros como modelo de práticas comunicativas, conforme as ideias elencadas por França (2004).

A comunicação é esse processo em que imagens, representações são produzidas, trocadas, atualizadas no bojo de relações, esse processo em que sujeitos interlocutores produzem, se apropriam e atualizam permanentemente os sentidos que moldam seu mundo e, em última instância, o próprio mundo. Portanto, o lugar da comunicação (das práticas comunicativas) é um lugar constituinte – e o olhar (abordagem) comunicacional é um olhar que busca apreender esse movimento de constituição (FRANÇA, 2004, p.23).

Sobre a forma como acontece a mediação dos grupos é significativo destacar que nesses encontros, a COETRAE/MA é responsável pelo alinhamento, deve articular a participação conjunta de cada órgão e, que a partir da definição de responsáveis e previsão de prazos se organizam por meio de ações concretas e exequíveis buscando a transversalidade das políticas públicas que possam prevenir, reprimir ou assistir trabalhadores em situação de vulnerabilidade. Tais mediações são entendidas aqui, conforme França (2004):

O conceito de mediações nos conduz a pensar a comunicação sob o prisma da ação dos homens no mundo, a resgatar os contextos sócio-histórico e culturais onde se dão essas ações: a pensar a dinâmica instauradora de sentido no bojo das interações sociais, das ações reciprocamente referenciadas dos sujeitos sociais. Representações, portanto, existem “processadas” por filtros cognitivos dos indivíduos e no contexto de suas experiências e relações; elas existem dentro e enquanto práticas comunicativas (FRANÇA, 2004, p.22).

Com base nos relatos de alguns representantes da COETRAE/MA, é notável a necessidade de uma coordenação interna para estabelecer o contato mais direto com a presidência e a vice-presidência da Comissão. O intuito é aproximar representantes, organizar os registros das reuniões e deliberações. Entretanto, é interessante inferir que nos diálogos que acontecem, os integrantes destacam a comunicação como construção coletiva, mas quando, por

exemplo, a pauta do III Plano é comunicação os participantes não demonstram o mesmo interesse dedicado aos outros eixos, como repressão, prevenção e reinserção.

Observa-se relatos sobre as dificuldades de comunicação dentro da própria rede, o que pode ser confirmado no depoimento abaixo como adequação importante para atender respectivos grupos.

(...) Eu quero tirar uma dúvida. É com relação a esses Grupos de Trabalho. Quem já está na COETRAE há um tempo, a gente sabe que esses Grupos de Trabalhos foram criados e a gente não consegue se reunir. Vai ter um coordenador ou é a própria COETRAE que vai gerenciar essas reuniões, ou vai ter um coordenador de cada GT? Se não tiver o coordenador, pela experiência nos outros GT's, a coisa não se desenvolve, um fica esperando pelo outro e a gente não consegue fazer (Trecho de fala de membro da COETRAE/MA em reunião organizada para elaboração do III PETE, em 26 de novembro de 2020).

Então, como pensar o alcance das informações sendo que o problema começa na base? Ou seja, existe a necessidade de articular a comunicação das organizações que participam da COETRAE/MA, para assim tornar mais eficiente pautar o assunto na sociedade, como pode ser verificado no comentário.

Foi muito salutar essa indicação de ter uma coordenação interna com representante que integre o grupo e que possa puxar um pouco essas reuniões. Eu havia sugerido que a SEDIHPOP, enquanto atuação da coordenação, pudesse compor todos esses grupos de trabalho para poder mais pela questão do assessoramento, fazer memória de reunião, de registrar as deliberações. Eu creio que seria importante retirar algum representante para termos de coordenação interna dos GT's, contaria com esse representante e mais a participação da SEDIHPOP para essa questão de assessoramento (Trecho de fala de membro da COETRAE/MA em reunião para elaboração do III PETE, em 26 de novembro de 2020).

Sendo assim, em vez de limitar a investigação pelo modo como as informações estão disponibilizadas de forma online, é preciso também articular essa realidade às práticas comunicativas (FRANÇA, 2004) bem como a participação em rede (ARAÚJO, 2000) dos 44 órgãos que representam o poder público e a sociedade civil, como movimentos e agentes sociais, governo, academia e jurídico, ou seja, grupos que atuam na luta contra a escravidão contemporânea no Maranhão como membros da Comissão Estadual de Combate ao Trabalho Escravo.

5.2 Da pesquisa documental à definição do *corpus*

Fundamenta-se em algumas informações fornecidas pela COETRAE/MA, como os nomes dos representantes, tipo de indicação (titular ou suplente), instituição, cargo, *e-mail* e telefone³⁶ acrescidas a outras encontradas na internet, como a inserção das siglas que referenciam entidades como a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES) ou a Secretaria de Estado e Turismo (SETUR) e os links dos sites dessas organizações. Mesmo que a planilha compartilhada pela COETRAE/MA apresente informações atualizadas pela última vez em abril de 2020, o que demonstra a necessidade de reconsiderá-la, a partir desse material foi possível conhecer as 44 organizações que são membros da COETRAE/MA atualmente.

A elaboração do *corpus* documental aconteceu via *Google*, a planilha foi atualizada com dados sobre os nomes das entidades, as siglas e o levantamento da existência ou não de sites além dos links de suas respectivas páginas (Ver planilha com informações em Apêndice A). Das 44 entidades que compõem a COETRAE/MA, identificou-se que a maioria possui plataforma na internet, totalizando trinta e quatro organizações. Sete sites não foram localizados, duas entidades estão hospedadas em sites de outros grupos e apenas um estava fora do ar na ocasião do levantamento.

O uso da internet é um fenômeno crescente, em constante expansão. Conforme Palacios (2014), viver em uma sociedade que passa por mudanças o tempo todo instiga também aprimorar outras habilidades para lidar com tanto pluralismo.

A possibilidade de dispor de espaço ilimitado para a apresentação de material noticioso é a maior ruptura resultante do advento da Web como suporte mediático para o jornalismo (Palacios, 2003, p. 24), tendo como efeito, juntamente com a facilidade de produção de conteúdos através de tecnologia digitais amigáveis, a multiplicação dos espaços para a memória em rede, fazendo de cada usuário um produtor potencial de memória, de testemunhos (Canavilhas, 2004; PALACIOS, 2014, p. 95).

Logo, o olhar voltado para a preservação e arquivamento da memória, a partir de novos recursos tecnológicos no contexto em que o processo colaborativo online depende da postura de cada integrante da COETRAE/MA são pontos que devem permanecer em constantes reflexões para que a memória da Comissão seja transportada de seus respectivos limites tradicionais.

³⁶ O material disponibilizado contém informações pessoais de alguns membros por isso não foi anexado à pesquisa.

5.3 Do roteiro de questões aos perfis da COETRAE/MA

O roteiro de questões direcionadas para entender os perfis de quem compõe a COETRAE/MA foi elaborado por meio do acesso aos contatos das organizações que fazem parte da Comissão, com questionamentos sobre os contatos, redes sociais, localização e estratégias de comunicação utilizadas por cada grupo. Devido ao contexto pandêmico da COVID-19, as inúmeras restrições e a importância de manter o distanciamento social corroboraram para adequação de mudanças na metodologia prevista para aplicação dos questionários.

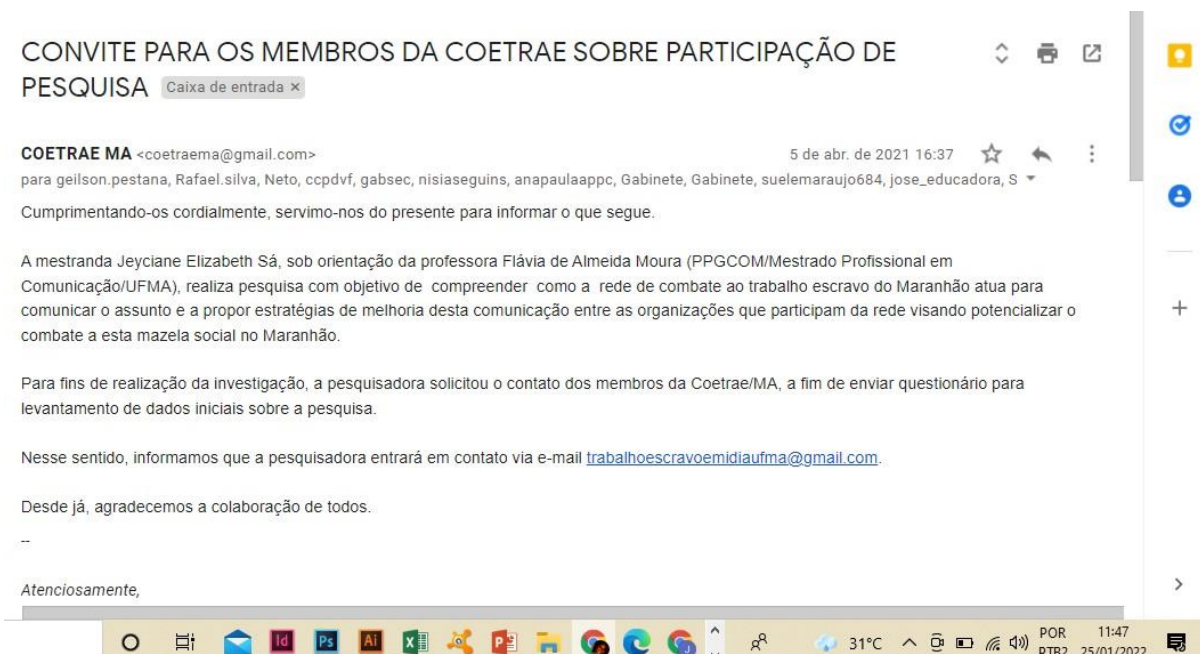
Com dados das organizações que participam da COETRAE/MA, a aplicação do questionário foi dividida em etapas, com perguntas direcionadas ao perfil de atuação, como é a participação, como se relacionam e utilizam as redes sociais. Após a organização dos questionamentos do primeiro bloco de perguntas, realizou-se teste com alguns representantes da COETRAE/MA, para verificar com antecedência os ajustes necessários e possíveis erros. Posteriormente ao retorno obtido, foi necessário reestruturar a seguinte pergunta: “Em quais localidades maranhenses a organização atua”? A pergunta foi considerada confusa por representantes dos órgãos públicos, pois julgaram mais apropriada para organizações não governamentais que, por natureza, têm atuação mais direcionada geograficamente.

A importância de mostrar onde as organizações estão localizadas e onde atuam exigiu o acréscimo de uma lista de opções com os 217 municípios maranhenses, adicionar perguntas mais específicas sobre atuação em outros municípios e a necessidade de especificar quais são.

Ajustado o instrumento de coleta de dados³⁷, houve a tentativa de aplicação do formulário on-line via e-mail por intermédio da COETRAE/MA, que comunicou sobre a realização da pesquisa, como demonstra a Figura 26.

Figura 26 – Convite via e-mail compartilhado pela coordenação da COETRAE/MA

³⁷ Modelo de questionário disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfaR_L6ggXeYc3FDm8F1Ut5Rs7nZc8dGfmOMMXxNsAVyq-CtQ/viewform. Acesso em 29.03.2022.



De acordo com o e-mail compartilhado no dia 05 de abril de 2021 sobre a realização da pesquisa com o objetivo de compreender como a rede de combate ao trabalho escravo do Maranhão atua para comunicar o assunto e a propor estratégia de melhoria desta comunicação entre as organizações que participam da rede visando potencializar o combate foi enviada para oitenta e três (83) integrantes, incluindo titulares e suplentes. Ao final desta etapa, apenas dez (10) respostas, o que tornou imprescindível outras formas de coleta de dados, descritas a seguir.

5.4 Organização dos dados quantitativos e as principais dificuldades

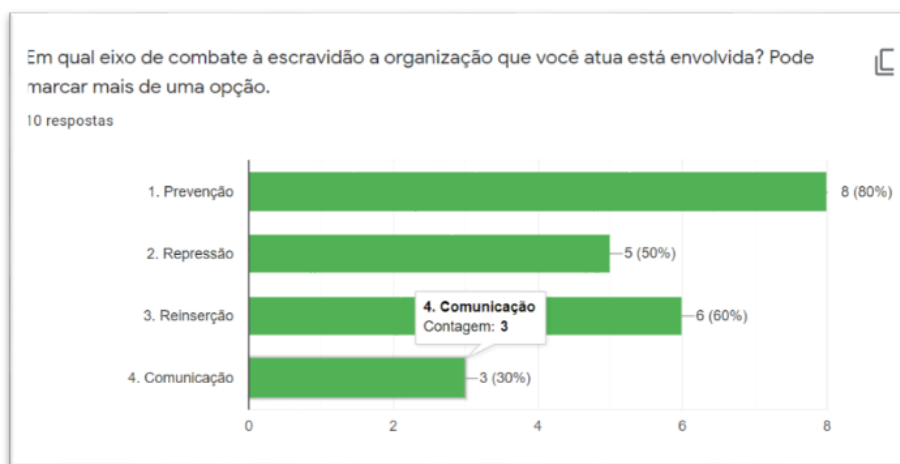
Apesar do número significativo de e-mails enviados, aconteceu o fato de não ter acesso a quantidade esperada de respostas e adotou-se outra estratégia. No dia 19 de maio de 2021, mais de um mês aguardando o *feedback* dos representantes da Comissão, outra mensagem foi encaminhada para o grupo no *whatsapp*, destacando a importância de cada um nesse processo.

Dessa forma, foi necessária mais uma chamada no grupo da COETRAE/MA para informar que o acesso ao formulário estava em fase de finalização. Mesmo após envio da mensagem com a lista de quem respondeu e enfatizando a importância da participação de todos para a pesquisa, das quarenta e quatro (44) instituições, apenas dez (10) representantes responderam. Ainda que o contato inicial com o grupo seja intermediado por quem gerencia a COETRAE/MA, é notável que existe muita dificuldade para comunicar com os demais, o que

confirma a oportunidade de problematizar quais formas de comunicação são capazes de potencializar as redes de combate ao trabalho escravo no Estado.

O Gráfico 4 destaca que a maioria das entidades que respondeu ao formulário atua também no eixo da prevenção, ou seja, das dez (10) respostas, oito (8) pertencem a essa categoria.

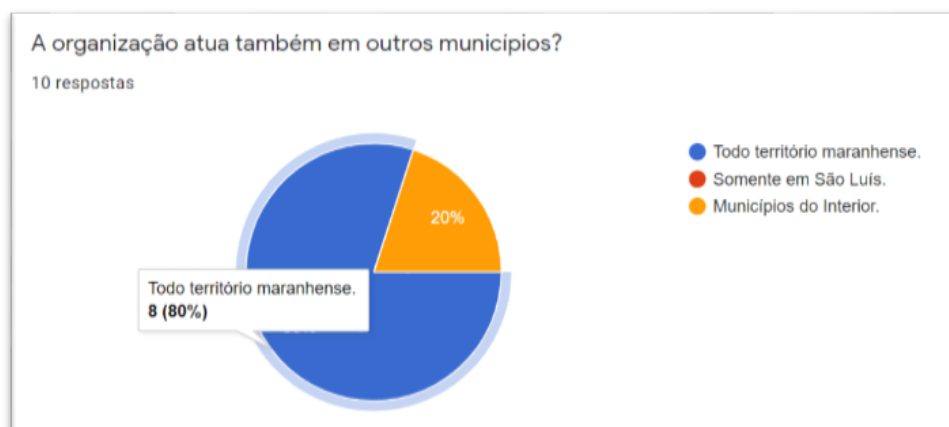
Gráfico 4 – Eixo de atuação das entidades que responderam ao formulário online



Fonte: A autora (2021)

Outro apontamento é a inevitabilidade do membro explicar o eixo de atuação do grupo que representa, ou seja, a organização está diretamente ligada à prevenção, reinserção, repressão ou comunicação, sendo que algumas atuam, simultaneamente, em vários eixos. Diante disso, observa-se no Gráfico 5 a necessidade de organizar tais informações, como um perfil dessas entidades, sobre quem está na rede, ou mesmo, quem pode atuar como parceiro. Neste caso, o problema pode ser amenizado a começar pela produção do mapa que identifique os grupos que compõem a COETRAE/MA, ou seja, mostrar os grupos atuantes, função de cada órgão no combate ao trabalho escravo e área de atuação pode suprir a escassez de informações.

Gráfico 5 – Área de atuação das entidades que responderam ao formulário online



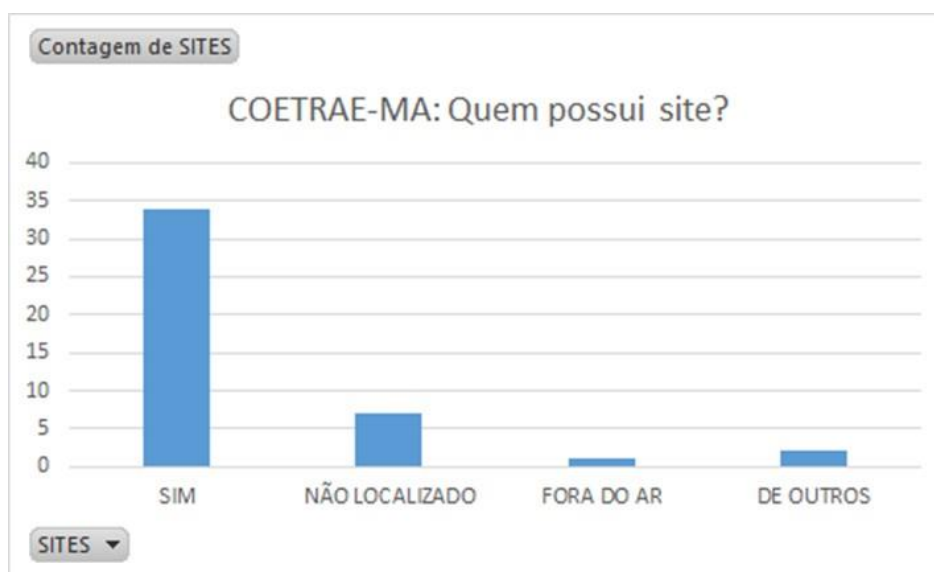
Fonte: A autora (2021)

Verifica-se também que a maioria das entidades atua em todo território maranhense, mas encontra dificuldades para realizar a troca de informações. Com os nomes das 44 entidades em mãos, a pesquisa prosseguiu a partir de outro caminho. Elaborou-se uma planilha para o mapeamento de dados composta por informações sobre: nomes das organizações, siglas, se possui site ou não, links de acesso.

Essas averiguações viabilizaram confirmar que a rede que atua contra a escravidão moderna é formada por entidades governamentais e não governamentais consideradas referências no assunto, estruturadas por participantes do poder público e sociedade civil interessados em dar apoio às causas sociais, neste sentido, as ações de cada grupo atingem diferentes camadas sociais.

No Maranhão, existem várias entidades que possuem sites e redes sociais, entretanto, uma plataforma digital voltada para a comunicação da temática escravidão ainda é novidade para esse tipo de diálogo.

Gráfico 6 – Dados das organizações que utilizam o site para comunicar



Fonte: A autora (2021)

O Gráfico 6 confirma que o acesso às tecnologias livres e gratuitas, como os sites, permite maior liberdade para produção e divulgação de conteúdo. Das 44 entidades que compõem a COETRAE/MA, identificamos que a maioria possui plataforma na internet, totalizando 34 organizações. Sete (7) sites não foram localizados, dois (2) estão hospedados em sites de outros grupos e apenas um está fora do ar.

A falta de dados mais específicos sobre a atuação da COETRAE/MA e os contratempos observados para ter acesso a determinadas informações, além de ser utilizado como conteúdo para problematizar a pesquisa, é também uma realidade que exige a adoção de estratégias mais eficientes.

5.5 As entrevistas coletivas via *Google Meet*

A pandemia acelerou a utilização de novas tecnologias, traduzindo o contexto no qual estamos inseridos como momento crucial para o diálogo sobre como acrescentar novos horizontes em termos epistêmicos e metodológicos aos pesquisadores do campo da Comunicação, que desafiados a cada instante pelas produções de conteúdos gerados não apenas por fontes oficiais, mas também por emissores conectados a dispositivos móveis em toda e qualquer parte.

Para o diálogo com produções acadêmicas mais atuais é preciso entender a viabilidade de realização de entrevista online, a partir do artigo “*Rompendo o isolamento: reflexões sobre a história oral e entrevista à distância*”, produzido por Valéria Magalhães e Ricardo Santhiago

(2020), por meio do qual os autores discorrem sobre as vantagens e desvantagens, desde a abertura do olhar crítico na utilização deste tipo de recurso, conforme suas explanações, assim como diversas áreas migraram para soluções online, induzidas pelo contexto da pandemia, torna-se necessário também a Universidade acompanhar esse processo. “Mudanças tecnológicas reorientam hábitos, costumes e práticas medulares para a comunicação humana; e novas modalidades de comunicação trasfiguram gêneros do discurso, seus conteúdos e os modos de dizê-los”. (MAGALHÃES; SANTIAGO, 2020). Tais pensamentos são considerados os primeiros passos para entender como as novas ferramentas de comunicação influenciam nas entrevistas. Além de pensar as teorias é necessário pensar também a parte prática.

Com base na aplicação do formulário online, alguns nomes e o contato de quem é responsável pela comunicação dos grupos que compõem a COETRAE/MA foram identificados, ou seja, desta etapa participaram aqueles profissionais, jornalistas ou não, responsáveis pela sugestão de pauta, cobertura de eventos, assim como atualização das redes sociais. Com a sistematização das informações adquiridas, as entrevistas online foram agendadas via *whatsapp* em dois momentos, de acordo com a disponibilidade de cada representante. (Ver roteiro de entrevista em Apêndice B).

No estudo mais detalhado sobre como a comunicação acontece na COETRAE/MA, os públicos específicos foram selecionados para o diálogo ocorrido por meio da plataforma *Google Meet* com responsáveis pela comunicação, independentemente da área de formação, a fim de conhecer suas rotinas de trabalho, estrutura, como funciona a comunicação em rede, os fluxos, a natureza das demandas e iniciativas utilizadas para divulgação da temática.

As entrevistas marcadas via *whatsapp* aconteceram nos dias 11 e 25 de agosto de 2021. Apesar do agendamento prévio e confirmação de outros membros, apenas a SEDIHPOP (Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular), o CDVDH/CB (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmén Bascaran) e o TRT/MA (Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão) compareceram. Vale destacar que, para realização da pesquisa foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Ver modelo de TCLE em Apêndice C), apesar disso, como forma de garantir a segurança de todos participantes, seus respectivos nomes não serão identificados.

Com o número de participantes abaixo do esperado, adaptou-se o roteiro pensado anteriormente com perguntas mais gerais para questões mais específicas, relacionadas ao nível de envolvimento entre os representantes, os principais canais de comunicação utilizados bem como os relacionamentos interinstitucionais e com as mídias. Sendo assim, no decorrer das

observações, a pesquisa começa a apontar para alguns aspectos que já tínhamos como hipóteses: as instituições têm dificuldades de se comunicar internamente. Quando o olhar começa a ser voltado para dentro, outra necessidade veio à tona, como organizar ações que marcaram a trajetória da COETRAE/MA, ou seja, a memória da Comissão é algo que deve estar presente na plataforma digital.

Neste sentido, as entrevistas contribuíram para o entendimento de algumas práticas comunicativas entre as instituições governamentais e não-governamentais, bem como a suas principais dificuldades, conforme complementa França (2004):

Então, a análise das mediações nos desloca do terreno de estudo das representações, das imagens, dos produtos em si mesmos, e nos conduz para o terreno da experiência – terreno da história, da cultura, da vida cotidiana, que intervém nos processos de apropriação. Não se trata, nesta abordagem, do trabalho de recortar e analisar imagens, mas de analisar a maneira como lidamos com elas (FRANÇA, 2004, p. 20).

Segundo essa perspectiva, foram realizadas também conversas individuais com alguns membros para sistematizar informações, levando em conta a realidade do grupo estudado. Após a qualificação, a ideia foi apresentada à então secretária de Direitos Humanos e presidente da COETRAE/MA para o diálogo sobre os caminhos da pesquisa e ouvir considerações capazes de contribuir para o desenvolvimento do produto.

No próximo capítulo, os dados descritos apontam para a construção da plataforma digital que congrega informações acerca do trabalho escravo contemporâneo no Maranhão, buscando facilitar a comunicação entre os seus membros.

6 PROPOSTA DE PLATAFORMA DIGITAL PARA A COETRAE/MA

Neste capítulo são expostos os apontamentos dos entrevistados sobre as atuais práticas comunicativas no contexto da COETRAE/MA bem como seus desafios. Como base elementar desta fase da pesquisa considera-se os conceitos de mediações e representações, conforme França (2004):

O conceito de mediações nos conduz a pensar a comunicação sob o prisma da ação dos homens no mundo, a resgatar os contextos sócio-histórico e culturais onde se dão essas ações: a pensar a dinâmica instauradora de sentido no bojo das interações sociais, das ações reciprocamente referenciadas dos sujeitos sociais. Representações, portanto, existem “processadas” por filtros cognitivos dos indivíduos e no contexto de suas experiências e relações; elas existem dentro e enquanto práticas comunicativas (FRANÇA, 2004, p.22).

A começar pelas proposições desses sujeitos, é elaborada proposta do produto, desenvolvido em constante diálogo com membros da Comissão. Com base nos problemas colocados, as possíveis soluções são indicadas a partir da plataforma digital que possibilite o diálogo e a interação entre os participantes da COETRAE/MA, a fim de contribuir para o enfrentamento do trabalho escravo contemporâneo no Maranhão.

6.1 Resultados das entrevistas coletivas

O andamento da pesquisa e a participação nas reuniões da COETRAE/MA determinaram algumas adequações no processo de elaboração do produto. Partiu-se do interesse em organizar um repositório de informações para reunir e facilitar a busca pela temática escravidão contemporânea no Maranhão. Inicialmente, a ideia era apenas agrupar na internet parte das informações acerca da temática. Isso até por ocasiões de outras pesquisas, uma vez que cada informação está em um lugar diferente e a falta de uma plataforma tem como resultado a dificuldade de encontrar o que é produzido sobre o assunto no Maranhão bem como o diálogo de informações entre as instituições que atuam na rede.

Apesar da existência de inúmeras ferramentas tecnológicas desenvolvidas como estratégias para dar visibilidade e fortalecer o combate ao crime, é notável que a forma como esses conteúdos estão disponibilizados na internet requer um tipo de sistematização.

Com a finalidade de discorrer mais detalhadamente os assuntos, a primeira entrevista coletiva via *Google Meet* realizada em 11 de agosto de 2021 (Ver quadro sistematizado com entrevistas realizadas com a SEDIHPOP e CDVDH/CB em Apêndice D), contou com a participação de representantes da Comunicação da SEDIHPOP (Secretaria de Estado de

Direitos Humanos e Participação Popular) e uma agente de cidadania do CDVDH/CB (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán).

Neste encontro, reuniram-se pessoas indicadas no preenchimento do formulário como responsáveis pela comunicação dos grupos que compõem a COETRAE/MA. A partir do contato via *whatsapp*, seis representantes confirmaram presença. Todavia, no dia marcado alguns justificaram ausência e somente duas entidades participaram. Essa perspectiva de desarticulação e ausência excessiva de representantes se torna um dado bastante significativo para o desenvolvimento da ideia, pois comprova o quanto a rede necessita de um espaço para aproximar a comunicação.

Antes do início da entrevista, os participantes foram novamente informados sobre os objetivos da pesquisa e a forma como poderiam colaborar. Esse diálogo possibilitou o entendimento acerca da rotina de trabalho, quanto tempo estão em determinada função, assim como o que fazem.

Vale destacar que, apesar da baixa quantidade de entrevistados nesse encontro, foi possível relacionar experiência de representantes do campo governamental e não-governamental, isto é, olhares distintos que são indispensáveis para pensar a proposta. Por isso, é necessário entender a comunicação não como um momento recortado, ou mesmo, uma realidade fixa. Segundo França (2004), a comunicação pode ser compreendida como um processo marcado por fases, dinâmicas e movimentos.

De um lado, temos o domínio das imagens, desafiantes, móveis. De outro, as mediações – os sujeitos inseridos no mundo; os receptores, tomados não como instâncias isoladas, bombardeadas pelos estímulos das imagens midiáticas, mas como sujeitos sociais, inseridos em situações específicas que orientam a maneira como se colocam no mundo e a maneira como lidam (construindo, interpretando, atualizando) com as imagens e representações (FRANÇA, 2004, p.22).

No entanto, o campo de estudos da comunicação interessa, sobretudo, investigar a confluência das representações e mediações indicando a especificidade voltada para o olhar comunicativo exatamente na intercessão dessas duas forças “a impressão que se tem é que existem várias assessorias, de diferentes órgãos, trabalhando em cima da mesma temática e elas “não se comunicam”. Esse depoimento de uma entrevistada reafirma a importância dos assessores estarem em contato, atuarem na rede de forma mais orgânica, e não somente em demandas pontuais, como a execução de campanhas, por exemplo.

Para as entrevistadas, atualmente, muitas ações desenvolvidas pela COETRAE/MA são pensadas de forma isolada e não têm diálogo durante o seu desenvolvimento; o que coloca em pauta a viabilidade de criar um espaço que congregue as práticas comunicativas da Comissão.

Outro ponto destacado foi que a ausência de unificação dos grupos também compromete principalmente questões relacionadas à identidade, uma vez que falta diálogo entre as instituições. Foi informado, por exemplo, que a COETRAE/MA assina todas as peças de divulgação, mas não consegue estabelecer uma identidade mais coletiva. Neste sentido, elas afirmam que uma proposta de ações mais unificadas a partir da existência de uma plataforma digital poderia ajudar os profissionais dessas instituições a conversarem melhor e até mesmo a auxiliarem no desenvolvimento dos diferentes públicos que procuram informações sobre a temática.

A escassez de recursos na área da Comunicação também foi colocada em pauta. Enquanto algumas entidades não conseguem contratar a quantidade suficiente de profissionais, outras não têm sequer assessoria de comunicação, como é o caso do CDVDH/CB, no qual a pessoa responsável pela comunicação não é profissional da área e também está à frente de outras demandas, com acúmulo de funções e de trabalho.

Segunda a entrevistada, essa luta não é de uma única entidade, mas de todas. Logo, a criação da plataforma digital sobre a temática possibilitaria o alinhamento do discurso de organizações governamentais e não governamentais.

Com relação aos fluxos, as entrevistadas declararam que a comunicação na COETRAE/MA precisa ser pensada detalhadamente, pois os responsáveis por esse setor não têm acesso sequer à agenda de reuniões da Comissão, até mesmo pela baixa quantidade de profissionais na equipe.

É explicado que quando se tem algum tipo de encaminhamento de comunicação, a assessoria da SEDIHPOP recebe a demanda para o desenvolvimento da peça de uma ação específica. A produção acontece dentro da assessoria, sem diálogo com as outras entidades. Dessa forma, até a aprovação dos produtos, não aparecem as contribuições de outros órgãos que participam da rede. A tarefa é produzir, colocar as assinaturas e encaminhar o que foi demandado. Também foi informado que, geralmente, as demandas estão relacionadas com produções gráficas. O curioso é que, mesmo se tratando de uma Comissão Estadual, raramente a COETRAE/MA recebe tarefas de assessoria de imprensa, mas acontece da mídia entrar em contato para tirar dúvidas, solicitar informações sobre trabalho escravo. No entanto, quem mais

responde tais notas é a SEDIHPOP; o que leva à confusão de que a COETRAE/MA e SEDIHPOP são a mesma entidade.

As entrevistadas ainda informaram que o relacionamento da rede de combate ao trabalho escravo com a mídia é bastante pontual e acontece de acordo com a agenda pública. Depende muito de algo factual para a mídia entrar em contato com a assessoria, mesmo que existam plataformas com informações riquíssimas como das entidades não-governamentais OIT e Repórter Brasil e que estas sejam indicadas a quem precisa saber mais sobre o assunto.

Na maioria das vezes, os repórteres solicitam as mesmas informações sobre qual é o perfil do trabalhador escravo? Qual é o estado de origem? Os municípios maranhenses com maior incidência de casos? Logo, os profissionais dos veículos não têm um direcionamento para acessar um banco de dados, mesmo porque alguns representantes não conhecem esses tipos de serviços e, quando conhecem, a maneira como os dados são apresentados não é de fácil entendimento (Trecho de entrevista com representante da Comunicação da SEDHPOP, 11 de agosto de 2021).

Neste sentido, a criação da plataforma digital procura reunir também as tecnologias desenvolvidas para o combate à escravidão que apresentam dados numéricos assim como informações sobre o perfil das entidades que são referências no assunto, para quando surgirem questionamentos, haver um direcionamento a quem for interessante para repasse de determinadas informações.

Outro ponto levantado nas entrevistadas é que a temática do trabalho escravo ainda está muito relacionada a eventos realizados em datas comemorativas. Quem está envolvido com o tema lida com a falta de oportunidade de pautar o assunto quando não está em evidência. Esse tipo de divulgação depende de fatos relacionados aos resgates de trabalhadores submetidos ao trabalho análogo à de escravo ou mesmo em datas alusivas. É neste sentido que destaca-se a importância de investir na internet, sendo que a maioria dos grupos que compõem a COETRAE/MA está nas redes sociais online.

Embora as organizações governamentais, geralmente, tenham assessoria de comunicação não tão bem estruturadas, em geral, apresentam uma equipe de profissionais formados na área empenhados em realizar tais funções. No caso do movimento social, esta realidade é mais problemática. É o que acontece atualmente com CDVDH/CB, apesar do importante legado na trajetória de luta contra a escravidão, de ser considerado referência para repórteres até mesmo de outros estados, inclusive, de fora do Brasil, principalmente quando há identificação de trabalhadores maranhenses dentre os resgatados.

Atualmente, o formato da comunicação realizada pelo CDVDH/CB enfrenta diversos desafios, principalmente, quando existe a necessidade de ações que tentam englobar as instituições tanto governamentais como não governamentais.

Isso acontece não só em épocas de projetos, mas com todas as outras atividades que precisam desse *feedback*, as instituições não trazem retorno por não haver comunicação, o que torna difícil a possibilidade de interagir com os demais grupos (Trecho de entrevista com agente de cidadania do CDVDH/CB, em 11 de agosto de 2021).

Segundo a agente de cidadania, existem a Comissão Nacional e Comissões Estaduais, no entanto, muitas vezes trabalham separadamente, cada uma fazendo o seu papel, todo mundo dentro das suas “caixinhas”. Logo, o primeiro passo para mudar essa realidade é pensar como aproximar, conhecer e assim apresentar a comunicação mais organizada no combate à escravidão contemporânea. É fato que não há esse relacionamento, essa conversa entre as assessorias de comunicação que fazem parte das instituições. Muitas vezes determinada entidade realiza o mesmo trabalho que outras, até o folder possui o mesmo conteúdo, no entanto, a divisão de tarefas poderia fortalecer o trabalho de quem precisa atuar em rede.

A partir desse contexto, o produto é direcionado a um modelo capaz de fazer com que as informações dos grupos que compõem a COETRAE/MA estejam reunidas em uma única plataforma, ou seja, apresentar dados sobre as redes sociais online, onde está localizado, a identificação desses grupos através do compartilhamento de ações a fim de diversificar as formas de combate que podem ser executadas por cada instituição envolvendo a visibilidade de ações; o que está sendo desenvolvido pelo governo, pela academia e por agentes dos movimentos sociais.

O intuito de dialogar com os participantes que não puderam estar na primeira reunião, as entrevistas foram marcadas para o dia 25 de agosto de 2021 (Ver quadro sistematizado com entrevistas realizadas com a SEDIHPOP, CDVDH/CB e TRT/MA em Apêndice E). Na ocasião, os entrevistados foram representantes administrativos da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e da Assessoria de Comunicação do Tribunal Regional do Trabalho, além de responsável pelo projeto Formação Cidadã e pelo setor de comunicação do CDVDH/CB (Centro de Defesa da Vida dos Direitos Humanos Carmen Bascarán).

A proposta do diálogo foi identificar quais são as principais necessidades a partir do entendimento de cada um sobre como os grupos que representam estão inseridos nas práticas comunicativas no contexto da COETRAE/MA.

De acordo com o representante da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), a pauta sobre o assunto se concentra na SEDIHPOP e a coordenação é responsável pela articulação de todos os atores que compõem tanto a Comissão como também a rede de combate ao trabalho escravo. Neste sentido, as convocatórias, articulações, reuniões estão ligadas diretamente à SEDIHPOP, que também trabalha como Secretaria Executiva da COETRAE/MA. Desde as minutas de ofício que são enviadas para os componentes convocando para as reuniões até as mobilizações para atendimento de resgatados são afazeres da Secretaria.

Mesmo que as entidades sejam responsáveis por suas próprias divulgações, devido ao seu papel de articulação, as iniciativas da COETRAE/MA ficam centralizadas nessa coordenação, principalmente as questões relacionadas aos diálogos entre os atores e as instituições.

A maneira como o TRT/MA participa dessas ações foi detalhada pela entrevistada representante deste órgão. Ela informa que desde 2002, a Justiça do Trabalho tem papel significativo na formação da COETRAE/MA. Responsável pela realização do 1º Seminário de Combate às Práticas Análogas à de Escravo, desse evento surgiu o documento que hoje está sob a guarda do Centro de Memória e Cultura da Justiça do Trabalho, assinado por diversas entidades que pressionavam o poder público para criar o grupo de combate ao trabalho escravo, atual COETRAE/MA. Além disso, o TRT/MA criou a Vara Itinerante, que se traduz no deslocamento de um juiz do trabalho para municípios onde não existe o órgão instalado. Devido às iniciativas que envolvem campanhas, seminários, termo de cooperação técnica para agilizar o julgamento das causas, foi indicado para concorrer ao Prêmio Magno Cruz de Direitos Humanos, em 2020. Na oportunidade, apresentou sua trajetória de luta no combate ao trabalho escravo. Nesta edição, conquistou o terceiro lugar como órgão do Poder Judiciário.

Como representante de organização não-governamental, a agente social que, além de ser responsável pelo setor de comunicação, atualmente responde pelo setor de Formação Cidadã, que trata basicamente de temas relacionados aos direitos humanos com crianças, adolescentes e comunidade em geral, sobretudo, as mulheres no CDVDH/CB. Ela explicou que o acúmulo de funções está relacionado, principalmente, com a falta de recursos para estruturar uma equipe de comunicação dentro da entidade.

A cada dia fica mais difícil essa questão de financiamento, de busca de financiamento, infelizmente. De maneira necessária, eu acabei acumulando mais essa função. Realmente, eu não tenho nenhuma formação voltada para comunicadora, estou hoje nessa função fazendo da forma que eu entendo que seria melhor para a entidade e como consigo fazer. Nada muito profissional,

digamos assim (Trecho de entrevista com agente de comunicação e formação cidadã do CDVDH/CB, em 25 de agosto de 2021).

Atualmente, para o Centro de Defesa, a COETRAE/MA é um espaço de cobrança de políticas públicas, pois a Comissão é composta por vários segmentos da sociedade civil e do poder público voltados para o diálogo sobre o trabalho escravo e por isso um espaço importante para potencializar vozes, fazer cobranças e garantir a execução dessas políticas.

Na visão da entrevistada, no que diz respeito à comunicação, o diálogo entre as instituições precisa avançar bastante, para que seja possível verificar as ações que cada entidade, o que cada setor do poder público está desenvolvendo e, principalmente, não só falar para as organizações, mas que essas conversas também alcancem seus respectivos públicos, sendo que existe a necessidade dessas comunidades aprenderem a falar por si, a cobrar e ter suas vozes respeitadas nos mais diversos espaços, ou seja, atentar para a necessidade de ouvir os próprios trabalhadores que, de fato, vivenciam todas as violações de direitos.

A partir da compreensão do contexto de iniciativas de cada entrevistado, decidiu-se dividir a conversa em duas dimensões: ouvir sobre a comunicação interinstitucional e sobre como sentem que acontece a divulgação da problemática do trabalho escravo contemporâneo, como as instituições comunicam entre si, com o público externo, enfim, como consideram os níveis de envolvimento dos representantes das assessorias de comunicação destes órgãos, além de explicar como é divulgar esse tema. Partiu-se da pergunta: geralmente, são as instituições que pautam a mídia ou a mídia é que demanda as produções sobre o tema trabalho escravo contemporâneo?

De acordo com as informações dos entrevistados, a equipe da SEDIHPOP concentra o trabalho de produção executiva e articulação política, sendo responsável por todo planejamento e estruturação dos projetos encaminhados à assessoria de comunicação da SEDIHPOP. Nesse caso, a assessoria de comunicação da SEDIHPOP fica com a atribuição de pensar as programações com base naquilo que é delineado, logo, existem alguns pontos que estão precisando de uma figura propriamente da COETRAE/MA e, para que isso aconteça é necessário também levar em consideração tanto questões orçamentárias como de logística.

Já o CDVDH tem uma agenda de comunicação bastante diversa. Embora tenha como bandeira principal o combate ao trabalho escravo, atende outras violações de direitos humanos. Segundo a agente de cidadania, ao realizar suas ações, mesmo que o Centro de Defesa seja uma entidade que participa da COETRAE/MA, isso não aparece nas divulgações. Por mais que ela não consiga dizer quando foi a última vez que noticiou nas redes sociais do Centro uma ação

conjunta da Comissão, considera imprescindível fazer com que esses grupos sejam mais dinâmicos e que a comunicação se torne mais fluida entre as entidades.

6.2 Das vivências da COETRAE/MA às necessidades do produto

A partir dos apontamentos dos entrevistados, identifica-se a importância de um lugar que reúna informações sobre o trabalho escravo no Maranhão no âmbito digital. Por mais que o acesso à internet ainda seja considerado obstáculo, a popularização desses meios é indispensável, uma vez que as redes sociais digitais têm potencial forte e abrangente.

Ao explicar o modo como o CDVDH se comunica com alguns trabalhadores, a entrevistada, representante da entidade, enfatiza que o primeiro caminho a ser buscado é realizar uma comunicação através dos meios mais populares, utilizando as redes sociais digitais, como o Whatsapp, o Facebook, o Instagram e até mesmo um site, por exemplo.

É por meio dessas ferramentas que conseguimos criar grupos e compartilhar informações com parte de nossos públicos mais diretos. Por mais que a dificuldade de acesso à internet ainda seja uma realidade presente na maioria das comunidades beneficiadas pelas ações do Centro, uma hora ou outra o trabalhador tenta encontrar informações através desses meios. Então, ao mesmo tempo que parece algo distante da realidade deles, é também uma estratégia importante para fazer a comunicação sobre o assunto avançar (Trecho de entrevista com agente de comunicação e formação cidadã do CDVDH/CB, em 25 de agosto de 2021).

Com relação às ideias que podem ultrapassar os desafios na comunicação entre os assessores, a representante do TRT/MA destaca a necessidade desses profissionais atuarem de forma conjunta, principalmente quando é imprescindível pensar a comunicação de forma estratégica.

Se a comunicação não participa do processo decisório é impossível a comunicação avançar. Então é interessante a criação de um grupo no whatsapp de assessores para superar esse diálogo que ocorre de maneira individualizada. Um exemplo: a SEDIHPOP realiza uma atividade pontual. As outras entidades poderiam entrar como apoio ou suporte. Mas em algumas atividades poderiam ser conjuntas. O que acontece, normalmente, é que o CDVDH envia um release para as mídias, o TRT envia outro, a SEDIHPOP outro, e muitas vezes todos estão tratando da mesma temática. A informação de que todos estão juntos atuando em rede, que todo mundo está pensando junto enquanto Comissão Estadual não aparece na matéria. É uma coisa totalmente isolada (Trecho de entrevista com representante do TRT/MA, em 25 de agosto de 2021).

Segundo a entrevistada, deveria funcionar um tipo de Comitê de Comunicadores, para que as atividades tenham caráter coletivo, a partir de um site referência, como se fosse uma espécie de Escritório Virtual. Atualmente, mesmo com tantas ferramentas tecnológicas disponíveis, é impossível encontrar tais informações de forma organizada na internet, principalmente no que diz respeito ao objeto aqui estudado. Para atuar contra a escravidão, é necessário saber onde buscar informações, como realizar denúncias, conhecer histórias de vida tanto de trabalhadoras e trabalhadores resgatados como de quem dedica seu tempo para garantia dos direitos fundamentais do ser humano, inclusive, um espaço para coleta de depoimentos.

Quando a imprensa me procura a primeira coisa que perguntam é: tu tens uma pessoa para dar um depoimento pra mim? Sem ser a voz oficial, o promotor, o procurador, o juiz. Tem uma voz? Não tem (Trecho de entrevista com assessora de comunicação representante do TRT/MA, em 25 de agosto de 2021).

Segundo a entrevistada, para o enriquecimento de informações compartilhadas sobre o assunto, é necessário a contribuição de quem está à frente, inclusive, das fiscalizações. A tarefa crucial de coleta de dados no momento do resgate, a oportunidade de gravar a voz de quem sofreu diversos tipos de violações, seja o depoimento de uma trabalhadora ou de um trabalhador. O material produzido de forma ética pode ser veiculado em inúmeras mídias, como nos sites, rádios, canais de televisão, ou em jornais, até mesmo ser utilizado para o desenvolvimento de pesquisas. No entanto, para sensibilizar sobre o assunto, é necessário ter, além das vozes oficiais, a participação de quem foi explorado, de gente real, gente de carne e osso.

Outro desafio a ser superado, indicado nas falas dos entrevistados, é a dificuldade para encontrar informações atualizadas sobre o número de resgatados no território maranhense. Ao receber a sugestão de pauta sobre o assunto, a representante do TRT/MA explica que o recorte sugerido buscava notícias sobre o número de trabalhadores que depois de resgatados foram inseridos no mercado de trabalho. Segundo ela, após um longo período de pesquisa descobriu o site do antigo Ministério do Trabalho e Emprego, que atualiza os números constantemente.

A plataforma digital é uma demanda que passou a ser discutida em reuniões da COETRAE/MA para justamente sanar esse quesito de informações dispersas, porque existe toda essa discussão sobre a imagem da Comissão na visibilidade de conteúdo. Além disso, a comunicação visual também foi apontada como muito importante para fortalecer o pertencimento das entidades que participam da luta contra o trabalho escravo. Neste sentido, a

criação de um selo para identificar quem participa da COETRAE/MA também foi uma das propostas apresentadas pela representante do TRT/MA.

Para que isso ocorra de maneira dinâmica, é necessário que a plataforma seja um local onde as ações da COETRAE/MA estejam organizadas, ações sobre a temática realizadas por todos os órgãos que compõem o colegiado podem ser compartilhadas, como uma central de informações para o público em geral, além de possibilitar aos membros da Comissão, o acesso restrito a diversos documentos, como atas de reunião.

A SEDIHPOP possui telefones institucionais, ouvidoria e pode receber denúncias, assim como os sistemas e os órgãos de Justiça, por exemplo, têm números de denúncia mas, atualmente, estão organizados de maneira dispersa. Seria um ponto importante para sanar diversos tipos de problemas no caráter informativo e também no atendimento aos denunciantes. Segundo o representante da SEDIHPOP, as iniciativas voltadas para a criação de uma plataforma ajudariam até mesmo na comunicação entre os municípios fundamentadas no trabalho em rede.

É imprescindível aproximação desses municípios para que eles também possam ser pontos focais de informação, até mesmo porque o Estado não tem braços suficiente para poder chegar aos 217 municípios maranhenses, logo é necessário a atuação em rede a partir dos comitês, da participação das prefeituras para que a rede de informações possa ser constantemente atualizada, muito bem distribuída e também de fácil acesso para todo mundo (Trecho de entrevista com representante da SEDIHPOP, em 25 de agosto de 2021).

Com relação aos resgates, ele explicou que, anteriormente, a SEDIHPOP ficava sabendo dessas informações por meio de notícias publicadas em jornais, sites e blogs dias após o ocorrido. Hoje, essa problemática segue aos poucos determinada logística de articulação nacional entre as COETRAEs.

Entramos em contato com a responsável pela COETRAE de determinado estado. Em seguida, acontece a busca do Procurador ou do Auditor do Trabalho que esteve à frente. Conseguimos localizar o responsável, dialogar sobre a ação, ter acesso às informações dos trabalhadores a partir das vias do seguro-desemprego. Os dados são reunidos para que aconteça a busca ativa dos trabalhadores a partir da Assistência Social a fim de garantir o acesso às políticas públicas (Trecho de entrevista com representante da SEDIHPOP, em 25 de agosto de 2021).

Outro ponto positivo com relação aos resgates é o aviso antecipado sobre as fiscalizações, sendo que os grupos de trabalhos e socialização do Ministério Público do

Trabalho (MPT), a Superintendência Regional do Trabalho, tem começado a informar com antecedência sobre as libertações, o que viabiliza o preparo do suporte de acolhimento para receber os trabalhadores e trabalhadoras.

Está começando a ser uma prática e, isso tem sido muito positivo na parte do pós resgate porque há uma articulação em determinado município para que tenha todo o suporte caso seja confirmada a presença de pessoas escravizadas porque muitas vezes não sabemos a quantidade de trabalhadores, não sabemos se esses trabalhadores são do Maranhão ou são de outro Estado. Então precisa ter toda uma logística pronta para esse acolhimento (Trecho de entrevista com representante da SEDHIPOP, em 25 de agosto de 2021).

A forma como a COETRAE/MA está organizada na atualidade segue um modelo em que muitas proposições devem ser iniciativas da SEDIHPOP; o que contribui para o cenário naturalizado desse tipo de entendimento: o dever de concentrar tais iniciativas que abrangem desde as denúncias até mesmo as realizações de eventos. Para o desenvolvimento desse produto, tem-se as organizações que compõem a COETRAE/MA como recorte a ser analisado nas investigações sobre comunicação interpessoal ou interinstitucional com fundamento nas práticas comunicativas discutidas por França (2004). A comunicação é vista aqui como um processo em que representações são produzidas, trocadas, atualizadas no ambiente das relações.

Este caminho conduz a permanentes indagações sobre situações concretas. Ele não nos permite chegar a afirmações definitivas sobre o que é a comunicação em geral, como operam as imagens midiáticas (identificando uma lógica intrínseca dos produtos), ou à tradução das representações sociais (o quê significa o quê). Trata-se antes (ou apenas) de um caminho de observação permanente – pois a comunicação seria exatamente esse lugar de *observação do mundo em movimento* (FRANÇA, 2004, p.23).

A começar pelo processo em que sujeitos interlocutores produzem, se apropriam e atualizam permanentemente sentidos, pretende-se, nesta pesquisa, olhar para essas comunicações fomentadas pelas organizações, que estariam na base da troca de saberes sobre escravidão contemporânea no Maranhão.

Após levantamento sobre o uso de tecnologias utilizadas para aproximar o público de interesse, a aplicação de questionários e entrevistas on-line ajudaram a pensar as principais necessidades apontadas por quem está responsável pela comunicação dos grupos que compõem a COETRAE/MA.

Na avaliação do produto, um grupo formado por coordenador, superintendente, assessores de comunicação e representantes dos movimentos sociais levantaram as seguintes

necessidades: superar a dificuldade de comunicar dentro da própria rede; pensar a identidade coletiva da COETRAE/MA; alinhar os discursos, unificar as ações realizadas pelos grupos; divulgar os *sites* que compõem a rede; trabalhar todas as etapas das campanhas de forma coletiva; ver a possibilidade da criação de um núcleo de comunicação; direcionar informações para um banco de dados; envolver os grupos em ações mais coletivas; agendar iniciativas; reunir o *clipping* do que é divulgado na mídia; direcionar usuários para grupos no *whatsapp*, a fim de realizar denúncias ou busca de fontes; disponibilizar o contato de fontes para falar sobre assuntos específicos; ter acesso às informações para propor pautas frias a fim de serem direcionadas a diferentes mídias; divulgar pesquisas realizadas sobre o assunto; gerar relatórios e estatísticas com dados de diferentes instituições; aproximar os municípios maranhenses para que possam ser pontos focais de combate à escravidão moderna. Diante de tantas observações compartilhadas ao longo das entrevistas, torna-se necessário enfatizar que, no primeiro momento não há pretensão de atender todas as ideias apontadas até aqui, mas considerar algumas peculiaridades que devem ser colocadas em questão para pensar como o produto vai atender às necessidades iniciais dos grupos, conforme o pensamento de França (2004):

[...] a riqueza da comunicação, do viés comunicativo ou abordagem comunicacional, é que ela constitui exatamente esse lugar de observação do mundo em movimento; dos quadros de sentido; do universo das imagens em suas junções e disjunções, consonâncias e dissonâncias estabelecidas por sujeitos ativos e atuantes que, em conjunto, e no atrito de suas afinidades e diferenças, constroem seu mundo partilhado (FRANÇA, 2004, p. 24).

Deste modo, as reflexões sobre a fase prática da pesquisa procura apresentar um produto que reúna informações sobre a COETRAE/MA, quem atua contra a escravidão no Estado, qual eixo de atuação dos respectivos grupos, indicação de fontes e contatos para denúncias, onde as organizações estão localizadas e agenda de atividades.

Descreve-se no próximo item a plataforma digital que propõe informações sobre trabalho escravo no estado e crie possibilidades de interação entre os seus membros apresentada à COETRAE/MA, principais pontos abordados durante reunião e definições acerca da ferramenta.

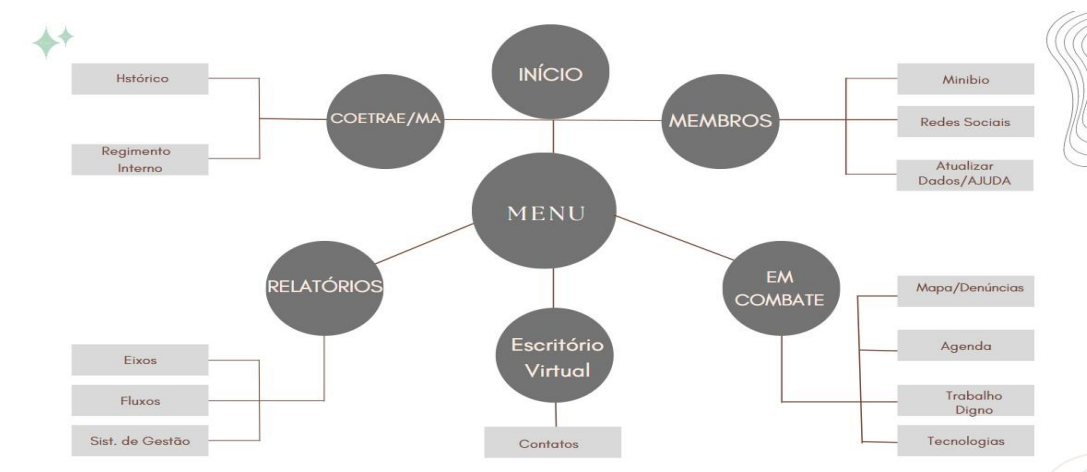
6.3 Proposta do produto apresentado à COETRAE/MA e adequações iniciais

A COETRAE/MA assim como outros órgãos da Secretaria tem uma rede interna de compartilhamento, ou seja, cada setor possui o próprio acesso. Divididas em quarenta pastas

(40) com informações sobre os casos, relatórios de planejamento e até mesmo eventos realizados no período de 2015 a 2022. Diariamente, as pastas são acessadas para armazenamentos e buscas, é possível também ter o controle interno da saída de documentos oficiais por planilha. Organizadas com ofícios enviados, recebidos, CI (Comunicação Interna, um tipo de documento que circula entre os setores da Secretaria apenas), relatórios anuais da Coordenação, relatório de viagem, documentos do Programa, monitoramento e dados sobre o Integra. Nos arquivos sobre trabalho escravo tem uma pasta específica da COETRAE/MA, com os decretos, programa, atas, lista de representantes, ofícios dos órgãos, fluxograma, planos estaduais, todos os arquivos referentes à Comissão no período de 2015 a 2022. Dentre os documentos estão as atas mais antigas, devido aos registros de conteúdos mais sigilosos como os resgates de trabalhadores, foi recomendado o acesso às informações a partir de 2018, que atendem ao padrão de documento utilizado atualmente. Sobre a estrutura da plataforma, foi sugerido excluir a editoria Sistema de Gestão porque o controle de atividades está sendo atualizado na plataforma Monitora, que engloba também o acompanhamento dos Programas Estaduais e acrescentar como link o relatório disponibilizado a partir dessa atualização.

A proposta de plataforma apresentada à Comissão no dia 16 de agosto de 2022 sugere reunir parte dessas informações e torná-las públicas de forma organizada, por meio do acesso facilitado às informações sobre a trajetória, membros, regimento interno, eixos de atuação, fluxos, mapa de localização, agenda, trabalho digno, tecnologias contra a escravidão e os contatos institucionais, como pode ser observado na Figura 27 o mapa do site exposto durante o encontro realizado com intuito de legitimar a proposta do produto, dialogar sobre os caminhos percorridos para realização da pesquisa, principais apontamentos destacados pelos entrevistados e banca de avaliação, além de ouvir opiniões sobre o assunto assim como as possibilidades de parcerias.

Figura 27 - Mapa do site apresentado à COETRAE/MA



Fonte: A autora (2022)

A estrutura da plataforma está organizada dessa forma para driblar uma das dificuldades apontadas ao longo da pesquisa: acessar informações sobre a COETRAE/MA e seus respectivos membros, por isso, o grande desafio de pensar como colocar a ideia em prática e conseguir adequá-la junto à sua composição, formada por membros, suplentes, participantes convidados, presidência, vice-presidência, coordenação executiva, comissões e GT's.

Como observado na qualificação desta pesquisa, é preciso refletir sobre a importância do envolvimento de outras redes sociais no enfrentamento ao trabalho escravo, visto que a agenda desse tipo de assunto não é prioritária em muitos grupos que compõem a Comissão; um dos principais problemas. Diferentemente do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos - Carmen Bascarán (CDVDH), por exemplo, existem outras instituições que a temática do trabalho escravo é secundária.

As finalidades da COETRAE/MA estão diretamente relacionadas às ações como colaborar, acompanhar, propor, adaptar, avaliar, realizar, incentivar, pautar, executar, monitorar, delegar, estudar, pesquisar, representar, acompanhar, autorizar e preparar. Diante de tantas responsabilidades que precisam ser organizadas para tornar cada vez mais efetivo o combate ao trabalho escravo, torna-se imprescindível pensar o modelo de plataforma que seja encarado como contribuição e não um trabalho a mais.

De maneira geral, foram apontados alguns caminhos, como demandar o desenvolvimento pela Secretaria Adjunta de Tecnologia da Informação (SEATI)³⁸, responsável

³⁸ A SEGOV é responsável por planejar, executar, controlar, normalizar e avaliar as atividades relacionadas à Tecnologia de Informação, à integração das bases de dados existentes no Estado e o gerenciamento da Rede Unificada de Comunicação Digital, assegurando o compartilhamento e o sincronismo das informações no âmbito da administração pública estadual.

por atividades relacionadas à Tecnologia de Informação. Segundo a coordenação da COETRAE/MA, o relacionamento com a SEATI em relação às novas demandas é sempre trabalhoso, até mesmo para fazer alterações dos sites existentes, como mudanças no layout, existe um trâmite e a comunicação nunca é de não executar a tarefa, no entanto, requer algum tempo para que seja realizada porque atendem todos os órgãos do governo, o que demonstra a quantidade de demandas solicitadas.

Por se tratar de uma pauta bastante antiga, a COETRAE/MA assumiria esse gerenciamento depois de finalizado porque é uma vontade da Comissão. Como a proposta do Mestrado Profissional é apresentar um produto, ter o modelo facilita a negociação de pensar as possibilidades de se apropriar de uma linguagem que atenda às necessidades do grupo.

Tais necessidades estão relacionadas também com ações previstas no Regimento Interno da COETRAE/MA desde 2012, como o direito de obter informações sobre as atividades da Comissão, tendo acesso às atas e documentos a elas referentes. O curioso é que desde essa época, há exatamente dez anos, o regimento destaca a importância de garantir o direito dos membros de obterem informações sobre as atividades, acesso às atas e demais documentos por meio do site da Comissão. No entanto, a inexistência desse tipo de serviço é o ponto de partida para desenvolver algo para o grupo, o que torna um ponto positivo e ao mesmo tempo desafiante para aplicação da plataforma digital.

7 O PRODUTO, AS FORMAS DE ACESSO E EDITORIAS

O produto é uma plataforma digital que além de reunir informações sobre o trabalho escravo no Maranhão, baseadas na trajetória da COETRAE/MA, também auxilia a comunicação dos membros que participam da Comissão.

Com base nessas vivências, a página inicial é dividida em menus principais como A COETRAE/MA; Em Combate; Escritório Virtual; Projetos; Contatos e *Login*. Com essa divisão, a plataforma, disponível no endereço³⁹ (https://coetraema.github.io/coetrae_ma/index.html), apresenta esclarecimentos para o público em geral sobre o que é a COETRAE/MA, membros, eixos de atuação, presidentes, regimento interno, mapa de localização, documentos de criação, o que dizem as leis, planos estaduais, tecnologias contra a escravidão, registros fotográficos de projetos, contatos da Comissão. Os GT's, atas de reuniões são áreas restritas aos membros, que acessam por meio do login. Esse menu também possibilita a atualização da Agenda e BiblioTEC.MA, informações disponibilizadas para o público em geral, conforme Figura 28.

Figura 28 - Página inicial da plataforma digital COETRAE/MA

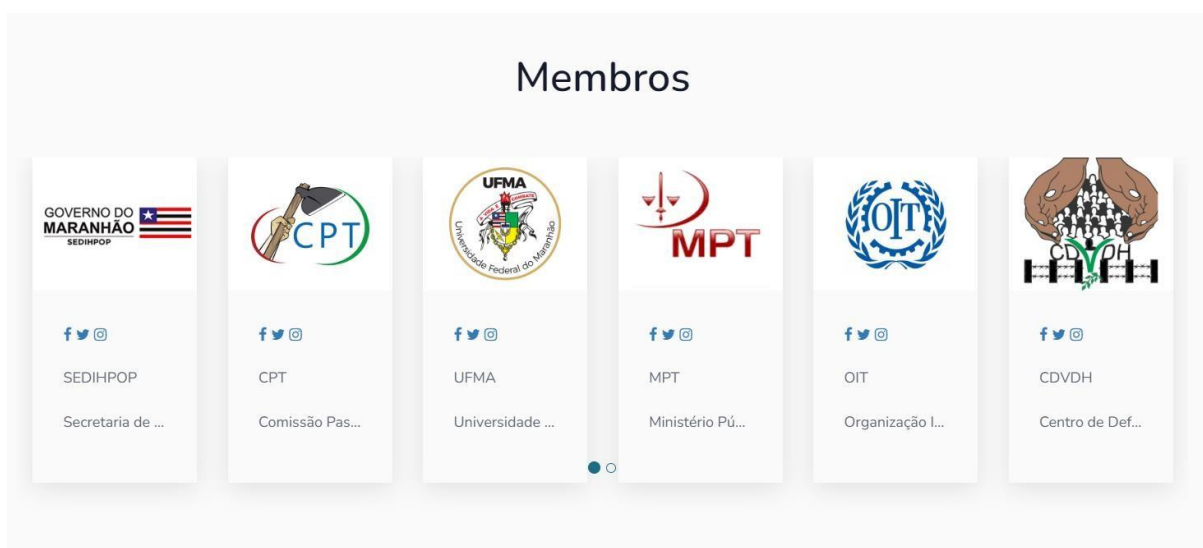


Fonte: A autora (2022)

³⁹ Disponível em: https://coetraema.github.io/coetrae_ma/index.html. Acesso em 26/02/23.

Destaca-se também os documentos importantes como versões do Regimento Interno de 2007 e 2012, sobre a criação da COETRAE/MA além das minibiografias com nome, sigla, logo, facebook, twitter e instagram dos membros, conforme Figura 29.

Figura 29 – Redes sociais dos membros da COETRAE/MA



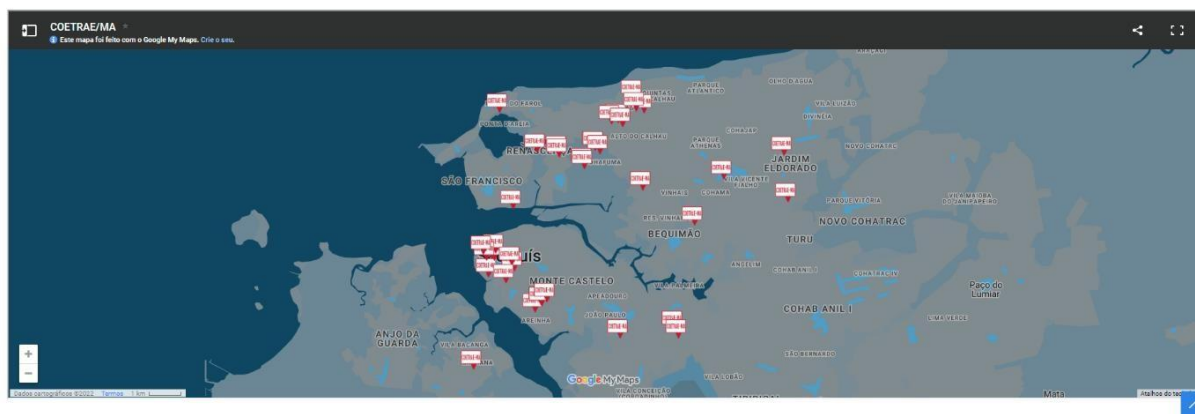
Fonte: A autora (2022)

A página inicial tem o Mapa de Localização⁴⁰ sobre o perfil do grupo e onde estão localizados em São Luís-MA, com os endereços, telefones, sites e fotos, apresentado na Figura 30.

Figura 30 – Mapa de Localização

⁴⁰ Disponível em: https://www.google.com.br/maps/@-2.5008765,-44.2908089,6264m/data=!3m1!1e3!4m2!6m1!1s1LWky5zVcsdXm4Ih4YBDi9_Jn7T0?hl=pt-BR&authuser=0. Acesso em: 26.03.2022.

Mapa de Localização



Fonte: A autora

Essa visualidade foi criada devido à dificuldade de saber quem participa da rede pois além de aproximar pode ajudar a definir pontos estratégicos de atuação.

O menu *Em Combate* reúne as leis maranhenses contra o trabalho escravo, o I e II Planos Estaduais e as tecnologias que auxiliam no combate à escravidão, com links que direcionam para o Smartlab, site da ONG Repórter Brasil, Sistema Ipê e o Monitora 8.7.

Como colocado anteriormente, o acesso ao *Escritório Virtual* é restrito aos membros por meio do qual podem compartilhar a Agenda com o preenchimento online do formulário de ações, em que os participantes compartilham as datas dos eventos, campanhas colaborativas, cursos e oficinas produzidas para dar visibilidade ao assunto, a partir do preenchimento de dados como nome do evento, data, horário e local.

A ideia de restringir o acesso a alguns documentos ocorreu depois do primeiro contato via *whatsapp* com a Coordenação de Ações para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo no dia 17 de agosto de 2022, que aconteceu com o objetivo de entender quais tipos, além das atas, a COETRAE/MA costuma arquivar. Nessa conversa, foi destacado o Regimento Interno, Programa e Planos Estaduais, além disso, ao perguntar sobre os elementos interessantes para compor a plataforma foram indicados os relatórios e registros fotográficos.

Atualmente, o acesso aos documentos da COETRAE/MA deve ser formalizado via e-mail (coetraema@gmail.com). Dessa maneira, para melhor compreensão dos dados essenciais para a pesquisa foi idealizado o quadro (Ver quadro com lista de informações em Apêndice G) organizados em documentos que marcam a trajetória da Comissão disponibilizados na internet nomeados como arquivos salvos, os mapeamentos organizados

durante a pesquisa e os que poderiam ser solicitados à Comissão. A partir dessas orientações foi enviado no dia 19 de agosto de 2022, o ofício com pedido de acesso às informações necessárias para a plataforma (Ver ofício em Apêndice H).

Seguindo esse trâmite, a resposta da solicitação foi atendida no dia 05 de outubro de 2022, exatamente 47 dias depois de solicitado. Como exposto anteriormente, em diversos diálogos que aconteceram durante as entrevistas, atender à quantidade de demandas solicitadas ainda é um grande desafio para a Comissão. Reunir essas informações e disponibilizá-las na plataforma digital com opção de baixá-las a qualquer momento é uma estratégia simples capaz de otimizar esse tipo de serviço, sendo que a necessidade foi confirmada em conversa via *whatsapp* com a responsável pela organização dos arquivos ao ser questionada sobre a experiência para organizar os dados solicitados, a profissional confirmou que se trata de uma atividade que demanda bastante tempo.

Com relação ao compartilhamento de documentos, torna-se necessário considerar que nas reuniões são abordados pontos sensíveis, desde os dados de trabalhadores, até questões com denúncias, ou mesmo, queixas sobre atuações institucionais, por isso apenas os membros podem acessar as atas.

Atualmente, o registro do que é escrito na ata deve ser solicitado pelos membros, identificados por seus devidos nomes. Neste caso, as atas mais antigas devem ser revisadas a fim de evitar que tais informações coloquem em risco a segurança das pessoas que participam ou trabalhadores denunciante.

Apesar da COETRAE/MA funcionar desde 2007, os documentos organizados são de 2019 alguns contém informações sigilosas ou não existem mais, pois foram “perdidos” na mudança de governo, o que indica que essa iniciativa é, essencialmente, uma forma de evidenciar a memória da Comissão. Por isso, o acesso a algumas informações na plataforma é necessário o *login*, restrito aos membros que devem cadastrar e-mail e senha para que seja permitida sua entrada no *Escritório Virtual*, o que garante participação nos diálogos internos, como os GT’s, compartilhar eventos e atas de reuniões, conforme a Figura 31.

Figura 31 – Área restrita aos membros da COETRAE/MA



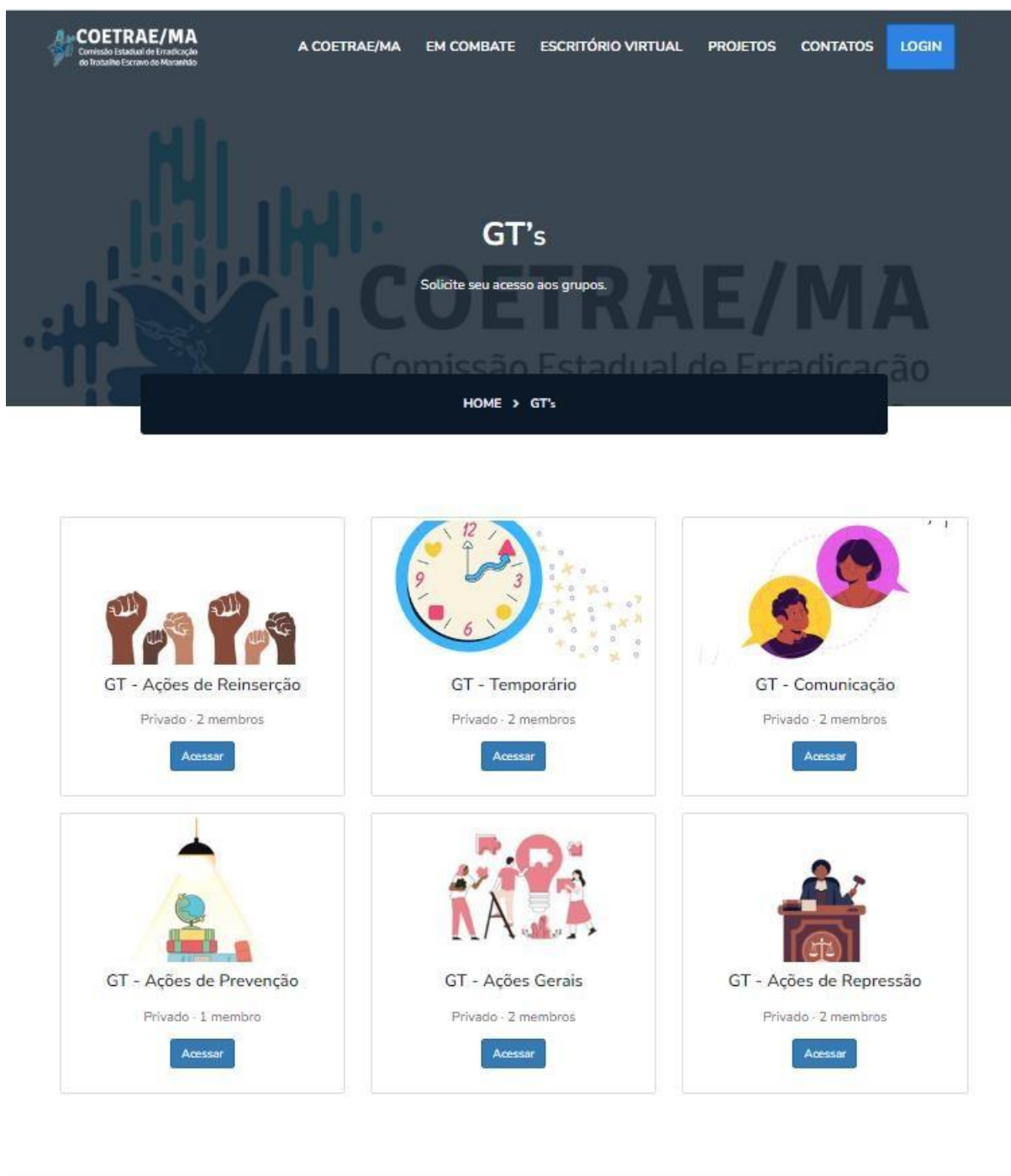
2019		
#	Data da Ata	Visualizar Ata
1	27 de Fevereiro de 2019	Visualizar
2	24 de Abril de 2019	Visualizar
3	03 de Julho de 2019	Visualizar
	30 de Outubro de 2019	Visualizar

https://relioaats.github.io/coetrae_ma/ata-reunioes.html#

Fonte: A autora (2022)

Os GT's estão divididos em Ações Gerais, que englobam todo tipo de providências não específicas; Ações de Repressão, tratam de diálogos que visam a eficácia da lei; Ações de Prevenção, responsáveis pela troca de conhecimento, sistematização de informações, sensibilização e capacitação acerca da temática; Ações de Comunicação buscam pensar estratégias para potencializar a visibilidade do assunto; Ações de Reinserção privilegiam o apoio as iniciativas de geração de emprego e renda voltadas para regiões com altos índices de aliciamento para o trabalho escravo; Ações Temporárias, como o próprio nome indica, englobam ações organizadas por um curto período de tempo, conforme mostra a Figura 32.

Figura 32 – Organização dos GT's



Fonte: A autora (2022)

Para participar dos Grupos de Trabalhos (GT's) é necessário o link direcionado para o para o *whatsapp* do respectivo coordenador (a), responsável por aprovar a solicitação e adicionar novos membros.

Em *Relatórios* é disponibilizado o link do Monitora 8.7, que reúne diagnósticos nacionais, de todas as vinte e sete unidades da federação e de todos os 5.570 municípios brasileiros, com foco nos dados sobre o déficits no trabalho decente, de onde é extraído o Relatório de Monitoramento e Avaliação do II Plano de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão, disponível no próximo menu.

Em *BiblioTEC.MA*, como mostra a Figura 33 estão reunidas publicações como pesquisas monográficas, teses, livros, artigos e outros materiais sobre trabalho escravo no Maranhão produzidos pelas organizações governamentais/não governamentais que participam da Comissão.

Figura 33 – BiblioTEC.MA como acervo coletivo da COETRAE/MA

Fonte: A autora (2022)

Nesse espaço os membros podem compartilhar o que produzem sobre a temática no Maranhão, a partir da identificação do material, como monografias, teses diversas, livros, artigos e outros. O objetivo é reunir materiais como uma grande biblioteca, principalmente para auxiliar quem busca o assunto.

No menu *Projetos* estão disponibilizados os álbuns com registros fotográficos da Caravana da Liberdade e outros.

Os *Contatos* como endereço, CEP, e-mail e telefone da COETRAE/MA são compartilhados nesta editoria, além de disponibilizar o Guia rápido para jornalistas contra o trabalho escravo porque apresenta de forma resumida o que é trabalho escravo, tratados internacionais, dados além da indicação de fontes nacionais. A ideia é reunir também, futuramente, a agenda com os contatos das assessorias de comunicação que atuam no estado, assim como o clipping com produções jornalísticas realizadas sobre o assunto no Maranhão.

Para a Coordenação, a ideia da plataforma digital funciona, entretanto, a COETRAE/MA tem experiência parecida na plataforma Integra,⁴¹ utilizada para o cadastramento de trabalhadores resgatados que precisam ser inseridos na rede de acesso às políticas públicas, o que tem de diferente é o perfil de leitores porque são dados pessoais que tratam de assuntos sensíveis e fechados. Basicamente, a SEDIHPOP atua como gestora, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Ministério Público do Trabalho (MPT) cuidam da infraestrutura do site. Somente os gestores da SEDIHPOP são habilitados para inserir dados.

Existe o desejo que o Integra seja uma plataforma aberta ao público, mas nunca conseguiram chegar nesse outro nível. Partindo da ideia que o trabalhador fosse atendido na Assistência Social e, eles dessem conta de atualizar a plataforma, o que é feito atualmente é o envio do formulário. Eles preenchem e a COETRAE/MA insere os dados no sistema.

Segundo informações compartilhadas durante as entrevistas, essa é uma lógica que corresponde ao nível de acesso das pessoas, sendo que as instituições mais envolvidas podem, futuramente, ter o status alterado pela Comissão.

Diante das experiências com sites da Sedihipop⁴² e Participa.ma⁴³, outro assunto pautado na reunião foi pensar como essa rede se autosustentaria. Sendo que, para o funcionamento desses sites já existentes é necessário equipe própria, logo, é crucial adequar a ideia a um modelo que não exige atualizações constantes, mas que funcione como um lugar de memória, diferente dos modelos noticiosos que precisam de mais dinamicidade.

⁴¹ Disponível em <https://www.integra87.org/>. Acesso em 27/11/2022.

⁴² Disponível em <https://sedihpop.ma.gov.br/>. Acesso em 27/11/2022.

⁴³ Disponível em <https://participa.ma.gov.br/>. Acesso em 27/11/2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A idealização desta pesquisa foi marcada pelo olhar voltado à visibilidade do trabalho escravo contemporâneo e o alcance da temática nas mídias. Após o acesso às reuniões da COETRAE/MA, a pesquisa passou por adequações, uma vez que existe um problema que a antecede a necessidade do assunto estar em pauta.

A maneira como a COETRAE/MA está organizada nos leva, como pesquisadoras do campo da Comunicação, primeiramente, ao interesse pelo alcance da temática, o que incide no cuidado de entender, antes de tudo, como os diálogos acontecem internamente. Diante desse contexto, é imprescindível aceitar o desafio de encontrar nessas fragilidades informações significativas. Ao que parece as coisas caminham no ritmo mais lento, no entanto, apesar dessa lentidão, caminham sem perder de vista o olhar crítico sobre si mesmos, pois a troca de informações com quem vivencia tais práticas no cotidiano, seja como militantes, assessores, ou mesmo alguns governantes vai muito além da identificação do problema que acontece no grupo e exige estar sempre abertas às trocas de saberes. Como pensar no alcance dessas informações, sendo que elas não estão organizadas de forma que facilite a comunicação sobre o assunto na COETRAE/MA?

É neste sentido que partimos da necessidade de analisar as práticas comunicativas entre os membros que atuam na COETRAE/MA, para conhecer as forças e fraquezas que envolvem a Comissão. Por ser uma análise que depende de um olhar mais detalhado, buscamos acessá-la por meio da aplicação de questionário, da realização de entrevistas e de pesquisas bibliográfica e documental, conforme já descritas.

Desenvolver a pesquisa sobre a COETRAE/MA durante o percurso do Mestrado Profissional em Comunicação, além de proporcionar o acesso aos acontecimentos marcantes também nos ajudou a preencher lacunas que faltavam para organizar a trajetória do combate ao trabalho escravo no estado, como uma plataforma digital. Ter um lugar de referência com o objetivo de compreender as práticas comunicativas (FRANÇA, 2004) no contexto da COETRAE/MA, a fim de potencializá-las.

Quando esse campo de estudos é pensado sob o viés das práticas comunicativas, a forma como as redes estão organizadas é o que chama atenção do nosso olhar enquanto pesquisadoras. Assim, a escolha de trabalhar com o assunto tão antigo nos aproxima das marcas do passado e de como elas continuam. Talvez, mais enfraquecidas, quando lembramos como eram os perfis dos universitários, mas também questionáveis quando o conhecimento adquirido na Academia começa a gerar incômodos na sociedade.

Às vésperas de finalizar a dissertação, foi compartilhado nas redes sociais o vídeo de uma mulher negra moradora da área nobre sendo espancada por duas vizinhas brancas, praticamente, dentro da própria casa. É comum, recebermos uma explosão de notícias como essa. Mulheres, homens e crianças sendo mortos pelo simples fato de serem negras ou negros. O que motiva tanta audácia, mais do que a impunidade são as marcas de um passado que permanece. Olhar para o trabalho escravo como pesquisadoras é conhecer outro lado da história.

Por esse motivo, nossa proposta é fortalecer iniciativas coletivas, segundo a comunicação, a fim de agregar contribuições públicas para o fortalecimento do combate ao trabalho escravo contemporâneo no Estado. Uma plataforma para que todas as entidades envolvidas na COETRAE/MA atualizem as ações que estão trabalhando possibilita ter a dimensão de como estruturar coletivamente as agendas, linguagens e campanhas.

Neste sentido, a existência de um lugar na internet com informações reunidas sobre o assunto pode proporcionar melhores condições para produzir pautas, organizar campanhas além de direcionar esses conteúdos à imprensa e até mesmo para o acesso às políticas públicas de combate ao trabalho escravo contemporâneo no Maranhão.

É fato que muitas dessas organizações atuam em todo território maranhense, mas não possuem um local que contribua para a comunicação dessa memória. Antes mesmo de pensar no alcance dessas informações, precisamos resolver outras questões que percebemos, no decorrer da pesquisa, como oportunidades de potencializar o assunto.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Inesita Soares de. **Mediações e poder**. Trabalho apresentado no Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2000.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BRADSHAW, Paul. Instantaneidade: efeito da rede, jornalistas mobile, consumidores ligados e o impacto no consumo, produção e distribuição. CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**, 2014.
- CANAVILHAS, João. Hipertextualidade: Novas arquiteturas noticiosas. In: CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**, 2014.
- DESLAURIERS, J.P; KÉRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DESLAURIERS, Jean – Pierre. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008.
- Documentário Mãos à Carne**. Marcos Reis. Studio Plano. Vimeo. 27 de jun. 2019. 31min. Disponível em < <https://vimeo.com/344786625>>. Acesso em: 28 jul. 2021.
- ENNE, Ana Lúcia. **Conceito de rede e as sociedades contemporâneas**. In: Comunicação e Informação, 2004. p. 264-273. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ci/article/viewFile/24452/15165?journal=ci>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- ESTERCI, Neide. **Escravos da Desigualdade**: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: Cedi, 1994.
- FRANÇA, V. R. V. **Representações, mídias e práticas comunicativas**. In: PEREIRA, Miguel; GOMES, Renato Cordeiro; FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain. **Comunicação, representação e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio; Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.
- HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In SILVA, Tomaz Tadeu. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- LORENZ, Mirko. Personalização: Análise aos 6 graus. CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**, 2014.
- MAIA, Dannielle Webá. **COETRAE**: análise da ações políticas instauradas no combate ao trabalho escravo no Maranhão, 2016.
- MIELNICZUK, Luciana; TRASEL, Marcelo. **“Jornalismo Guiado por Dados como Inovação Profissional e seus Desafios para a Educação”**. Contemporânea: Comunicação e

Cultura. V. 15 – Nº 02 – maio-ago, 2017.

MOURA, Flávia de Almeida. **Escravos da precisão**: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA), São Luís: EDUFMA, 2009.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **Rompendo o isolamento**: Reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. Anos 90, Porto Alegre, v. 27, 2020.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo**: Olhar, Ouvir, Escrever. Revista de Antropologia. Volume 39, Nº 1, (1996), pp.13-37.

PALACIOS, Marcos. Memória: Jornalismo, memória e história na era digital. CANAVILHAS, João. **Webjornalismo**: 7 características que marcam a diferença, 2014.

PAVLIK, Jhon. O 7º princípio do jornalismo na era digital. CANAVILHAS, João. **Webjornalismo**: 7 características que marcam a diferença, 2014.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

QUANDT, Carlos; SOUZA, Queila. Metodologia de análise de redes sociais. In: DUARTE, Fábio; QUANDT, Carlos; SOUZA, Queila (Org.). **O tempo das redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008. Disponível em: <http://www.academia.edu/257818/Metodologia_De_An%C3%A1lise_De_Redes_Sociais>. Acesso em: 28 jun. 2021.

REPÓRTER BRASIL. **Pesquisa inédita**: nível de consciência da população brasileira sobre trabalho escravo, 2016. Disponível em: http://somoslivres.org/wordpress/wp-content/themes/somoslivres/assets/files/somoslivres_pesquisa2016.pdf. Acesso em: 19 jun. 2021.

REZENDE, Ricardo; ESTERCI, Neide. **Escravidão no Brasil de hoje**: leis e políticas públicas. Texto publicado como Slavery in Today's Brazil: Law and Public Policy. LATIN AMERICAN PERSPECTIVES. , v.XX, p.0094582X1769991 - , 2017.

ROCHA, Graziela; BRANDÃO, André. **Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil na perspectiva da atuação dos movimentos sociais**. R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 196-204, jul./dez. 2013.

RODRIGUES, Sávio José Dias; COSTA, Carlos Rerison da. Geografia do Trabalho Escravo no Maranhão. **Ciência e Geografia** – Bauru – XXV – (4): Jan/Dez, 2021.

ROST, Alejandro. Interatividade: Definições, estudos e tendências. In: CANAVILHAS, João. **Webjornalismo**: 7 características que marcam a diferença, 2014.

SALAVERRÍA, Ramón. Multimedialidade: informar para cinco sentidos. In: CANAVILHAS, João. **Webjornalismo**: 7 características que marcam a diferença, 2014.

SANTOS, Márcio Carneiro dos. **A datificação de um campo de conhecimento**: como os algoritmos, números e abordagens quantitativas estão mudando a comunicação. Organicom,

[s.l.], v.16, n 31, p. 145-157, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/161444>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

_____. **A operação jornalística guiada por dados:** reconfigurando a percepção do valor da notícia com algoritmos, inteligência artificial e personalização estendida. *Organicom*, [s.l.], v.16, n.31, p.145-157, 2019.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **Rompendo o isolamento:** reflexões sobre a história oral e entrevista à distância. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 27, p. 1-18, 2020.

TRASEL, Marcelo. **Jornalismo guiado por dados:** aproximações entre a identidade jornalística e a cultura hacker. *Estudos em jornalismo e Mídia*. Vol. 11, Nº 1 – Jan a Jun, 2014.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

VALÉRIO, Mairon Escorsi. **Entre a cruz e a foice:** Dom Pedro Casaldáliga e a significação religiosa do Araguaia. Paco Editorial, 2012.

APÊNDICES

Apêndice A – Mapeamento e tipos de organizações

ORGANIZAÇÃO	SIGLA	SITE	SITES	TIPO
Secretaria de Estado de Programas Estratégicos/ SEPE Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos	IMESC	http://imesc.ma.gov.br/portal/Home	SIM	Organização Governamental
Secretaria de Estado de Cultura	SECMA	https://cultura.ma.gov.br/	SIM	Organização Governamental
Secretaria de Estado de Turismo	SETUR	https://www.turismo.ma.gov.br/	SIM	Organização Governamental
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social	SEDES	https://sedes.ma.gov.br/	SIM	Organização Governamental
Secretaria de Estado da Saúde/SES- Centro de Referência em Saúde do Trabalhador	CEREST	https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?tag=cerest	SIM	Organização Governamental
VIVA/Procuradoria de Proteção e Defesa do Consumidor	VIVA/PROCON	http://www.viva.ma.gov.br/	SIM	Organização Governamental
Secretaria de Estado de Segurança Pública	SSP	https://www.ssp.ma.gov.br/	SIM	Organização Governamental
Secretaria de Estado da Comunicação Social e Assuntos Políticos	SECAP	https://secap.ma.gov.br/	SIM	Organização Governamental
Secretaria de Estado Agricultura, Pecuárias e Pesca	SAGRIMA	https://sagrima.ma.gov.br/	SIM	Organização Governamental
Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial	SEIR	https://igualdaderacial.ma.gov.br/	SIM	Organização Governamental
Secretaria de Estado de Trabalho e Economia Solidária	SETRES	https://www.trabalho.ma.gov.br/	SIM	Organização Governamental
Secretaria de Estado de Educação	SEDUC	https://www.educacao.ma.gov.br/	SIM	Organização Governamental
Secretaria de Estado de Agricultura Familiar	SAF	http://saf.ma.gov.br/	SIM	Organização Governamental
Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude	SEEJUV	https://www.juventude.ma.gov.br/	SIM	Organização Governamental
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais	SEMA	https://www.sema.ma.gov.br/	SIM	Organização Governamental
Secretaria de Estado do Planejamento E Orçamento	SEPLAN	https://seplan.ma.gov.br/	SIM	Organização Governamental
Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular	SEDIHPOP	https://sedihpop.ma.gov.br/	SIM	Organização Governamental
Assessoria Especial do Governador	SEGOV	https://segov.ma.gov.br/apresentacao/	SIM	Organização Governamental
Departamento da Polícia Federal	DPF	NÃO LOCALIZADO	NÃO LOCALIZADO	Organização Governamental
Ministério Público do Trabalho	MPT	https://mpt.mp.br/	SIM	Organização Governamental
Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário	DFDA	NÃO LOCALIZADO	NÃO LOCALIZADO	Organização Governamental
Centro de Cultura Negra do Maranhão	CCN	http://www.ccnma.org.br/	SIM	Não-Governamental
Ordem dos Advogados do Brasil	OAB-MA	http://www.oabma.org.br/	SIM	Organização Governamental
	SIGLA	SITE	SITES	TIPO

ORGANIZAÇÃO				
Defensoria Pública do Estado do Maranhão	DPE	https://defensoria.ma.def.br/dpema/	SIM	Organização Governamental
Defensoria Pública da União	DPU	NÃO LOCALIZADO	NÃO LOCALIZADO	Organização Governamental
Departamento da Polícia Rodoviária Federal	DPRF	https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?tag=prf	SIM	Organização Governamental
Fórum Carajás	***	NÃO LOCALIZADO	NÃO LOCALIZADO	
Ministério Público Federal	MPF	http://www.mpf.mp.br/ma	SIM	Organização Governamental
Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	SRTE	NÃO LOCALIZADO	NÃO LOCALIZADO	Organização Governamental
Ministério Público do Estado	MPE	https://www.mpma.mp.br/	SIM	Organização Governamental
Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente no Trabalho do Maranhão	FEPETIMA	NÃO LOCALIZADO	NÃO LOCALIZADO	
Sociedade Maranhense de Direitos Humanos	SMDH	http://smdh.org.br/	SIM	Organização Governamental
Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Estado do Maranhão	FETAEMA	http://www.fetaema.org/	SIM	
Comissão Pastoral da Terra	CPT	https://www.cptnacional.org.br/	SIM	Não-Governamental
Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos "Carmen Bascaran"	CDVDH	FORA DO AR	FORA DO AR	Não-Governamental
Centro de Referência em Saúde do Trabalhador	CEREST	NÃO PRÓPRIO	DE OUTROS	Organização Governamental
Procuradoria da República no Maranhão	***	http://www.mpf.mp.br/ma	SIM	Organização Governamental
Procuradoria Geral de Justiça/MA	***	NÃO PRÓPRIO	DE OUTROS	Organização Governamental
Tribunal Regional do Trabalho	TRT	https://www.trt16.jus.br/	SIM	Organização Governamental
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	https://portalpadrao.ufma.br/	SIM	
Ministério Público do Trabalho/MA	MPT	http://www.pt16.mpt.mp.br/	SIM	Organização Governamental
MPT/CONAETE-Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo	CONAETE	NÃO LOCALIZADO	NÃO LOCALIZADO	
Organização Internacional do Trabalho	OIT	https://www.ilo.org/brasilia/lang-es/index.htm	SIM	
REPÓRTER BRASIL	RB	https://reporterbrasil.org.br/	SIM	Não-Governamental

Apêndice B – Perguntas abertas organizadas antes das entrevistas online - 30/07/21**Bloco 1 – Pensadas após a última orientação.**

Como costumam buscar informações sobre a temática trabalho escravo contemporâneo?

Para potencializar as informações o que precisam saber um do outro?

Por que precisam se comunicar?

Quais as necessidades para potencializar a comunicação?

Com quais organizações se comunicam com mais frequência?

Onde pesquisam informações sobre a COETRAE/MA? Encontram informações atualizadas?

Qual tipo de dificuldades encontram para acessar informações sobre os grupos que compõem a COETRAE/MA?

Você conhece as organizações que compõem a COETRAE/MA?

Você encontra dificuldades para encontrar informações sobre trabalho escravo contemporâneo no Maranhão?

Quais assuntos buscam com mais frequência? Onde pesquisam?

Em quais canais encontram?

Quais informações mais difíceis de serem encontradas?

Quais estratégias utilizam para comunicar entre vocês?

Bloco 02 – Pensadas na formulação do 1º questionário

Quais meios de comunicação são parceiros da instituição e pautam com frequência as ações realizadas sobre trabalho escravo no Maranhão?

Como é a relação da entidade com a mídia maranhense para pautar o tema escravidão moderna?

Quais instituições que atuam no combate à escravidão moderna mais se relaciona? Lista as que fortalecem também suas ações.

Liste algumas ações que a entidade costuma realizar para o enfrentamento à escravidão contemporânea.

Quais iniciativas de comunicação a instituição encontra mais dificuldades para realizar?

A instituição costuma produzir o próprio conteúdo?

Costumam compartilhar conteúdos produzidos por outras entidades? Quais?

Quais as principais dificuldades encontradas para realização da comunicação em rede?

O que falta para a comunicação em rede?

O que ajudaria na comunicação em rede?

Bloco 3 - Pensadas na formulação do 1º questionário

Quais iniciativas adotadas pela instituição para o enfrentamento do trabalho escravo contemporâneo?

Como avalia a atuação do estado junto a instituição?

Qual estrutura de quem acompanha as situações que envolvem o trabalho escravo contemporâneo?

Como é formada a equipe? Quais limitações encontradas?

Qual o impacto da comunicação no grupo?

De que forma a comunicação pode evitar que pessoas sejam escravizadas?

Como as organizações podem otimizar seu trabalho?

Perguntas aplicadas na entrevista online

1ª entrevista – SEDIHPOP e CDVDH/CB

Como as demandas de comunicação ou, as demandas da COETRAE/MA, em geral, aparecem? Vocês articulam com outras instituições ou não?

Queria começar perguntar para **, que destacou no começo da fala que ela não participa das reuniões COETRAE/MA, mas recebe as demandas de comunicação, então a gente queria entender um pouquinho, se você pudesse mesmo contar como que isso acontece numa perspectiva dos fluxos.

Tem uma reunião da COETRAE/MA e daí deliberam algumas coisas. Quem te passa? Como que essa pessoa te passa? Fizeram em parcerias com outras instituições?

As principais demandas são de que natureza? São de relacionamento com a mídia? São também assessoria de imprensa? Qual a natureza?

Como vocês avaliam a relação da mídia com a temática do trabalho escravo? Há um interesse? Não há esse interesse? É pontual? Se sim, em quais momentos?

Qual é a demanda que vocês tem com relação às atividades da COETRAE/MA ?

Embora você não participe das reuniões da COETRAE/MA periodicamente, como vocês sentem o CDVDH/CB nessa rede? Qual é o lugar do CDVDH/CB nessa rede? Você sente que é uma coisa em conjunto ou é uma coisa muito específica do CDVDH/CB?

Vocês respondem aos jornalistas, mas vocês também propõem esse assunto para mídia, de mandar release, material. Vocês são mais procurados ou vocês também procuram a mídia?

Existem outras organizações que vocês se comunicam com mais frequência e quais são essas organizações?

Quais são as outras informações que vocês acham que são necessárias a gente colocar nesse produto?

2ª entrevista – SEDIHPOP, TRT/MA e CDVDH/CB

Como que vocês sentem que acontece essa comunicação, esse fluxo da COETRAE/MA?

Como vocês acham que a instituição se relaciona no contexto da COETRAE/MA?

Como o TRT/MA se vê na conjuntura da Comissão?

Como a comunicação flui, principalmente, nessa perspectiva dos responsáveis pelas comunicações institucionais de cada entidade?

Em relação a comunicação, como é que isso chega à Ascom?

Como as entidades compõem a COETRAE/MA?

Como é o diálogo das instituições que vocês representam com a COETRAE/MA, como acontece a comunicação, como ela é desenvolvida?

Como representante da comunicação do CDVDH/CB, você atribui que seja importante construir algum produto. Como que você vê esse produto? Um repositório, um portal, um site que reúna todas essas informações das instituições pode ajudar, você tem outras sugestões?

Como você visualiza, o que seria interessante? Você falou uma coisa que a gente já discutiu na reunião passada, uma agenda compartilhada? Você acha que um lugar na internet que reúna essas informações pode ajudar? Para além disso, como pode potencializar?

Como a COETRAE/MA está organizada online, pelo que vimos não existe um site. Eu queria entender como vocês se organizam digitalmente, como se organizam na internet?

Queria ouvir vocês como SEDIHPOP, como equipe coordenadora da COETRAE/MA, como vocês veem esse produto e o que ele teria que ter no ponto de vista de vocês?

Essa ideia do trabalho seria pensar de que forma a academia pode contribuir, de forma bem pragmática mesmo, para colocar esse povo para se comunicar mais. De que forma a gente poderia suscitar isso?

É possível quando estiver no final do ano da qualificação ter um momento numa reunião ordinária da COETRAE/MA para apresentar?

Perguntas do Formulário online

Qual o nome do representante da organização?

Qual indicação do representante da organização?

- a) Titular
- b) Suplente

Qual o contato do representante da organização (DDD) + Telefone?

Nome/SIGLA da organização: (ex: Universidade Federal do Maranhão - UFMA)

Qual o tipo de organização?

- a) Governamental
- b) Não Governamental

Abrangência da organização?

- a) Municipal
- b) Federal
- c) Estadual

Quais redes sociais a organização utiliza para divulgação sobre o trabalho escravo contemporâneo na internet? (Pode marcar várias opções).

Com que frequência a organização utiliza as redes sociais para divulgar informações sobre a escravidão contemporânea no Maranhão?

- a) Nunca
- b) Às vezes
- c) Sempre

Em qual eixo de combate à escravidão a organização que você atua está envolvida? Pode marcar mais de uma opção.

- a) Prevenção
- b) Repressão
- c) Reinserção
- d) Comunicação

A organização participa periodicamente de reuniões da COETRAE/MA?

A organização possui Assessoria de Comunicação?

Qual o NOME e o CONTATO DE TELEFONE de quem é responsável pela comunicação da organização?

Sobre a localização – Qual o endereço Institucional da organização? (Rua, CEP, Bairro, Cidade, Estado)

Qual o principal município maranhense a organização atua?

A organização atua também em outros municípios?

Caso tenha marcado a terceira opção na resposta anterior, qual(is) municípios do interior a organização atua?

Na sua opinião, como a Comunicação poderia contribuir para a atuação da rede de combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo no Maranhão?

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
COMUNICAÇÃO - MESTRADO PROFISSIONAL



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa intitulado. **Proposta de plataforma digital para o enfrentamento do trabalho escravo contemporâneo no Maranhão.** As pesquisadoras envolvidas com o referido projeto são Jeyciane Elizabeth Sá Santos e Flávia de Almeida Moura, respectivamente mestranda e professora no Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Comunicação - Mestrado Profissional (PPGCOMPro).

O **objetivo geral** desta pesquisa é compreender práticas comunicativas da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão (COETRAE/MA) e, a partir daí, construir uma plataforma digital que reúna informações e fluxos de comunicação que possibilitem o diálogo e a interação entre os agentes que participam da rede de combate ao trabalho escravo no Estado. O(A) Sr(a) está sendo convidado porque é assessor(a) ou está envolvido com a comunicação de organizações governamentais ou não governamentais que participam da COETRAE/MA.

Para participar deste estudo você precisará autorizar as pesquisadoras a realizarem entrevista semiestruturada, que terá como base um roteiro elaborado pelas pesquisadoras e concordar que as respostas sejam gravadas em áudio e vídeo para posterior transcrição e análise. As entrevistas online ocorrerão via google meet por medidas de segurança adotadas na contenção da pandemia, com duração entre 1h a 3h de diálogo.

O(A) Sr(a). tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.

Caso aceite, sua participação consiste em compartilhar vivências sobre rotinas de trabalho, estrutura, como funciona a comunicação em rede, os fluxos, a natureza das demandas e iniciativas utilizadas para divulgação da temática trabalho escravo contemporâneo no Maranhão.

Mediante aceite de participação, será enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de autorização de uso de depoimento através de link por meio eletrônico (plataforma do Google Formulários) que será registrado e salvo, concluindo o aceite do participante. O encontro virtual será agendado respeitando a disponibilidade do participante e da pesquisadora, e serão retomados os objetivos da pesquisa, bem como esclarecidas dúvidas com relação aos procedimentos e assegurando a não identificação dos entrevistados. Dessa forma, acredita-se que o uso da tecnologia auxiliará a pesquisa na medida em que visa trazer flexibilidade e diálogo com os participantes, assim como respeito pelas questões éticas e de sigilo. O aplicativo utilizado será o Google Meet. Será enviado um link para o participante que dará acesso a sala virtual que ocorrerá a entrevista.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa os riscos para o(a) Sr.(a) são interferência na vida e na rotina dos sujeitos, além do desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio e vídeo; alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões sobre satisfação profissional etc. Além dos riscos já mencionados, há a possibilidade do risco de quebra de sigilo, sendo este comum a todas as pesquisas realizadas com seres humanos. Neste sentido, salienta-se que, como medida de proteção, todos os dados coletados serão analisados em caráter científico, portanto, serão registrados sem menção aos dados de identificação do participante.

Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: No que se refere aos benefícios indiretos, a médio e longo prazo, considera-se a possibilidade de os dados obtidos neste estudo proporcionarem acesso às informações sobre a trajetória do combate ao trabalho escravo contemporâneo no Maranhão, além de conhecimentos científicos e subsídios teóricos e práticos à área da comunicação no que se refere a temática.

A devolutiva dos resultados da presente pesquisa ocorrerá por meio de apresentação e discussão aberta ao público a ser realizada na instituição onde ocorreu a pesquisa, após a conclusão da mesma em data a

ser agendada. Vale ressaltar que tanto os seus dados de identificação, quanto a sua identidade serão mantidos em sigilo, apenas as pesquisadoras terão acesso. Caso os dados fornecidos necessitem ser utilizados em eventos ou artigo científico, serão adotados códigos de identificação ou nomes fictícios. Você poderá questionar ou solicitar informações sobre a pesquisa quando achar necessário, mesmo depois de realizada a entrevista, por meio do contato das pesquisadoras que constam no final deste documento. Não haverá nenhum custo a você relacionado a este estudo, bem como não haverá remuneração, pagamento ou recompensa pela sua participação, sendo ela totalmente livre.

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com a pesquisadora responsável Jeyciane Elizabeth Sá Santos a qualquer tempo para informação adicional no endereço Rua Presidente José Samey, 37, São Francisco, ou por meio do whatsapp (98) 970190164.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a)., e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do responsável pelo voluntário para a participação neste estudo e forneci uma cópia ao participante deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

São Luís, 11/08/2021.

NOME E CPF DO (A) PARTICIPANTE:

Assinatura do Participante

Jeyciane Elizabeth Sá Santos

Flávia de Almeida Moura

Apêndice D - Quadro Sistematizado – Entrevistas: SEDIHPOP e CDVDH/CB

Apêndice C - Quadro Sistematizado – Entrevistas: SEDIHPOP e CDVDH/CB

ENTREVISTA: 11 de agosto de 2021		
COETRAE	SEDIHPOP	CDVDH
ESTRUTURA ASCOM	- A Ascom não consegue desenvolver um trabalho contínuo de educação em direitos humanos focando no trabalho escravo; - A sensação que tenho é que dentro dessa rede temos várias assessorias, de diferentes órgãos trabalhando em cima da mesma temática e elas não se comunicam; - Não sei se participam outros assessores de comunicação das reuniões, mas eu acho que falta esses assessores estarem em contato de alguma forma; - Estejam alinhadas no desenvolvimento desse trabalho e não só na demanda de uma campanha. - Pela quantidade da equipe a gente não conseguiria atender as reuniões das comissões [várias].	- CDVDH não tem assessoria de comunicação devido a falta de recursos; - Número de pessoal está bem restrito e todos nós contribuimos;

COMUNICAÇÃO EM REDE (CAMPANHAS)	- Nosso trabalho em campanhas de combate ao trabalho escravo ele é muito pontual; - Não tem uma conversa no desenvolvimento, não consegue pegar o ponto de vista de cada instituição para colocar dentro da campanha, eu acho que falta muito uma conversa; - A COETRAE/MA assina todas as peças mas você não consegue ver uma identidade; - O simples fato da Jeyci ter tentado mobilizar os assessores de comunicação e a gente não obter essa resposta para essa reunião já diz algumas coisas dessa necessidade mesmo dessa comunicação interinstitucional; - Cultura organizacional, as pessoas não têm, tá ficando claro, que eles não têm o hábito de se comunicar.	- As vezes uma entidade realiza o mesmo trabalho que outras; - Só um poderia estar fazendo com ajuda do trabalho de todas. - Existem as instituições que trabalham de forma: cada uma fazendo o seu papel, todo mundo dentro das suas caixinhas;
--	--	--

Sobre os fluxos	• Não chega para gente uma agenda antes para participar das reuniões; (oportunidade de pautar a mídia/tomar o assunto noticiável a partir dos diálogos nas reuniões); • As pessoas que estão na Sedihpop que participam das reuniões quando tem algum tipo de encaminhamento de comunicação eles passam para gente em seguida; • A gente produz sozinho dentro da Ascom, a gente discute sozinho entre a gente mesmo; • Acaba sendo uma peça com a cara da Sedihpop; • O fluxo é esse: a gente recebe do Pedro e devolve para ele, então, no máximo, ele diz as instituições parceiras, coloca as assinaturas e acaba que não tem uma conversa; • Não sei como funciona a aprovação, eu sei que ele dá o ok. • A gente não sabe se as outras instituições também estão trabalhando numa campanha semelhante.	• Nós somos também muito procurados por repórteres de outros estados quando acontece algum resgate em que os trabalhadores são do Maranhão; • Fica como se fosse o CDVDH e não a Comissão Estadual; • Somos bastante procurados, a gente também procura e não é só uma forma pontual; • Não há esse relacionamento, essa conversa entre as ascom's que fazem parte das instituições.
------------------------	--	---

Sobre a natureza das demandas	• A gente não recebe [pelo menos se recebeu] nesses últimos anos eu não estou lembrada de demandas da COETRAE/MA de assessoria de imprensa é mais produção gráfica; • Acontece muito da mídia entrar em contato com a gente para tirar dúvidas, para pegar informação sobre trabalho escravo, mas ela não entra em contato com a Sedihpop como parte da COETRAE/MA, ela entra como Secretaria de Estado mesmo. É ruim porque às vezes entra nessa nova informação a ideia de que a Coetrae é Sedihpop.	
Sobre a divulgação da temática	• De acordo com a agenda pública; • A gente não atende reportagens mais aprofundadas para falar sobre os casos; • Toda vez que precisa eles pedem as mesmas informações. Qual é o perfil do trabalhador escravo? Qual é o estado, o município que mais	• Às vezes a gente vai até a instituição achando que vai haver uma comunicação e lá vamos conhecer a mesma realidade que nós vivemos aqui. Quando, na verdade, nós somos surpreendidos com perguntas: ainda existe esse trabalho escravo?

	tem? Sexo? Essas coisas que tem nesses repositórios mas que a mídia não tem uma familiaridade. • É também tem muito a ver com eventos é muito assim, a gente numa rotina geral da Sedihpop tem tido muito pouca oportunidade de pautar um assunto que não esteja em evidência.	
PROPOSTAS PRODUTO	• Falta comunicação dentro da rede; • Seja uma campanha mais unificada; • Viabilidade de formar um núcleo, mas que a COETRAE/MA tenha o seu núcleo de comunicação; • De repente reunisse no repositório... fosse um local também de veiculação das campanhas; • Talvez a existência de uma plataforma pudesse ajudar os profissionais dessas instituições a conversar melhor. • É a Sedihpop quem está respondendo as notas [midiáticas] não tem os nomes de outras	• Eu acho muito importante a criação do observatório; • Todas as organizações governamentais e não governamentais possam estar alinhando o seu discurso; • Secretarias já têm um fichário que é preenchido sobre a realidade do trabalho escravo (gerar relatórios/estatísticas vindas das instituições); • Ter um lugar que possibilita acesso às estatísticas como o número de resgates; • Ter formação dessas pessoas que vão utilizar esses materiais; (vídeo explicativo)

	instituições respondendo junto [confusão Sedihpop é Coetrae]; • A gente percebe que dentro dos veículos não tem esse direcionamento para um banco de dados, eu vejo como uma falha também que cabe um trabalho dentro disso. • Se a gente tem uma plataforma em que todas as instituições envolvidas na COETRAE/MA, que estão atualizando ali as campanhas, estão trabalhando, a gente não só consegue ter essa dimensão como a gente consegue trabalhar uma convergência de linguagem, de agenda e de repente olha uma campanha: Nossa a gente pode contribuir nessa campanha aqui de outra forma, mostrar essa linguagem e fazer com que uma campanha que poderia ser de uma instituição fique muito maior. • Depende muito também de uma questão de agenda, de reunir esse pessoal não sei como	• É preciso que todos possam saber, todos possam conhecer, todos possam trazer e cada um dá seu feedback; • Agenda compartilhada nas redes sociais dessas entidades mas que isso fosse de fato atualizado; • Quais são as entidades que fazem parte da COETRAE/MA? Como encontrar o telefone? Quais os conteúdos dos assuntos que aquelas pessoas estão legitimadas para tratar?
--	---	--

	conseguir conversar mas o fato de ter um local desse para uma dúvida; • Pontualmente, entrar em contato com as Ascoms para falar, para tentar casar alguma coisa, eu acho que nesse sentido ajudaria muito; • Essa possibilidade de ter uma intranet. Poderia pensar nesses vários níveis de comunicação, um site, uma plataforma que fosse uma coisa mais pública que todo mundo pudesse visualizar as campanhas, as produções de conteúdo, tudo que é tipo uma espécie de clipping; • Reunir ali tudo que vai saindo na mídia, mas também algum lugar que daí eu não sei se isso aconteceria no aplicativo, isso que a gente está querendo entender as próprias apropriações das instituições para a gente acertar mais. • Seja mesmo algo que vai direcionar para um grupo do WhatsApp;	
--	--	--

	• Quando estou fazendo uma campanha, eu normalmente tenho dificuldade de conversar com alguns públicos porque eu não tenho essa linguagem, eu não tenho conteúdo e me faltam também contatos. Eu não sei nem quem buscar. • De repente dentro desse mesmo espaço, se tem, por exemplo, formas de denúncia para a sociedade civil. Aí tem um botão que eu clico vou sair no WhatsApp de alguém dentro da delegacia ou do Ministério de Trabalho; • Facilitaria ter acesso às pessoas responsáveis por cada conteúdo dentro das instituições para que eu conseguisse incluir aquilo dentro da minha campanha/matéria jornalística; • Por exemplo, estou tendo contato com a Elbna pela primeira vez. De repente, se dentro de uma plataforma eu soubesse onde encontrar Elbna e soubesse exatamente sobre que conteúdos ela seria capaz de me atualizar isso seria uma	
--	---	--

	quebra de caminho muito grande para poder facilitar esse fluxo. • Também pode referenciar coisas nacionais; • Então as ações que estão sendo desenvolvidas por cada instituição podem ser importante também até para gente, por exemplo, se eu tenho tudo isso em mãos eu consigo propor mais facilmente uma pauta fria para um veículo com base nessas ações eu não fico dependendo de factual, eu tenho tudo ali à mão. • Se eu tenho um lugar com todas essas ações reunidas eu tenho mais condições de na hora de montar uma pauta e de montar uma campanha direcionar melhor tanto para imprensa quanto para o meu público alvo.	
--	--	--

Apêndice E – Quadro Sistematizado – Entrevistas: SEDIHPOP, CDVDH/CB e TRT/MA

Apêndice D – Quadro Sistematizado – Entrevistas: SEDIHPOP, CDVDH/CB e TRT/MA

ENTREVISTA: 25 de agosto de 2021				
COETRAE	SEDIHPOP/COETRAE/MA	SEDIHPOP	TRT	CDVDH
ESTRUTURA ASCOM		PRODUIR QUADRO SOBRE LOGÍSTICA DA SEDIHPOP; - Hoje quem executa as atividades práticas diárias é a equipe da Sedihpop composta de dois servidores às vezes um estagiário; - Concentra um trabalho de produção executiva e articulação política; - Ascom da sedihpop fica com a		- Equipe pequena; - O Centro tem uma agenda de comunicação bem diversa embora a gente tenha como bandeira principal o combate ao trabalho escravo; - Assessoria de comunicação do centro é pautada em muitas outras pautas além do trabalho escravo a gente atua em diversas outras

		atribuição de pensar as programações com base naquilo que nós apresentamos enquanto planejamento; - Tudo isso que for para divulgação a gente faz um planejamento discute com a ascom e apresenta essa proposta. - talvez seja esse um dos pontos sobre comunicação externa, interinstitucional, que essa equipe executiva, de fato, ela concentra muitas coisas atualmente.		frentes também mas tendo como principal o trabalho escravo.
--	--	---	--	--

COMUNICAÇÃO EM REDE (CAMPANHAS)	- Todas as entidades que participam da COETRAE/MA fazem suas próprias divulgações; - O papel dela é de articulação ela sempre está à frente destas situações (convocações das reuniões ordinárias da COETRAE/MA e também a realização de eventos); - Então acaba que tudo centraliza na coordenação/Sedihpop principalmente nas questões de diálogos entre os atores e as instituições.	- Hoje a Sedihpop tem uma figura mais coesa porque nós somos efetivamente a equipe executiva de algumas ações, então, tudo que a gente planeja todas as nossas ações são Coetrae;	- Criação da vara Itinerante do Trabalho . - Faz campanha, seminário, termo de cooperação técnica para agilizar o julgamento das causas; - TRT indicada no Prêmio do Magno Cruz de Direitos Humanos na edição do ano passado [2019]	- Espaço como um espaço de voz para garantir, para cobrança também dessas políticas públicas.
Sobre os fluxos	- Todas essas ações elas ficam centralizadas nessa coordenação, como o papel dela é de articulação ela sempre está à frente destas situações; - Os diálogos, as reuniões, as situações e ações, elas ficam realmente muito centralizados entre os homens que compõem a COETRAE/MA;	- Atuam como equipe executiva efetivamente fazendo esse trabalho estrutural e também como política pública são as pessoas que vão articular;		- Hoje a Coetrae para o Centro de Defesa é um espaço de cobrança de políticas públicas por que lá estão vários segmentos da sociedade civil e do

	- A gente realmente deve atingir de forma efetiva o público ao qual nós destinamos os nossos trabalhos; - Existem diversos sites atualmente que contém dados sobre trabalho escravo que são inclusive amplamente divulgados, principalmente no grupo da COETRAE/MA onde estão todos esses atores tanto da sociedade civil, do sistema de justiça como também da secretaria.			poder público para conversar e para tratar sobre a questão do trabalho escravo.
Sobre a natureza das demandas	- A pauta de trabalho escravo ela se concentra nesta secretaria COETRAE NACIONAL A articulação nacional entre as Coetrae's é muito boa, muito efetiva... a gente consegue trabalhar muito bem com relação a isso, então a gente:	- Todo planejamento e toda a estrutura é pensada por essa equipe e encaminhada para ascom (não dialoga com ascom, mas encaminha demandas). Então a pessoa que faz a comunicação e nós, o contato que ela tem é	- No âmbito do TRT hoje a gente tinha só uma comissão que reunia trabalho escravo e trabalho infantil mas eu vou até checar. Parece que essa comissão foi dividida de novo. Vai ficar um juiz responsável pelo trabalho	- O centro tem agenda fixa

	- entra em contato com a responsável pela COETRAE de determinado estado; - Faz a busca pelo Procurador ou Auditor do Trabalho que esteve à frente; - A gente consegue localizar, dialogar com ele; - Ele explica a situação; - Depois passa as informações dos trabalhadores a partir das vias do seguro-desemprego. -A gente faz todo esse processo de reunião desses dados para fazer a busca ativa dos trabalhadores a partir da Assistência Social e inserimos em políticas públicas depois. - A gente sempre preza pela rapidez das ações e eu acredito que a Sedihpop tem conseguido ter muito êxito.	dessa construção coletiva que a gente faz. - Existem algumas coisas que estão precisando de uma figura propriamente da Coetrae e isso tem uma questão tanto orçamentária quanto de logística.	escravo e o juiz responsável pelo trabalho infantil.	
--	--	---	---	--

Sobre a divulgação da temática	- É responsável então pela articulação de todos os atores que compõem tanto a comissão como também a rede de combate ao trabalho escravo; - Desde as minutas de ofício que são enviadas para os componentes da COETRAE/MA convocando para as reuniões até as mobilizações, quando nós convocamos atendimento de resgatados e para construção de eventos.		- A justiça do trabalho contribuiu na formação da Coetrae desde 2002 - 1º Seminário de Combate às Práticas Análogas à de escravo [São Luís]; - Criou o documento – está sob a guarda do Centro de Memória e Cultura da Justiça do Trabalho - um documento muito bem consolidado com tudo que a gente fez desde 2002 para cá; - Várias entidades assinaram esse documento criando a comissão;	
---------------------------------------	--	--	---	--

			- Foi atuando até que Jackson Lago criou formalmente a Coetrae.	
PROPOSTAS PRODUTO	- Divulgação dos sites que compõem a rede; - Scrapping de notícias publicadas nos sites da rede; - Local para conseguir dados; - Diálogo sobre a imagem da COETRAE/MA na divulgação das ações ou de qualquer reportagem; - Memória/registro; - Acesso à informação do público em geral: pessoas que querem denunciar, próprios trabalhadoras e trabalhadores resgatados; - Seria um ponto importante para sanar diversos tipos de problemas no caráter informativo e também de forma de denúncia, eu acredito;	- Eu gostei muito fala da Edivânia sobre o grupo das ações, as entidades tomarem a Coetrae para si e começarem executar como parte também das suas ações nesse sentido de pensar que as entidades que compõem a Coetrae são a Coetrae propriamente dito.	- Tem um grupo do WhatsApp, tem uma campanha é pensada conjuntamente aí cada um vai lá nessa campanha, cada um faz sua parte, cada um colabora. A justiça do trabalho vai fazer o quê? O MPT vai fazer o quê? Vai ter fiscalização? Não vai ter? - Primeiro eu não sei se a Coetrae tem um grupo de whatsapp dos gestores. Eu acho que os	- Trazer uma agenda em comum para que a gente consiga que ações estão sendo desenvolvidas; - Uma agenda específica do Centro de Defesa que também pode se tornar uma agenda da Coetrae; - Que também se escute os nossos trabalhadores

	- Pensar outros recortes/sempré mesmas perguntas; - Evitar qualquer tipo de vazamento de informação; - Aproximação desses municípios para que eles também possam ser pontos focais de informação; - Responsável pelo resgate entrar em contato com a Coetrae e não o contrário [sabem das informações por último depois de publicadas nos blogs]		- Além desse grupo maior que a gente tem que participar, nós mesmos temos que ter um grupo de WhatsApp [Assessores] porque quando chega determinada atividade ou determinada programação se ela não é individualizada; - Normalmente a matéria que é para dizer que tá todo mundo junto, que é uma rede, que tá todo mundo pensando ali junto não sai; - Sai dizendo que uma entidade está fazendo	- Pouquíssimas ações conjuntas. - A Coetrae desenvolveu, não centro de defesa. - Fazer com que esse grupo seja mais dinâmico, que traga essa comunicação mais pulsante para as organizações, de maneira clara, de maneira leve. - Não só discutir ali, isso é muito importante, mas pensar também como isso pode
--	---	--	--	---

	- Pensar outros recortes/sempré mesmas perguntas; - Evitar qualquer tipo de vazamento de informação; - Aproximação desses municípios para que eles também possam ser pontos focais de informação; - Responsável pelo resgate entrar em contato com a Coetrae e não o contrário [sabem das informações por último depois de publicadas nos blogs]		- Além desse grupo maior que a gente tem que participar, nós mesmos temos que ter um grupo de WhatsApp [Assessores] porque quando chega determinada atividade ou determinada programação se ela não é individualizada; - Normalmente a matéria que é para dizer que tá todo mundo junto, que é uma rede, que tá todo mundo pensando ali junto não sai; - Sai dizendo que uma entidade está fazendo	- Pouquíssimas ações conjuntas. - A Coetrae desenvolveu, não centro de defesa. - Fazer com que esse grupo seja mais dinâmico, que traga essa comunicação mais pulsante para as organizações, de maneira clara, de maneira leve. - Não só discutir ali, isso é muito importante, mas pensar também como isso pode
--	---	--	--	---

			uma coisa como se fosse uma coisa totalmente isolada. - Então esse comitê dos comunicadores deve funcionar para isso. Para que a gente faça uma atividade conjunta, eu acho que é muito importante. - Eu acho que é importante ter um site de referência sim, como se fosse uma espécie de escritório virtual;	chegar à sociedade em geral, em especial como materiais de comunicação aos nossos trabalhadores e trabalhadoras. - As redes sociais tem um potencial muito forte e que conseguem atingir muitas pessoas - eu acho que um espaço no site extremamente interessante só que eu não acho ele tão popular; - Eu acho que essa comunicação
--	--	--	---	---

			- Gente, se você quer falar com a Coetrae hoje, eu vou bem aqui no Google ver o que vai aparecer. Quer ver? Eu sou um trabalhador, eu quero falar com a Coetrae [apareceu coisa de São Paulo] - A gente não vê nada, não sabe com quem falar, com quem dizer, para quem falar, não tem. - Então se a gente tiver uma página para falar com alguém, eu quero denunciar, eu quero contar minha história. Essa	da Coetrae precisa se popularizar primeiro, - Uma coisa não prejudica a outra... um lugar que reúna tudo e depois o desdobramento disso em redes sociais.
--	--	--	--	---

			página, inclusive, tem que ter um espaço para coleta de depoimentos. - Quando a imprensa me procura a primeira coisa que perguntam é: tu tens uma pessoa para dar um depoimento pra mim? Sem ser a voz oficial, o promotor, o procurador, o juiz. Tem uma voz? Não tem. - Desse site que funciona como escritório virtual a gente pode sim, partir para redes;	
--	--	--	---	--

			- A gente teria que ter antes de um treinamento as diretrizes porque senão cada um chega lá embora o que quer também não pode é muita responsabilidade; - A gente tem que saber como administrar essa responsabilidade; - Tem que ter no mínimo regimento interno de postagem; - Criar um selo de comunicação assim botar no site por exemplo a	
--	--	--	---	--

			gente sabe que o TRT participa da Coetrae; - A comunicação visual ela também é muito importante na questão do pertencimento;	
Críticas - A comunicação ela muitas vezes se centraliza em um caráter institucional;			- Falta de articulação;	- Cada entidade e cada setor

- Os diálogos, as reuniões, as situações e ações, elas ficam realmente muito centralizados entre os homens que compõem a COETRAE/MA, a gente realmente deve atingir de forma efetiva o público ao qual nós destinamos os nossos trabalhos; - Os números de denúncia mas são muito dispersos; - Às vezes a gente nem sabe para quem que eu vou denunciar.	- Realmente é preciso avançar muito na questão da comunicação; - Assim eu não vejo nenhum grupo, nenhum WhatsApp... não está formado para que as pessoas fiquem informadas; - A comunicação não pode ser a mera reprodutora de um release ou de um banner que a gente vai botar na internet; - A gente não tem nem o trabalho de coletar o depoimento quando vai lá na fiscalização;	do poder público tem seus representantes e a partir disso vai chegando para as organizações, para as outras pessoas que trabalham nos espaços que estão sendo ocupados lá dentro da Coetrae. - Encontro de trabalhadores: mas todas as pessoas que compõem a coetrae que sabem desse momento conseguem participar ou conseguem contribuir de alguma forma nesse momento?
---	--	--

	- A imprensa está cansada de voz oficial, eles querem gente, gente real, gente de carne e osso. - Matéria mesmo para conscientizar as pessoas assim só se tiver voz e a voz de quem sofre. - A gente não tem porque a gente não tem uma rede de comunicação estabelecida.	- Se discutem muitas coisas ali naquele espaço, mas como que isso chega para o externo? - Eu mesma não consigo te dizer quando noticiei nas redes do centro uma ação da coetrae em conjunto, eu acho que precisamos melhorar muito isso.
--	--	--

QUESTIONAM ENTOS	Geralmente quando a mídia entra em contato com a gente, ela faz essas perguntas padrão: Quantos trabalhadores? Vem com uma determinada demanda, um texto contextualizando e no final fazem a pergunta que querem saber: quantos trabalhadores foram resgatados quantos? Quantos foram inseridos no mercado de trabalho? Quantos foram atendidos? Quais são as providências?	- Construção de um site. Quem vai gerenciar esse site? Qual é a entidade que vai gerenciar? Da onde que vai sair o orçamento? - Será que o trabalhador vai ter acesso a esse site? Será que ele tem um celular com acesso à internet? Como ele chega a essas informações?	O número de trabalhadores que depois de resgatados foram inseridos no mercado de trabalho?	- Mas as ações da Coetrae como é que se desenvolvem? Isso chegar nas ascoms para ser repassada para a sociedade de modo geral. O que tá sendo pensado? Que agenda Coetrae tem em comum para desenvolver? Quais são as políticas públicas que a gente consegue trazer, desenvolver para os trabalhadores e trabalhadoras?
-----------------------------	---	---	--	---

Ideias principais	- tornar sua logomarca acessível na internet;		- Escritório Virtual do -Trabalho Escravo; - Pensar regimento interno de postagem; - Criar um selo de comunicação; - Preparar as fontes; - Voz de quem sofre/voz de quem sobrevive;	- Agenda fixa que também pode se tornar uma agenda da Coetrae; - Momentos de conversa com o próprio público. - Que também se escute os nossos trabalhadores - As redes sociais tem um potencial muito forte e que conseguem atingir muitas pessoas - Eu acho que um espaço no site extremamente interessante só que eu
--------------------------	---	--	--	---

				não acho ele tão popular; - Uma coisa não prejudica a outra... um lugar que reúna tudo e depois o desdobramento disso em redes sociais
--	--	--	--	--

Apêndice F – Lista de endereços localizados no Google Maps

ENTIDADE	ENDEREÇO/CEP	TELEFONE	SITE
CCN - Centro de Cultura Negra do Maranhão	Rua dos Guaranis - Bares, São Luís - MA, 65040-630	+5 98 3249-4938	ccnma.org.br
CDVDH/CB - Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humano Carmen Bascarán	R. Bom Jesus, 576, Açailândia - MA, 65930-000	+5 99 3538-2383	http://www.cdvdhacai.org.br/
CEREST/MA - Centro de Referência em Saúde do Trabalhador	Av. dos Holandeses - Calhau, São Luís - MA, 65071-481	+5 98 3194-6217	***
DPE/MA - Defensoria Pública do Estado do Maranhão	R. da Estrela, 421 - Centro, São Luís - MA, 65010-200	+5 98 3231-0958	defensoria.ma.def.br
DPU/MA - Defensoria Pública da União no Maranhão	R. Anapurus, Quadra 36 - nº 18 - Jardim Renascença,	+5 98 3182-7617	www.dpu.def.br

	São Luís - MA, 65075-670		
IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico s e Cartográficos	Av. Jerônimo de Albuquerque, 401 - Jardim Renascença - Calhau, São Luís - MA, 65075-820	+5 5 98 2016- 7803	www.imesc.ma.gov.br
MPF - Ministério Publico Federal do Maranhão	Av. Sen. Vitorino Freire, 52 - Centro, São Luís - MA, 65010-655	** *	****
OAB/MA - Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão	4126 - Av. Prof. Carlos Cunha, 4014 - Cohafuma, São Luís - MA, 65076-908	+5 5 98 2107- 5454	www.oabma.org.br
PF/MA - POLÍCIA FEDERAL	Av. Daniel de la Touche, 4000 - Cohama, São Luís - MA, 65074-115	+5 5 98 3131- 5100	www.pf.gov.br

Procuradoria da República no Maranhão	Av. Sen. Vitorino Freire, 52 - Areinha, São Luís - MA, 65030-015	+5 98 3213-7100	www.mpf.mp.br
Procuradoria-Geral de Justiça – PGJ	Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís - MA, 65076-820	+5 98 3219-1600	www.mpma.mp.br
SAF - Secretaria De Estado Da Agricultura Familiar	Av. São Luís Rei de França Lote E 1- C - Turu, São Luís - MA, 65065-470	+5 98 3218-9715	www.saf.ma.gov.br
SAGRIMA - Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Maranhão	R. dos Perdizes, 59 - Jardim Renascença, São Luís - MA, 65075-340	** *	sagrima.ma.gov.br
SECAP - Secretaria de Estado da Comunicação Social	Edifício João Goulart - Av. Dom Pedro II, S/n - 5º andar - Centro, São	+5 98 2016-9650	www.secap.ma.gov.br

	Luís - MA, 65010-450		
SECMA - Secretaria de Estado da Cultura	Ponta do Farol, São Luís - MA, 65077	** *	***
SECULT Secretaria Municipal de Cultura	R. do Mocambo, 253 - Centro, São Luís - MA, 65015-310	+5 5 98 99183- 8237	***
SEDES - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social	R. das Gardêneas, 25 - Qd. 01 - Jardim Renascença, São Luís - MA, 65075-080	+5 5 98 2016- 9200	www.sedes.ma.gov.br
SEDIHPOP - Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular	Edifício Clodomir Milet - Jardim Renascença, São Luís - MA, 65081	+5 5 98 3256- 5330	www.sedihpop.ma.gov.br
SEDUC - Secretaria de Estado de Educação	R. das Figueiras, 25 - Jardim Renascença, São Luís - MA, 65076-150	** *	***

SEEJUV - Secretaria De Estado Extraordinária Da Juventude	Av. José Sarney, 137 Prédio da RFFSA - 1º andar - Centro, São Luís - MA, 65020-720	+5 5 98 99146- 7181	www.juventude.ma.gov.br
SEIR - Secretaria de Estado da Igualdade Racial	R. do Giz, 476 - Centro, São Luís - MA, 65010-680	+5 5 98 2108- 9139	www.igualdaderacial.ma.gov.br
SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais	Edifício o Manhattan - Av. dos Holandeses, nº 04 - Quadra 06 - Calhau, São Luís - MA, 65071-700	+5 5 98 3194- 8900	www.sema.ma.gov.br
SEPLAN - Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento	Edifício o Clodomir Milet - Av. Jerônimo de Albuquerque, sn - Calhau, São Luís - MA, 65074-220	+5 5 98 3217- 4548	***

SETRES - Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidar	R. da Paz, 316 - Centro, São Luís - MA, 65020-450	+5 5 98 3221- 2405	www.trabalho.ma.gov.br
SETUR - Secretaria Municipal de Turismo	R. da Palma, 53 - Centro, São Luís - MA, 65010-440	+5 5 98 3212- 6211	www.saoluis.ma.gov.br
SMDH - Sociedade Maranhense de Direitos Humanos	Qda - R. Desenho, 10 - casa 29 - Cohafuma, São Luís - MA, 65071-000	+5 5 61 2027- 3907	smdh.org.br
SSP/MA - Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão	Av. Castelinho, S/N - Vila Palmeira, São Luís - MA, 65036-283	+5 5 98 3214- 3700	www.ssp.ma.gov.br
TRT - Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	6330 - Av. dos Africanos, 6262 - Me. Deus, São Luís - MA, 65000-000	+5 5 98 2109- 9300	www.trt16.jus.br

Universidade Federal do Maranhão	Av. dos Portugueses, 1966 - Vila Bacanga, São Luís - MA, 65080-805	** *	www.ufma.br
VIVA PROCON	Av. dos Holandeses, 200 - Calhau, São Luís - MA, 65071-380	+5 5 98 3246- 9209	www.procon.ma.gov.br

Apêndice G – Organização do Ofício

ARQUIVOS COETRAE/MA

STATUS

PRETO - ARQUIVOS SALVOS

VERMELHO - MAPEAR

VERMELHO - SOLICITAR COETRAE/MA

TIPOS DE DOCUMENTOS	IDENTIFICAÇÃO	ASSUNTO
CARTA COMPROMISSO	CARTA - 2006	ENVIADA PARA OS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E GOVERNADORES DOS CINCO ESTADOS COM MAIOR OCORRÊNCIA DO TEC (<i>PARÁ, MATO GROSSO, TOCANTINS, MARANHÃO E PIAUÍ</i>).
CARTA DE AÇAILÂNDIA	CARTA - 2006	AValia A SITUAÇÃO DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO
DECRETO	DECRETO 22.996 - 2007	CRIAÇÃO DA COETRAE/MA – JACKSON LAGO
LEI	LEI 9.705 - 2012	CRIAÇÃO DA COETRAE/MA - ROSEANA SARNEY
REGIMENTO INTERNO	2007	FORMAÇÃO COETRAE/MA
REGIMENTO INTERNO	2012	FORMAÇÃO COETRAE/MA
TIPOS DE DOCUMENTOS	IDENTIFICAÇÃO	ASSUNTO

LEI	LEI 8.566/2007	SUSPENSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS/PROIBIÇÃO DO CONTRATO
LEI	LEI 9.705/2012	CRIAÇÃO DA COETRAE/MA - ROSEANA
LEI	LEI 9.752/2013	VEDAÇÕES NO CONTRATO DE ÓRGÃO PÚBLICOS
LEI	LEI 10.355/2015	CASSAÇÃO ICMS
DECRETO	DECRETO 34.569/2018	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO AO TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À DE ESCRAVO
TIPOS DE DOCUMENTOS	IDENTIFICAÇÃO	ASSUNTO
COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES	MINIBIO	MEMBROS E FUNÇÕES
LEVANTAMENTO	REDES SOCIAIS	LINKS DOS SITES
EIXOS	INFOGRÁFICO	ATUAÇÃO MEMBROS
TIPOS DE DOCUMENTOS	IDENTIFICAÇÃO	ASSUNTO
MAPA	LOCALIZAÇÃO	https://www.google.com.br/maps/@-2.4988056,-44.2902166,9256m/data=!3m1!1e3!4m2!6m1!1s1LWky5zVcsdXm4Ih4YBDi9_Jn7T0?hl=pt-BR&authuser=0
AGENDA	ATIVIDADES	REGISTRO DE EVENTOS REALIZADOS

TECNOLOGIAS	LINKS	LISTA DE IDEIAS INOVADORAS (MAPA DO TRABALHO ESCRAVO – GALILEU/SMARTLAB, REPÓRTER BRASIL, SISTEMA IPÊ, MONITORA)
CONTATOS	EXCEL	LISTA (EMAIL, TELEFONES INSTITUCIONAIS)
TIPOS DE DOCUMENTOS	IDENTIFICAÇÃO	ASSUNTO
RELATÓRIO DE ATIVIDADES	RELATÓRIOS	AÇÕES DESENVOLVIDAS POR ORGÃOS PARTICIPANTES
RELATÓRIO DE MONITORAMENTO	RELATÓRIOS	COMPARTILHADOS NA PLATAFORMA DE MONITORAMENTO

Arquivos que faltam:

- Regimento Interno atualizado (depois de 2012).
- Agenda – ver modelo atual do formulário utilizado.
- Levantamento redes sociais – instagram, facebook, youtube... (as que forem localizadas).
- Tecnologias – lista de ideias inovadoras.
- Contatos – lista com e-mail, telefones institucionais.
- Relatórios de Atividades – ações desenvolvidas por membros ao longo dos anos.

- Relatórios de monitoramento – compartilhadas na plataforma de monitoramento dos planos.

Confirmados pela COETRAE/MA:

- ✓ Atas (botão para solicitar documentos).
- ✓ Agenda.
- ✓ Regimento Interno 2022.
- ✓ Relatórios de Atividades (quais relatórios têm?)
- ✓ Fotos.

Apêndice H – Ofício com solicitação de informações sobre a COETRAE/MA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CCSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
COMUNICAÇÃO - MESTRADO PROFISSIONAL



São Luís, 19 de agosto de 2022.

À Senhora,

Amanda Cristina de Aquino Costa

Secretária de Direitos Humanos e Participação Popular

Assunto: Solicitação de acesso às informações sobre a trajetória da Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE/MA para compor plataforma digital.

Senhora Secretária, de acordo com conversa presencial no gabinete no dia 16 de agosto de 2022, vimos oficializar pedido de acesso às informações sobre a Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE/MA com a finalidade de organizar materiais que marcam a trajetória da Comissão no território maranhense. Tal acesso justifica-se pela necessidade de organizar a plataforma digital que será apresentada como produto no Mestrado Profissional em Comunicação da UFMA até dezembro de 2022.

1. Para tanto, necessitamos especificamente do envio dos seguintes documentos:
 - Regimento Interno 2022;
 - Agenda COETRAE/MA;
 - Lista atualizada de membros da COETRAE/MA;
 - Relatórios de Atividades;
 - Relatórios de Monitoramento;
 - Fluxograma de Atendimento Atualizado;
 - Modelos de formulários utilizados para comunicar com membros, como chamadas para reuniões, agenda de eventos e outros.
 - Fotos;
 - Atas.
2. Dúvidas em relação à solicitação poderão ser esclarecidas por [JEYCIANE ELIZABETH SÁ SANTOS] por meio dos seguintes contatos: jeyciane.sa@discente.ufma.br e 98 970190164.

Atenciosamente,

FLAVIA DE ALMEIDA MOURA
Professora e orientadora da pesquisa
Programa de Pós-Graduação em Comunicação/Mestrado Profissional
UFMA